



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

JOSY KELLY ABREU BEZERRA

**MONITORIA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO CONTEXTO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: ASPECTOS LEGAIS E SUA
APLICABILIDADE**

FORTALEZA

2012

JOSY KELLY ABREU BEZERRA

MONITORIA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO CONTEXTO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: ASPECTOS LEGAIS E SUA
APLICABILIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Gestão Estratégicas para as Instituições de Ensino Superior.

Orientador: Prof. Dr. André Jalles Monteiro.

Co-Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Araújo Castelo Branco.

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

- B469m Bezerra, Josy Kelly Abreu
Monitoria de iniciação à docência no contexto da Universidade Federal do Ceará / Josy Kelly Abreu Bezerra. – 2012.
126 f. ; il. color., enc. ; 31cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2012.
Área de concentração: Gestão Estratégicas para as Instituições de Ensino Superior.
Orientador: Prof. Dr. André Jalles Monteiro.
1. Educação superior. 2. Tutoria entre pares estudantes. I. Título.

CDD 378

JOSY KELLY ABREU BEZERRA

MONITORIA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO CONTEXTO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: ASPECTOS LEGAIS E SUA
APLICABILIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Gestão Estratégica para as Instituições de Ensino Superior.

Orientador: Prof. Dr. André Jalles Monteiro

Co-Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Araújo Castelo Branco

Aprovada em: 31/08/2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Jalles Monteiro (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Sônia Maria Araújo Castelo Branco (Co-orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria do Socorro de Sousa Rodrigues
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Márcia Gardênia Lustosa Pires
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)

A Deus, por me dar força para vencer todos os desafios da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu vida e força para continuar o caminho em busca dos meus objetivos.

À minha mãe, Vanda Abreu, que tanto se empenhou para dar uma vida digna as suas filhas e que, pela sua preocupação com a minha formação, contribuiu para a concretização dessa trajetória, minha eterna gratidão Amo você!

Ao meu esposo Sérgio, um grande companheiro, que sempre me incentivou nos estudos, pela sua paciência e compreensão.

À minha filha Maria Alice, que me proporcionou, com o seu nascimento, a maior alegria de minha vida, motivando os meus estudos e razão de todo o meu esforço.

As minhas irmãs Juliana e Nirlya, pelo exemplo de vida que me proporcionam.

À Professora Sônia Maria Araújo Castelo Branco, Coordenadora de Acompanhamento Discente, um modelo de gestora e principal incentivadora para que eu almejasse o mestrado, pela sua dedicação, responsabilidade e conhecimento na realização deste trabalho. Sem a sua grande ajuda, essa pesquisa não teria sido realizada.

Ao Professor Custódio Luis Silva de Almeida, Pró-Reitor de Graduação, por ter investido no meu crescimento profissional.

Ao meu orientador, professor André Jalles Monteiro, pela orientação segura e constante no desenvolvimento deste trabalho.

A todos os professores, que participaram da minha formação.

Aos meus amigos e amigas da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Ceará, que estiveram presentes nessa trajetória e que me deram apoio nesse momento.

A toda a equipe da Coordenadoria de Acompanhamento Discente, sem a qual não poderia ter alcançado esse objetivo.

Aos demais que, de alguma forma, contribuíram na elaboração desta dissertação.

A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico à serviço da mudança ou lamentavelmente, da permanência do hoje.

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo analisa a relação entre a legislação e a prática da monitoria de iniciação à docência, nos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará, sob a óptica dos monitores. Diversos fatores influenciaram a necessidade de aprofundamento deste tema, tais como: caráter dinâmico da monitoria; por tratar-se de uma política institucional, comprometida com o desenvolvimento profissional dos futuros docentes; configurar-se como atividade presente há muitos anos na UFC; inserir-se no processo de formação dos estudantes de graduação e pela experiência profissional da investigadora. Diante da complexidade do assunto, surgiu a seguinte questão a ser investigada: - de que forma o Programa de Iniciação à Docência está sendo executado nos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará e qual sua adequação a legislação pertinente? O objetivo desta pesquisa foi analisar a percepção dos monitores remunerados, do Programa de Iniciação à Docência, da Universidade Federal do Ceará, quanto à efetivação dos objetivos previstos na Resolução nº 01/CEPE, de 04 de março de 2005. Os objetivos específicos foram: Fazer um levantamento histórico da monitoria até sua institucionalização na educação superior; apresentar definições de monitoria propostas pelas instituições federais de ensino superior do Brasil; analisar a legislação vigente voltada à monitoria do Programa de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará; descrever a monitoria do Programa de Iniciação à Docência; relacionar os objetivos previstos na resolução do Programa de Iniciação à Docência com a prática da monitoria nos cursos de graduação. Através do levantamento do material necessário para subsidiar a realidade estudada, optou-se por uma pesquisa descritiva. O universo da pesquisa foi composto pelos monitores remunerados do Programa de Iniciação à docência da Universidade Federal do Ceará e que receberam remuneração em dezembro 2011. Os dados foram coletados mediante a aplicação de um questionário composto por 12 perguntas, sendo 10 objetivas e 2 subjetivas. Compuseram a amostra 335 monitores remunerados do programa e que devolveram o questionário no prazo determinado. Fundamentou-se a pesquisa nos estudos de Libâneo (1994), Luckesi (2005), Natário (2010), dentre outros considerados importantes para a elaboração do referencial teórico da pesquisa e fundamentação da análise das respostas. Após a coleta e análise dos dados, conclui-se que, conforme a visão dos monitores que participaram da pesquisa, este programa alinha-se ao compromisso da instituição em promover a adequada utilização do conhecimento teórico às mais diversas situações encontradas no ambiente profissional, como também, favorece o desenvolvimento de habilidades relacionais, pelo fato de estar o monitor em constante interação com outros estudantes; isso posto, é evidente que a atividade de monitoria é importante passo em direção à atividade de docência.

Palavras-chave: Iniciação à Docência. Monitoria. Graduação. Legislação.

ABSTRACT

This study examines the relationship between law and practice of monitoring of initiation to teaching in the graduation courses of Federal University of Ceara (*known as UFC*), in terms of the monitors. Several factors influenced the need to deepen this theme, such as: dynamic character of monitoring, because it is an institutional policy committed to the professional development of future teachers; set up as this activity for many years at UFC; insert itself in the process of training of graduate students and by the experience of the researcher. Given the complexity of the subject, came the next question to be investigated: - how the Initiation Program to Teaching is running in the graduation courses of Federal University of Ceara and what it is its suitability relevant legislation? The aim of this study was to analyze the perception of monitors paid in the Initiation Program to Teaching of Federal University of Ceara, regarding the realization of the goals set out in Resolution n° 01/CEPE of March 4, 2005. The specific objectives were: Making a historical survey of the monitoring up to its institutionalization in university education; present definitions of monitoring proposed by federal institutions of university education in Brazil; analyze current legislation aimed at monitoring the Initiation Program to Teaching of Federal University of Ceara; describe the monitoring of the Initiation Program to Teaching; relate the goals set forth in Resolution of the Initiation Program to Teaching with monitoring practice in undergraduate. Based on the material needed to support the reality studied, we chose a descriptive research. The research consisted of the paid monitors of the Initiation Program to Teaching of Federal University of Ceara that received compensation in December 2011. Data were collected by a questionnaire consisting of 12 questions, with 10 objective and 2 subjective. The sample consisted of 335 paid monitors program that returned the questionnaire within the prescribed period. The research was based on the studies of Libâneo (1994), Luckesi (2005), Natário (2010), among others considered important for the development of theoretical research and support of the analysis of the responses. After collecting and analyzing data, it was concluded that, according of the vision of monitors that participated in the survey, this program fits the institution's commitment to promote the appropriate use of theoretical knowledge to various situations encountered in the workplace, but also favors the development of relational skills, because the monitor being in constant interaction with other students; that said, it is evident that the activity monitoring is an important step toward the activity of teaching.

Keywords: Initiation to Teaching. Monitoring. Graduation. Legislation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Distribuição das Resoluções quanto a normatização do pagamento das bolsas do Programa de Monitoria da UFC.....	43
Tabela 2	– Distribuição das vagas de monitoria do Programa de Monitoria de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará, por Unidades Acadêmicas, no ano de 2011.....	48
Tabela 3	– Distribuição dos monitores remunerados quanto ao curso de graduação.....	66
Tabela 4	– Distribuição quanto aos meios de divulgação da monitoria do Programa de Iniciação à Docência.....	70
Tabela 5	– Distribuição quanto a maior relevância atribuída aos itens que influenciaram a participação no PID.....	72
Tabela 6	– Distribuição quanto razões que impulsionaram a escolha pela carreira docente ou que fizeram desistir de tal profissão.....	96
Tabela 7	– Distribuição quanto as sugestões dos monitores para contribuir com o Programa de Iniciação à Docência.....	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Distribuição dos monitores remunerados quanto a modalidade do curso de graduação (1 Bacharelado, 2 Licenciatura, 3 Tecnólogo).....	68
Gráfico 2	– Distribuição quanto a relevância do item Melhorar o aprendizado dos conteúdos.....	73
Gráfico 3	– Distribuição quanto a relevância do item Necessidade de uma bolsa de estudo.....	74
Gráfico 4	– Distribuição quanto a relevância do item Melhorar o currículo.....	76
Gráfico 5	– Distribuição quanto a relevância do item Afinidade com a disciplina.....	77
Gráfico 6	– Distribuição quanto a relevância do item Interesse pela carreira docente.....	79
Gráfico 7	– Distribuição quanto a relevância do item Interesse de realizar atividade extracurricular.....	80
Gráfico 8	– Distribuição quanto a relevância do item Envolver-se no processo de ensino aprendizagem.....	82
Gráfico 9	– Distribuição quanto a relevância do item Monitoria como um espaço de aprendizagem (aprofundamento das atividades ligadas à docência)	83
Gráfico 10	– Distribuição quanto a relevância do item A participação no PID melhorou o rendimento (notas).....	84
Gráfico 11	– Distribuição quanto ao grau de conhecimento da Resolução do Programa de Iniciação à Docência.....	85
Gráfico 12	– Distribuição quanto a clareza dos objetivos do Programa de monitoria de iniciação à Docência da UFC.....	86
Gráfico 13	– Distribuição quanto a avaliação da participação dos monitores do Programa de Iniciação a Docência da UFC.....	87
Gráfico 14	– Distribuição quanto a atuação do professor orientador para inserção do monitor no Programa de Iniciação à Docência.....	89
Gráfico 15	– Distribuição quanto a participação nas atividades de ensino associada à pesquisa.....	90
Gráfico 16	– Distribuição quanto a decisão do monitor pela carreira docente.....	92
Gráfico 17	– Distribuição quanto a recomendação do Programa de Iniciação à Docência para outros colegas.....	93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAD	Coordenadoria de Acompanhamento Discente
CAPES	Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
COFAC	Coordenadoria de Formação e Aprendizagem Cooperativa
CONSUNI	Conselho Universitário
COPAC	Coordenadoria de Projeto e Acompanhamento Curricular
COPAV	Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Programas e Ações Acadêmicas
COPIC	Coordenadoria de Planejamento, Informação e Comunicação
GTM	Grupo de Trabalho da Monitoria
MEC	Ministério da Educação
PAC	Programa de Aprendizagem Cooperativa
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PID	Programa de Iniciação à Docência
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A MONITORIA.....	18
2.1	Construção histórica da monitoria.....	18
2.2	As legislações da monitoria: ontem e hoje.....	24
2.3	Definições de monitoria para as universidades federais do Brasil.....	29
3	A MONITORIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.....	35
3.1	Constituição do Programa de Iniciação à Docência na Universidade Federal do Ceará.....	45
3.1.1	<i>Grupo de Trabalho de Monitoria (GTM).....</i>	45
3.1.2	<i>Funcionamento do Programa de Iniciação à Docência.....</i>	46
3.1.3	<i>Vagas de monitoria.....</i>	47
3.1.4	<i>Tramitação de pedidos.....</i>	49
3.1.5	<i>Distribuição das vagas de monitoria.....</i>	50
3.1.6	<i>Seleção dos monitores.....</i>	51
3.1.7	<i>Indicação de monitor.....</i>	53
3.1.8	<i>Frequência e pagamento.....</i>	54
3.1.9	<i>Avaliação.....</i>	55
3.1.10	<i>Certificação.....</i>	56
3.1.11	<i>Professo Orientador.....</i>	56
3.1.12	<i>Encontro de Iniciação à Docência.....</i>	59
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	62
4.1	Análise das questões objetivas do instrumento da pesquisa.....	69
4.1.1	<i>Acesso dos estudantes aos meios de divulgação do Programa de Iniciação à Docência.....</i>	69
4.1.2	<i>Motivação dos estudantes para participar do Programa de Iniciação à Docência (PID) na UFC.....</i>	71
4.1.2.1	<i>Melhorar o aprendizado dos conteúdos.....</i>	72
4.1.2.2	<i>Necessidade de uma bolsa de estudo.....</i>	74
4.1.2.3	<i>Melhorar o currículo.....</i>	75
4.1.2.4	<i>Afinidade com a disciplina.....</i>	77
4.1.2.5	<i>Interesse pela carreira docente.....</i>	78
4.1.2.6	<i>Interesse em realizar atividade extracurricular.....</i>	80
4.1.2.7	<i>Envolver-se com o processo de ensino-aprendizagem.....</i>	81

4.1.2.8	<i>Monitoria como um espaço de aprendizagem (aprofundamento das atividades ligadas à docência)</i>	82
4.1.2.9	<i>A participação no PID melhorou o rendimento (notas).....</i>	84
4.1.3	<i>Grau de conhecimento do monitor acerca da Resolução do Programa de Iniciação à Docência.....</i>	85
4.1.4	<i>Clareza dos objetivos do Programa de Iniciação à Docência.....</i>	86
4.1.5	<i>Avaliação da participação do monitor nas atividades voltadas para a carreira docente.....</i>	87
4.1.6	<i>Influência do professor orientador na inserção do monitor no Programa de Iniciação à Docência.....</i>	88
4.1.7	<i>Participação do monitor nas atividades de pesquisa.....</i>	89
4.1.8	<i>Decisão do monitor pela carreira docente.....</i>	91
4.1.9	<i>Recomendação do Programa de Iniciação à Docência para outros colegas.....</i>	92
4.1.10	<i>Contribuição do Programa de Iniciação à Docência para a formação acadêmica.....</i>	94
4.2	Análise das questões subjetivas do instrumento da pesquisa.....	94
4.2.1	<i>Categorização das razões que impulsionaram a escolha pela carreira docente e o que fizeram desistir de tal profissão.....</i>	96
4.2.2	<i>Sugestões dos monitores para contribuir com o Programa de Iniciação à Docência.....</i>	108
5	CONCLUSÕES.....	113
	REFERÊNCIAS.....	118
	APENDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA APLICADO AO MONITOR.....	124

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa a relação entre a legislação e o exercício da monitoria de iniciação à docência na Universidade Federal do Ceará (UFC), sob o ponto de vista dos seus atores: os monitores.

Conforme a resolução nº 01/CEPE, de 04 de março de 2005, que regulamenta a prática de monitoria nessa instituição, seus objetivos estão constituídos em: desenvolver nos estudantes o interesse pela vida acadêmica e pela carreira docente; contribuir para o processo de formação do estudante de graduação; proporcionar a participação do estudante monitor nas atividades docentes, juntamente com o professor orientador; facilitar a interação entre estudantes e professores orientadores nas atividades de ensino, visando ao desenvolvimento da aprendizagem; proporcionar ao monitor uma visão globalizada da disciplina e vivências da relação teoria e prática e envolver o estudante em trabalho de ensino associado à pesquisa.

O enfoque desta pesquisa refere-se, exatamente, à análise desses objetivos, previstos para a atividade de monitoria, em relação à sua aplicabilidade no Programa de Iniciação à Docência (PID), visto que a resolução pertinente a este programa é o instrumento legal que normatiza e norteia essa prática.

A atividade de monitoria na educação superior no Brasil se institucionalizou com a reforma universitária, mais precisamente com o estabelecimento da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, que criou as funções de monitor para atuar junto aos cursos de graduação. Entretanto, essa atividade não é recente, estudos revelaram que, desde a Antiguidade, o ato de ensinar era compartilhado entre quem ensina e o aprendiz e apontam, também, que a monitoria é resultado das transformações ocorridas no âmbito da atividade de tutoria.

A figura do monitor se insere nas atividades docentes como um aprendiz que busca embasamento necessário para compreender a *praxis* da profissão, daí porque as universidades têm um importante papel ao proporcionar vivências no âmbito do ensino, visto que, ao longo de sua trajetória acadêmica, o estudante universitário que atuar na monitoria de iniciação à docência poderá agregar essa experiência aos seus conhecimentos adquiridos e poderá auxiliar, também, nas primeiras noções sobre a ação profissional do futuro graduado que optar por seguir a carreira docente.

A relevância deste tema caracteriza-se pelos seguintes aspectos: pelo caráter dinâmico da monitoria, por tratar-se de uma política institucional, comprometida com o

desenvolvimento profissional dos futuros docentes; configurar-se uma atividade presente há muitos anos na UFC; inserir-se no processo de formação dos estudantes da graduação e pela experiência profissional da investigadora com o tema.

O caráter dinâmico da monitoria baseia-se no fato de que os estudantes exibem diferentes estilos de aprendizagem, demonstrando preferências totalmente particulares sobre a maneira de adquirir, processar as informações a eles apresentadas. Dessa forma, o monitor inserido nessa atividade pode compreender o processo de ensino com suas complexidades.

Por se tratar de uma política institucional, a monitoria está prevista no estatuto, regimento e resoluções da UFC. Essa experiência nas atividades de ensino e o contato com a docência, conforme a legislação específica, constitui-se uma poderosa ferramenta para que o aluno descubra a sua vocação para o exercício da docência, uma profissão que envolve racionalidade, emoção, compromisso social e ética.

Como se configura uma atividade presente, há muitos anos, na UFC, a monitoria está prevista em Lei para as instituições de ensino superior; por essa razão, é importante o monitor ter clareza de que a sua participação, como ser facilitador do aprendizado, poderá contribuir com os processos de ensino e de aprendizagem que se realizam de forma especial, singular e própria, em cada sala de aula, que compreende um conjunto dinâmico, vivo, com os alunos e o professor. Essa participação do monitor no processo de construção da universidade, de seus objetivos e valores traz um novo olhar para melhorar a qualidade do ensino.

Outro aspecto relevante para a escolha do tema é o fato da monitoria inserir-se no processo de formação dos estudantes de graduação, entre os diversos programas e atividades pedagógicas oferecidos para complementar a formação acadêmica e estimular o aluno a atuar ativamente em seu processo de formação e explorar, ao máximo, o currículo do seu curso. Atualmente, o PID permite o envolvimento dos alunos nas atividades de ensino e isso constitui um momento de socialização de experiências e de reciprocidade entre o monitor e o professor orientador.

A experiência profissional da investigadora com o trabalho técnico desenvolvido junto à Coordenadoria de Acompanhamento Discente (CAD) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), setor responsável pela gestão do PID na UFC, permitiu ampliar os conhecimentos acerca da legislação vigente, operacionalização e funcionamento deste programa, porém essa vivência ainda é restrita quanto à repercussão e aos impactos do PID nos cursos de graduação, o que gerou a necessidade de aprofundar esse conhecimento, no

tocante ao seu caráter pedagógico e a aplicabilidade de sua legislação específica na prática da monitoria, nos cursos de graduação desta instituição.

Diante do exposto, desencadeia-se a seguinte questão a ser investigada em torno da monitoria de iniciação à docência da UFC: - de que forma o PID está sendo executado nos cursos de graduação da UFC e qual a sua adequação a resolução vigente?

Desse modo, o objetivo desta pesquisa foi analisar a percepção dos monitores remunerados do PID, da UFC, quanto à efetivação dos objetivos previstos na Resolução nº 01/CEPE, de 04 de março de 2005.

Para alcançar o objetivo proposto procurou-se fazer um levantamento histórico da monitoria até sua institucionalização na educação superior; apresentar definições de monitoria propostas pelas instituições federais de ensino superior do Brasil; analisar a legislação vigente da monitoria do PID da UFC; descrever a estrutura e o funcionamento da monitoria do PID; relacionar os objetivos previstos na resolução do PID com a prática da monitoria nos cursos de graduação.

Para a construção do método da pesquisa e compreensão de suas fases, foram utilizados os seguintes teóricos: Andrade (2009), Minayo (1994), Gil (2002), Rudio (2003), Matos e Vieira (2001). Quanto aos objetivos, este estudo envolve uma pesquisa descritiva que, segundo Rudio (2003, p.16), tem a finalidade de: “[...] obter informações do que já existe, a fim de poder descrever e interpretar a realidade.” Foi realizada uma descrição das características do PID, quanto a seu caráter pedagógico, sua estrutura, seu funcionamento e operacionalização, com base na atuação profissional da investigadora, bem como nas teorias que contemplam o tema.

O universo da pesquisa foi composto pelos monitores remunerados dos diversos cursos de graduação da UFC, contemplados com vagas na monitoria de iniciação à docência no ano de 2011. Os cursos de graduação compõem as dezesseis unidades acadêmicas da UFC; a saber: Centro de Ciências, Centro de Ciências Agrárias, Centro de Tecnologia, Faculdade Educação, Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade, Centro de Humanidades, Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Instituto de Ciências do Mar, Instituto de Cultura e Arte, Instituto de Educação Física e de Esportes, Instituto Virtual e os dos Campi Sobral, Cariri e Quixadá.

A amostra foi composta de 335 monitores e definida considerando aqueles que receberam a remuneração referente ao PID, no mês de dezembro de 2011, que constitui o

último mês de validade da monitoria no ano, e que fizeram a devolução do instrumento da pesquisa até 09 de março de 2012.

O embasamento teórico desta pesquisa se deu através da análise documental, com a leitura e interpretação de documentos relacionados à monitoria de iniciação à docência, bem como por meio da análise de documentos oficiais do programa, tais como: portarias, regimento, estatuto, resoluções, editais, planilhas, ficha dos monitores, plano de trabalho e termo de compromisso, ficha de avaliação do monitor, visto que esses documentos representarem a base do conhecimento a respeito das orientações legais e acadêmicas relativas ao assunto. Esses documentos foram analisados cuidadosamente no intuito de extrair o máximo de informações que pudessem auxiliar na construção da pesquisa.

Acompanhada dessa análise, procedeu-se, também, a um levantamento bibliográfico e a outras fontes de informações e demais materiais que foram considerados pertinentes, ao longo da investigação.

Quanto ao instrumento da pesquisa optou-se pela utilização do questionário, que foi elaborado com uso da ferramenta do *Google Docs*, que possui uma forma de armazenamento das respostas em um banco de dados do próprio programa, o que facilitou a operacionalização das informações, como também permitiu o envio do instrumento por e-mail. O referido questionário foi estruturado com 12 questões, sendo 10 (dez) perguntas objetivas, que fizeram referência aos objetivos previstos na resolução nº 01 /CEPE, de 04 de março de 2005 e 02 (duas) perguntas subjetivas, que permitiram aos monitores expressarem sugestões sobre o PID.

Os questionários foram enviados aos 690 monitores remunerados que constavam na folha de pagamento do mês de dezembro de 2011. Este mês foi selecionado por ser considerado o último mês de validade do programa, porquanto a monitoria funciona por 10 meses, com início em março e término em dezembro. A escolha pelo mês de dezembro aconteceu partindo do pressuposto de que o monitor acumulou mais tempo de vivência no programa e, portanto, adquiriu mais maturidade para expressar sua percepção a respeito das indagações feitas. Depois de muita insistência e sensibilização, os monitores, no total selecionado apenas 335, fizeram a devolução dos questionários.

Os dados obtidos dos questionários respondidos foram analisados em dois momentos: nas perguntas fechadas os dados foram organizados por meio de gráficos e tabelas. Nas perguntas abertas, fez-se o agrupamento das respostas semelhantes, cuja

organização ocorreu com a criação de categorias que permitiram uma melhor análise das informações fornecidas.

O relatório final da pesquisa, sobre a monitoria de iniciação à docência da UFC, ficou estruturado da seguinte maneira: o primeiro capítulo ficou composto pela introdução que traz uma explanação geral sobre o tema em estudo.

No segundo capítulo buscou-se reunir breves considerações sobre a monitoria, que permitissem conhecer e aprofundar informações a respeito da gênese dessa atividade como um preparativo ao exercício da carreira docente. Esse capítulo dividiu-se em três subcapítulos, nos quais foi tratada, inicialmente, a construção histórica da monitoria, resgatando os primórdios desta atividade. Na sequência, foi feito um levantamento das legislações brasileiras que institucionalizaram essa prática no ensino superior. Por fim, deteve-se nas definições de monitoria baseadas nas instituições de ensino superior do Brasil que adotam essa prática.

O terceiro capítulo foi destinado a conhecer, mais particularmente, o funcionamento da atividade de monitoria na instituição de ensino superior; no caso desse estudo a instituição adotada foi UFC. Realizou-se um levantamento das legislações que normatizaram a prática da monitoria nesta instituição, no intuito de reconstruir a estrutura do programa e suas normas de funcionamento. Posteriormente, foi abordado, especificamente, o PID da UFC, de forma detalhada, para permitir o entendimento do seu funcionamento e operacionalização, ressaltando que esta etapa foi realizada com base na experiência profissional vivenciada pela pesquisadora e na análise de um material diversificado referente ao programa.

O quarto capítulo é caracterizado pela análise dos resultados, no qual descrevem-se e analisam-se os dados obtidos na pesquisa. Através da leitura, interpretação e análise, os dados revelaram a efetivação da relação existente entre a legislação da monitoria de iniciação à docência e a concretização dessa atividade nos cursos de graduação da UFC.

Ao final, procedem-se as conclusões sobre os resultados obtidos, realizando um paralelo com o que foi compreendido durante a pesquisa descritiva.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A MONITORIA

Este capítulo teve início a partir das considerações executadas sobre o surgimento da atividade de monitoria, como uma prática educativa. Em seguida, fez-se um levantamento das legislações que institucionalizaram a prática de monitoria nesse nível de ensino e, por fim, buscou-se compreender essa atividade, por meio de diversas definições oriundas das instituições federais de Ensino Superior do Brasil.

2.1 Construção histórica da monitoria

Há tempos, pode-se perceber a utilização da prática de monitoria no contexto da instrução de pessoas. Sob diferentes aspectos, historicamente, o entendimento de que o ensino não é tarefa única e exclusiva do professor, acompanha a história da educação humana em diversos momentos.

Segundo Natário (2001, p. 7): “O termo monitor é usado de forma similar ao termo tutor.” Como resultado das transformações sofridas pela atividade de tutoria, surgiram os indícios da procedência da monitoria, conforme foi salientado por Franciscato e Maluf (2006, p. 206):

A ideia original da tutoria se manteve, mas sua modalidade sofreu mudanças nos séculos XVI a XVIII, inicialmente em escolas religiosas francesas. Dada a escassez de pessoal preparado para o ensino da leitura e escrita, essas escolas adotaram o pareamento de um tutor para um grupo de estudantes, dando origem à monitoria.

A experiência da prática de tutoria já apresenta indícios desde a Antiguidade. Na visão de Barnier (1994 *apud* FRANCISCATO; MALUF 2006, p. 206), o primórdio da tutoria remonta a pensadores como Sócrates, na Antiguidade, Quintiliano, no século IV e Comenius, no século XVII.

Ainda conforme Barnier (1994 *apud* FRANCISCATO; MALUF 2006, p. 206):

Na maiêutica socrática, através do encaminhamento de perguntas pelo sábio ao aprendiz, este avançaria em seu pensamento ao constatar a insuficiência de suas respostas, o que o lançaria a um nível de reflexão anteriormente inexistente. Na recomendação quintiliana, a criança deveria ser ensinada junto a outras crianças, acreditando que através da imitação, comparação e auxílio mútuos, as crianças aprenderiam melhor do que quando deixadas sozinhas. Na prescrição de Comenius, referindo-se ao ensino de todos para todos, propõe-se que, complementarmente ao ensino do mestre, os alunos ensinem uns aos outros, pois ao fazerem o papel de mestre instruiriam a si mesmos, apropriando-se efetivamente do saber.

Hartup (1983 *apud* FRANCISCATO; MALUF, 2006, p. 206) refere-se à tutoria como sendo um desempenho de crianças, semelhante àquele de professores, em diferentes contextos de interação. Nessa perspectiva, quando o aluno mais adiantado atuava como tutor, para auxiliar os menos adiantados, essa relação de troca propiciava o aprendizado de ambos. Franciscato e Maluf (2006, p. 206) salientam que:

[...] quando nos referimos à tutoria ou tutor, entendemos ser a interação social em que um indivíduo mais capaz, mais experiente ou mais adiantado na realização de uma tarefa atua com o objetivo de ajudar outro indivíduo, seu parceiro. Este, por sua vez, é menos experiente ou menos adiantado na atividade em torno da qual se exerce a tutoria. As situações de interação de tutela são vistas como benéficas tanto para aquele que ajuda, o tutor, quanto para aquele que é ajudado, o tutorado.

Tendo como referência os autores citados, fica evidente que a atividade de monitoria, como se apresenta atualmente, mantém resquícios de sua formação, no que se refere à interação entre professor e aluno, bem como entre alunos, além da figura do monitor estar associada à condição do mais preparado auxiliando os que não alcançaram o patamar de conhecimento desejado, e na relação de um monitor com um grupo de alunos. A presença do monitor, na universidade, também não é recente, pois, sob diferentes denominações, a função de atuar junto às atividades de ensino aparece em diferentes momentos da história da educação.

Já na Universidade Medieval, quando do desenvolvimento da escolástica e de seu método, havia monitores, denominados ‘repetidores’, que reproduziam a matéria desenvolvida por seus mestres (ULLMANN; BOHNEN, 1994, p. 43). Do século XII ao XIII, alguns dos mestres livres implantaram diferentes formas de gestão da atividade escolar, formando verdadeiras corporações, com variadas relações jurídicas, dentre elas, a dos mestres com *proscolus* (monitores) (FRISON; MORAES, 2010).

No século XVI, surgiu a corporação docente dos jesuítas, a qual tinha, entre seus objetivos, combater a difusão do protestantismo. No século XVII, a universidade foi reformada sob a influência do ensino jesuítico, em especial nos colégios e nas Faculdades de Artes, o que lhes conferiu novo tipo de organização. Com o sistema de emulação da *Ratio Studiorum* e com o tipo de organização pedagógica adotada, os alunos mais adiantados passaram a exercer funções ativas de ensino junto aos demais aprendizes. Essa prática, na época denominada de decúria, representou uma das principais raízes das ações de monitoria institucionalizada (FRISON; MORAES, 2010).

A utilização da monitoria como prática pedagógica teve origem através da instituição do método monitorial ou mútuo criado na Inglaterra, no final do século XVIII. Posteriormente, foi adotado na França e em outros países europeus, chegando aos países da América Latina, na primeira metade do século XIX. A divulgação e a implantação do método monitorial/mútuo marcam a história da consolidação de vários sistemas educacionais (BASTOS; FARIAS FILHO, 1999).

O emprego dessa prática como uma estratégia de ensino tem sido utilizada no processo de instrução, desde a época da Revolução industrial, em que crianças de faixa etária semelhante ficavam responsáveis por instruir outras, utilizando o método monitorial. Essa prática era um mecanismo com a finalidade de expandir a educação a um maior número de pessoas, mesmo diante da falta de professores. De acordo com Araújo (2010, p. 88): “O método monitorial ou mútuo chega então à Europa, em fins do século XVIII, com extremo sucesso suplantando os métodos precedentes, posteriormente se espalhando pelo restante do Ocidente.”

Os representantes do método monitorial foram André Bell e Joseph Lancaster, que definiram os princípios do novo sistema e determinaram as estruturas e os procedimentos pedagógicos preconizados para o ensino elementar no século XIX.

Anteriormente à utilização do método monitorial, a instrução se dava por meio da adoção do ensino individual e/ou o simultâneo, tendo o professor como o principal agente do ensino (ARAÚJO, 2010, p. 87):

O método individual caracteriza-se por uma ação exclusiva do professor em relação a cada aluno em particular. Na prática esse método funcionava com o professor orientando cada aluno individualmente, este por sua vez tinha de aprender, através da repetição, o que foi ensinado pelo professor.

Na adoção do método simultâneo, o ensino ministrado pelo professor atendia a um número maior de alunos, sendo que, da mesma forma do método individual, o professor continuava como o principal agente do ensino, cabendo aos alunos atendidos por esse método aprender o que era repassado pelo professor.

Por outro lado, com o método monitorial o ensino passou a ser compartilhado entre quem ensina e quem aprende e diferenciando-se dos demais pelo fato de que, ao contrário do método individual e do simultâneo, a relação dos alunos com o professor é mediada por alunos-monitores, que se encontram em um nível relativamente superior aos demais alunos e que, portanto, são considerados capazes de ensinar.

Para garantir a aplicação do método, de forma correta, os monitores recebiam o conhecimento que deveria ser repassado, através da orientação do professor, atuando como mediador entre o professor e o conteúdo que deveria ser transmitido aos demais aprendizes.

Na Inglaterra, a experiência com base num sistema de ensino mútuo, que utilizava os alunos-monitores, tinha o objetivo de criar uma indústria educativa funcionando segundo uma lógica capitalista. Com a necessidade de ampliar a educação para todas as classes sociais, a propagação do método monitorial passou a ser o mecanismo mais viável por utilizar pouco recurso financeiro e ser capaz de atingir um maior quantitativo de pessoas. Os elementos que norteiam o sistema monitorial, tal como foi desenvolvido e aplicado por Andrew Bell e sobretudo, por Joseph Lancaster, são, na visão de Mesquita (2009, p. 22):

[...] o trabalho da criança-aluno e a preocupação de aumentar continuamente a respectiva produtividade, é igualmente o elemento central em toda a época de afirmação e expansão do capitalismo industrial nas ilhas britânicas, entre os séculos XVII e XIX, no que diz respeito à condição das crianças oriundas das classes trabalhadoras no novo modo de produção.

No período da chamada Revolução Industrial, a composição do trabalho infantil como força produtiva foi uma característica marcante e a aplicação do sistema monitorial correspondeu, exatamente, à organização e à divisão do trabalho, que tinha como modelo os métodos de produção utilizados nas grandes manufaturas industriais.

Numa perspectiva histórica, o aproveitamento do trabalho da criança, no tocante a educação de massas, segundo Mesquita (2009, p. 17):

[...] acompanhou o desenvolvimento do capitalismo moderno desde os seus primórdios, acabando por conduzir a uma identificação total entre os métodos utilizados na produção industrial e os utilizados na «produção educativa». Foi este o caso do sistema das *monitorial schools*, sobretudo na versão desenvolvida por Joseph Lancaster, que se expandiu fortemente em Inglaterra no início do século XIX e no qual um único «mestre» chegava a ser responsável pelo funcionamento de uma «unidade de produção educativa» com quase um milhão de crianças e adolescentes, sendo quase todo o «trabalho educativo» nessas mesmas *monitorial schools* realizado por estes.

Com a adoção dessa prática pedagógica no ensino elementar, no século XIX, a instrução acontecia mediante a colaboração representada pela figura do monitor, que dividia com o professor a responsabilidade do ensino, tornando-se, também, um agente do ensino. Assim, aquele que tivesse maior conhecimento ajudaria aos demais e, dessa forma, os alunos aprenderiam entre si, sendo portanto, o monitor agente fundamental para execução desse método.

Nessa perspectiva, o exercício da prática pedagógica passou a acontecer com a divisão de responsabilidades entre o professor e os monitores, democratizando a função de ensinar. Quanto à propagação desse método, Araújo (2010, p. 89) explicita que:

O ensino lancasteriano então se torna responsável pela massificação do ensino, permitindo que as crianças conseguissem chegar à escola, sem que com isso o Estado tivesse que arcar com elevados custos. Tal fator é de imensa contribuição para o rápido avanço desse método pela Europa e restante do Ocidente.

Além da divisão da tarefa de ensinar, a pedagogia empregada nas escolas mútuas do século XIX, conforme Bastos e Farias Filho (1999, p. 211), tinha como postulado:

[...] a divisão da escola em oito graus hierarquizados conforme as disciplinas e o nível de conhecimento dos alunos, além da divisão de responsabilidade entre professor e alunos, que assumem a função de monitores, tornando-se verdadeiros agentes obreiros do método. Caracteriza a escola elementar a partir deste novo sistema, levando em conta o espaço físico, mobiliário, matérias, carga horária, materiais de ensino, agentes da ação educativa e procedimentos de ensino.

Os debates em torno do método monitorial marcaram uma etapa importante da história da instrução pública e das escolas de primeiras letras, como parte do processo de incorporação das Modernidades dos países centrais, em fase de industrialização e a consequente formação de cidadãos que se adequassem a essa nova realidade. Quanto à difusão da instrução elementar às massas trabalhadoras, o método monitorial tornava-se mais viável, pois exigia a racionalização do ato pedagógico, pela rapidez em ensinar, pelo baixo custo, pela disciplina e ordem, pelo uso de poucos professores e vários alunos-mestres.

Ao abordar-se a monitoria na realidade brasileira, através do ensino monitorial, constatou-se que esse método de ensino foi adotado oficialmente pelas autoridades governamentais em 1827. Em 1808, o Brasil passou a ser sede da Coroa portuguesa, porém esse método não foi adotado, inicialmente; a partir de então, muitas medidas foram tomadas, inclusive na esfera educacional, no intuito de formar pessoal qualificado para a administração. Entre essas medidas, está a criação dos cursos técnicos e instituições de ensino superior, visto que a instrução pública, no nível das primeiras letras, não despertou a atenção das autoridades.

A partir do estabelecimento do Decreto das Escolas de Primeiras Letras, de 15 de outubro de 1827, primeira Lei sobre a Instrução Pública Nacional do Império do Brasil, propôs-se a criação de escolas primárias com a adoção do método lancasteriano. Nesse momento, o método monitorial passou a ser implantado no município da Corte e nas províncias, de forma bastante variada e com inúmeras críticas a sua adoção.

Conforme Malanchen e Orso (2006, p. 43):

O sistema de ensino esboçado pela lei de 1827 foi um pouco centralizado e descentralizado, visto que dava a liberdade da província escolher o número e a localização das escolas e ao governo central cabia o poder final de criação do estabelecimento. Os professores não tinham formação específica realizando o concurso comprovando seu conhecimento das matérias de ensino e principalmente como já relatamos anteriormente pela comprovação de boa conduta e predicados morais. A novidade da lei foi o de adotar o método Lancaster conhecido pelo ensino monitorial, porque havia um monitor que ensinava a classe, que podia ser um aluno mais adiantado, e o ensino mútuo porque se baseava na transmissão pedagógica dos alunos entre si.

Diante do contexto mundial de desenvolvimento do capitalismo, o Brasil não poderia ficar fora do processo de modernização proporcionado pela revolução industrial. Ao criar essa lei, a intenção das autoridades foi levar a educação para os locais em que houvesse a necessidade de instrução e a adoção do método monitorial, que já era utilizado na Europa, caracterizado por ser barato, eficaz e ensinar o mínimo necessário para a realização do trabalho na indústria, parecia viável para a realidade brasileira.

Essa política de propagação rápida da educação, como se pode analisar, veio com intenção de colocar em prática um projeto civilizatório para a formação disciplinada de futuros homens e cidadãos e sua inclusão em uma civilização que seria dirigida por uma elite esclarecida, já instalada no Estado.

Proporcionar educação para toda a população não foi uma tarefa fácil, levando-se em consideração a estrutura organizacional da sociedade naquele momento histórico. Para atender a esse objetivo, o método monitorial era usado de maneira não-oficial. Após a independência do Brasil, a necessidade de ampliação do acesso à educação passou a ter destaque nos debates, com o estabelecimento de instruções voltadas para a introdução do método monitorial.

Até esse período, o método preponderante era o individual que demandava a utilização de muitos recursos. Este foi um dos motivos para a sua substituição pelo método monitorial, visto que diminuía as despesas escolares, expandia-se para um maior número de pessoas e acontecia em menor tempo. Algumas das províncias mais importantes do Brasil fizeram a adoção do método monitorial, entre elas as do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Quanto à adoção desse método no Brasil, Niskier (1989, p. 105) salienta que: “O método de ensino mútuo espalhou-se de tal forma pelo Brasil, que até mesmo no início do período republicano ainda era possível encontrá-lo aplicado em diversos estabelecimentos de

ensino – públicos e particulares – não só nas aulas de primeiras letras como, igualmente, em colégios onde funcionavam cursos secundários.”

Frison e Moraes (2010, p. 147), no que se refere à monitoria na educação superior, salientam que:

Até chegar a educação superior a monitoria vivenciou muitas mudanças no contexto educacional, porém, alguns os aspectos referentes aos primórdios da monitoria se mantêm, como a do aluno mais adiantado auxiliar no ensino dos que estão em situação inferior a sua. Percebe-se, em sua aplicabilidade, que ela conserva a concepção original, pela qual os estudantes mais adiantados nos programas escolares, auxiliam na instrução e na orientação de seus colegas.

Nos cursos superiores, essa modalidade de trabalho tem sido utilizada com muita frequência, como uma estratégia de apoio ao ensino. Foi mais precisamente a partir da reforma universitária de 1968 que a figura do monitor institucionalizou-se nesse nível de ensino, através da Lei nº 5.540/68, de 28 de novembro desse mesmo ano, a qual estabeleceu a criação das funções de monitor para atuar junto aos cursos de graduação.

2.2 As legislações da monitoria: ontem e hoje

O exercício da monitoria destacou-se, historicamente, no cenário educacional brasileiro como uma atividade regulamentada na Educação Superior. Foi a partir da Reforma Universitária, mais especificamente com o estabelecimento da Lei nº. 5.540/68, que as normas de organização e funcionamento do ensino superior, relativas às funções de monitor, foram criadas para atender aos cursos de graduação (BRASIL, 1968, p. 1).

É importante ressaltar que o ano de 1968 foi emblemático, sob diversos aspectos. A França foi varrida por uma onda de manifestações estudantis que pleiteavam melhores condições de estudo e mais democracia nos sistemas universitários. Os EUA passaram por um processo deliberado, em razão dos movimentos pelos direitos civis e dos protestos em torno da guerra do Vietnã. No Brasil, havia também um clima de agitação política e de contestação da ditadura militar, especialmente pelo movimento estudantil. A crescente oposição dos estudantes e de outros setores da sociedade aumentou a repressão e a adoção de medidas de controle social, que tiveram repercussão direta na Educação e na vida universitária. Foi nesse contexto que a Lei nº 5.540/68, em seu artigo 41, determinou que:

As universidades deverão criar as funções de monitor para alunos do curso de graduação que se submeterem a provas específicas, nas quais demonstrem

capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996). (BRASIL, 1968, p. 9).

O exercício dessa função, pelos alunos de graduação, passou a ser utilizado como pré-requisito para o futuro ingresso na carreira docente do nível superior. Além da obtenção do título, o monitor também fazia jus a uma remuneração, pelo desenvolvimento de suas atividades. Como ficou explícito no parágrafo único do artigo 41 da lei supracitada: “as funções de monitor deverão ser remuneradas e consideradas título para posterior ingresso em carreira de magistério superior” (BRASIL, 1968, p. 9). O referido artigo e o seu parágrafo único foram revogados, posteriormente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96.

O estabelecimento do Decreto nº 64.086, de 11 de fevereiro de 1969, que dispôs sobre o regime de trabalho e retribuição do magistério superior federal e aprovou o programa de incentivo à implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, incentivou, também, a contratação de monitores para atuar no ensino superior (BRASIL, 1969). Essas determinações foram autorizadas para auxiliar no atendimento aos objetivos deste decreto. Numa primeira etapa, houve a contratação de mil monitores para atuar nos cursos de graduação, juntamente com os docentes, contribuindo com a adesão ao tempo integral. No ano seguinte, este quantitativo deveria ser revisto para adequar-se à realidade do período letivo de 1970.

Após o estabelecimento da Lei Nº 5.540/68, a adequação da função do monitor na graduação foi disciplinada através de vários decretos. O programa de participação do estudante em trabalhos de magistério e em outras atividades dos estabelecimentos de ensino superior federal ficou estabelecido pelo Decreto nº 66.315, de 13 de março de 1970 que fixou os requisitos para a atuação dos monitores.

Nesse decreto, em seu artigo 1º, “as funções de monitor passaram a ser exercidas por alunos dos dois últimos anos dos cursos de graduação de instituições de ensino superior, pertencentes ao sistema federal de ensino.” (BRASIL, 1970, p. 1). Para tornar-se monitor, o aluno precisava apresentar um rendimento escolar comprovadamente satisfatório, obtido na disciplina que pretendia monitorar e nas que representassem seus pré-requisitos. O ingresso se dava mediante provas de seleção específicas. Para ser aprovado, o estudante precisaria demonstrar suficiente conhecimento da matéria e capacidade de auxiliar os membros do magistério superior em aulas, pesquisas e outras atividades técnicas e didáticas.

Em 1970 e 1971, a monitoria de graduação sofreu nova regulamentação. Em 1970, a Lei nº 66.315/70 dispôs sobre o programa de participação do estudante em trabalhos do magistério e em outras atividades dos estabelecimentos de Ensino Superior Federal. Essa regulamentação foi complementada pela Lei 68.771/71 que, igualmente, dispunha sobre as condições da monitoria (BRASIL, 1971).

Nova regulamentação só ocorreu dez anos depois, em 1981, com o Decreto nº 85.862/81. Esse decreto transferia às instituições de Ensino Superior a responsabilidade por fixar as condições para o exercício da monitoria e reafirmava que o exercício da monitoria não acarretaria, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício (BRASIL, 1981), conforme o já disposto na Lei nº 66.315/70.

Para exercer a função de monitor, o aluno necessitava obter aprovação na disciplina de sua pretensão ao exercício da monitoria, conforme afirma o Decreto nº 66.315/70, em seu parágrafo único: “a condição de repetente incompatibiliza o aluno para o exercício das funções de que trata este artigo” (BRASIL, 1970, p. 1).

A atuação do monitor teve maior ênfase, inicialmente, em áreas específicas como, por exemplo, saúde, tecnologia e formação de professores de acordo com o Decreto supracitado em seu artigo 2º:

Os programas de implantação da monitoria serão aplicados primordialmente nas áreas prioritárias da saúde, da tecnologia e da formação de professores de nível médio, cabendo a sua elaboração à Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COPERTIDE) de cada universidade ou federação de escolas, dentro dos recursos orçamentários próprios e em harmonia com os programas de tempo integral do respectivo corpo docente. (BRASIL, 1970, p. 1)

Coube à Comissão Coordenadora fixar os critérios para a implantação do plano de monitoria e analisar os programas propostos pelos estabelecimentos dessa prática nas instituições de ensino superior. Os critérios incluíam a identificação das matérias em que haveria o sistema de monitoria, o grau mínimo a ser obtido na matéria respectiva e em seus pré-requisitos, como condição para concorrer à seleção, bem como as normas para a realização do exame de seleção a ser efetuado.

O monitor selecionado para exercer essa função ficava vinculado à orientação do docente que direcionava sua ação. Do mesmo modo, essa função não constituía um emprego, embora houvesse o pagamento de bolsa pelas atividades desenvolvidas. Ficou explicitado no artigo 3º, do Decreto nº 66.315/70 que “as funções de monitor serão exercidas, sob a orientação de professores da disciplina, em regime de 30 (trinta) horas semanais, incluindo as atividades discentes” e o artigo 4º determinou que: “aos monitores que não terão, em

nenhuma hipótese, vínculo empregatício, poderá ser atribuída bolsa especial, sem reembolso, em valor fixado, para o exercício de 1970, em NCr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros novos) mensais (BRASIL, 1970, p. 1).

Todas as despesas com essa atividade ficou sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, que deveria providenciar a inclusão, no orçamento da União, de recursos destinados a atender às despesas com a execução da monitoria. As despesas previstas no Decreto nº 66.315/70 ficaram estabelecidas nos parágrafos 1º, do artigo 5º deste decreto, como segue:

Para o custeio dos programas de monitoria no corrente exercício, fica autorizado o destaque da parcela de NCr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros novos), dos recursos constantes do orçamento da União para 1970, sob supervisão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, destinados a Financiamentos de Atividades e Projetos Prioritários. (BRASIL, 1970, p. 2).

O parágrafo 2º do referido Decreto informa que “a entrega de recursos aos estabelecimentos de ensino superior federal ficará condicionada à aprovação do programa específico de que trata o artigo 2º.”

Com o estabelecimento do Decreto nº 68.771/71, que alterou a redação de alguns artigos do decreto nº 66.315/70, a nova redação passou a vigorar da seguinte maneira para o artigo 1º:

As funções de monitor, prevista no artigo 41 e seu parágrafo único, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, poderão ser exercidas por alunos de graduação de estabelecimentos de ensino superior federal, que apresentem rendimento escolar geral comprovadamente satisfatório, que tenham obtido, na disciplina em causa e nas que representem seus pré-requisitos, os créditos necessários e que, mediante prova de seleção específica, demonstrem suficiente conhecimento da matéria, capacidade de auxiliar os membros do magistério superior em aulas, pesquisas e outras atividades técnico-didáticas (BRASIL, 1971, p. 1).

Com a vigência do presente Decreto, a partir da data de sua publicação, as disposições em contrário foram revogadas. A alteração ocorreu no artigo 3º, que passou a vigorar com a nova redação, especificando que: “as funções de monitor serão exercidas, sob orientação de professores da disciplina, em regime de 12 (doze) horas semanais de efetivo trabalho de monitoria.” O último artigo alterado foi o 4º, que ficou com o seguinte texto: “Aos monitores, que não terão, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, poderá ser atribuída bolsa especial, sem reembolso, em valor fixado, para o exercício de 1971, em Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) mensais.” (BRASIL, 1971, p. 1).

A partir do Decreto nº 85.862/81, foi atribuída competência às Instituições de Ensino Superior para fixar as condições de Ensino superior e fixar as condições necessárias ao exercício das funções de monitoria e dar outras providências, adequando seus Estatutos e Regimentos às normas legais, para atender à atividade de monitoria, como ficou descrito em seu artigo 1º: “caberá às Instituições de Ensino Superior fixar as condições para o exercício das funções de monitor previstas no artigo 41 da lei nº 5.540/68” (BRASIL, 1981, p. 1).

Nesse mesmo decreto, o exercício da monitoria continua sem permitir, em qualquer hipótese, vínculo empregatício; e as despesas com os programas de monitoria nos Estabelecimentos Federais de Ensino Superior continuaram a ser custeadas pelo Ministério da Educação e Cultura com recursos orçamentários destinados a esse fim, ficando estabelecido, também, os limites mínimos e máximos de retribuição dos monitores. Com o estabelecimento do artigo 3º “ficam revogados os Decretos nºs. 66.315/70, e 68.771/71, e demais disposições em contrário” (BRASIL, 1981, p. 1).

Foi na presidência de Fernando Henrique Cardoso que foi sancionada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), que trouxe uma nova redação para a função de monitoria dentro do ensino superior.

Somente após dezesseis anos, surgiu uma nova regulamentação da função de monitor, pois com essa nova legislação sobre educação, a monitoria na Educação Superior deixou de ser uma função obrigatória e passou a ser realizada de acordo com a necessidade das universidades. Em seu Título VIII, das Disposições Gerais, que normatiza a monitoria na Educação Superior, estabelece em seu artigo 84 que: “os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos” (BRASIL, 1996, p. 30).

A monitoria se insere no contexto dessa lei, sob o ponto de vista de uma opção das instituições de ensino superior, na direção de busca da qualidade e humanização do ensino superior brasileiro. Com o intuito de incentivar os estudantes na busca pela carreira docente, através da monitoria, coube às instituições de educação superior envolvê-los em ações da prática docente, como a responsabilidade de formar cidadãos capazes de participar ativamente nas esferas social, política e econômica do país, além de contribuir com a formação cultural e científica da população, colaborando com o estabelecimento e fortalecimento da sociedade, baseada em princípios democráticos.

Em virtude de a monitoria ser uma prática bastante utilizada em muitas universidades federais do Brasil, a seguir, buscou-se desvelar como essa atividade é definida no âmbito de cada esfera institucional.

2.2 Definições de monitoria para as universidades federais do Brasil

Ao realizar um levantamento das definições de monitoria no ensino superior, observou-se que a atividade de monitoria está presente em diferentes universidades federais do Brasil. Nesta seção procurou-se reunir as definições de monitoria das universidades federais de diferentes regiões do país, cada uma com suas particularidades. Assim, considerou-se relevante conhecer a monitoria dentro de diferentes realidades. Por se tratar de uma atividade regulamentada em lei, procurou-se evidenciar a adequação dessas definições para atender aos anseios das comunidades acadêmicas, de acordo com as peculiaridades programáticas dessa modalidade de ensino.

A monitoria no contexto da educação superior se caracteriza como uma experiência pedagógica em que o aluno da graduação, na condição de monitor e sob a supervisão de um docente, interage com seus colegas para prestar assistência nas atividades de ensino. Para Silva e Fernandes (2009, p.1): “A prática da monitoria no contexto educativo data de longo tempo e se define como processo pelo qual alunos auxiliam alunos na situação ensino-aprendizagem.”

Entende-se por monitoria a atividade acadêmica desempenhada por aluno de graduação, sob a orientação do professor, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, com vista à melhor qualificação tecnicocientífica do discente, em conformidade com o respectivo Projeto Pedagógico do Curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2012).

Nas suas diferentes finalidades, é notório o predomínio da preocupação dessas instituições em proporcionar, através dessa prática, uma formação acadêmica de qualidade, bem como, o despertar, no aluno monitor, o interesse pela carreira docente. De acordo com a Universidade de Brasília (2012, p. 1): “a monitoria de graduação é uma modalidade específica de ensino e aprendizagem vinculada às necessidades de formação acadêmica do aluno.”

A formação acadêmica é um ponto crucial para o exercício profissional e parte desta responsabilidade atribui-se ao trabalho docente no dia-a-dia em sala de aula, socializando o conhecimento científico adquirido ao longo de sua trajetória, com os seus

alunos, e reconstruindo, através da interação com estes, novas experiências, saberes e conhecimentos, ampliando sua visão de mundo. Dessa maneira, o programa de monitoria tem sua importância para o enriquecimento da formação acadêmica e para os processos de ensino e de aprendizagem, como pode se verificar em algumas instituições de ensino superior.

O Programa de Monitoria é uma ação institucional direcionada à formação acadêmica do discente e à melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem nos cursos de graduação, envolvendo professores e discentes, na condição de orientadores e monitores, respectivamente (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2008).

A monitoria, como uma atividade didática e pedagógica desenvolvida pelos discentes de graduação, de acordo com o projeto específico de cada curso, “[...] visa contribuir para o aperfeiçoamento do seu processo de formação e melhoria da qualidade do ensino, sob a orientação do professor responsável pela disciplina” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2005, p. 1).

De acordo com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012, p. 1), a monitoria se propõe a:

[...] proporcionar um espaço de aprendizagem para os alunos de graduação. Ela contribui para a qualidade da formação dos estudantes por meio do acompanhamento de monitores nos processos pedagógicos, bem como cria condições para o aprofundamento teórico e o desenvolvimento de habilidades relacionadas à atividade docente.

A adoção da atividade de monitoria nos cursos de graduação do ensino superior permite ao aluno, através dessa nova experiência, ampliar seus espaços de aprendizagem. A Universidade Federal de Pernambuco (2010, p.1) define a monitoria como: “Espaço de aprendizagem, proporcionado aos alunos dos cursos de graduação, visando ao aperfeiçoamento do seu processo de formação e à melhoria da qualidade do ensino.”

A prática da monitoria no ensino superior permite, também, buscar mecanismos de inovação que promovam a integração de conteúdos relacionada a métodos de ensino, que contemplem a integração social do estudante, bem como estimulem a participação destes em outras esferas além da intelectual.

O Programa de Monitoria de Graduação, para a Universidade Federal de Minas Gerais (2007, p. 1), procura, essencialmente:

[...] dar suporte às atividades acadêmicas curriculares vinculadas aos projetos pedagógicos dos cursos atendidos por cada departamento. Este suporte deverá contribuir para a melhoria da qualidade das disciplinas envolvidas e,

conseqüentemente, dos cursos como um todo, bem como iniciar o estudante nas atividades de docência no ensino superior.

Conforme Koppe e Israel (2009, p. 9736), a monitoria é considerada como “[...] uma oportunidade para o acadêmico desenvolver seus talentos e vivenciar o meio universitário sob uma óptica diversa, podendo tornar-se futuramente um docente.” Salientam, ainda, que “[...] o ato de atuar na monitoria dentro de sala e o contato direto com os alunos, muitas vezes colegas de outras disciplinas ou amigos pessoais, incentiva ainda mais a vontade de se dedicar ao ensino.”

Nesse sentido, merece destaque, também, o ponto de vista de outras instituições federais de ensino superior que podem corroborar a conceituação do termo monitoria para fins de despertar no aluno participante o interesse pela carreira docente.

Para a Universidade Federal de Santa Catarina (1993, p. 2): a monitoria tem por finalidade “[...] despertar nos alunos interesse pela carreira docente, prestar auxílio a professores para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades técnico-didáticas, bem como contribuir para a manutenção de um relacionamento pedagógico entre alunos e professores[...].”

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004, p. 1), por sua vez, considera que “a monitoria visa despertar nos seus alunos de graduação, com aproveitamento satisfatório, o interesse pela carreira docente e assegurar a cooperação do corpo discente com o corpo docente, nas atividades de ensino.”

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2009, p.1) salienta que a monitoria visa “[...]contribuir para a melhoria do ensino na graduação; contribuir para o processo de formação do estudante; e despertar no monitor o interesse pela carreira docente.”

Na Universidade Federal do Paraná (2011, p.1), “o Programa de Monitoria constitui-se de atividade formativa à iniciação à docência, que é o desenvolvimento de habilidades de ensino do estudante da graduação e a descoberta da vocação docente.”

De acordo com Universidade Federal do Piauí (1999, p. 1), “a monitoria tem por finalidade despertar nos alunos o interesse pela carreira docente e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de graduação.”

No tocante à melhoria do ensino, a Universidade de Brasília (2012, p. 1) considera a monitoria como “[...] um instrumento voltado à melhoria do ensino de graduação, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas, que visem a fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos.” Assim,

tem como finalidade promover a cooperação mútua entre discentes e docentes e a vivência com o professor e com as suas atividades técnico-didáticas.

Ao mesmo tempo em que a atividade de monitoria estabelece novas propostas para o processo de ensino, interfere, também, criando novos laços na relação entre o monitor e o professor orientador. A monitoria acontece mediante a relação aluno-professor e, para Universidade Federal de Goiás (1985, p. 1) “[...] caracteriza-se como um processo educativo, cujas atividades se desenvolvem de forma conjunta numa integração professor-aluno em perspectivas diversas.”

Essa relação se confirma, segundo Cavalheiro e Pino (2007, p. 9), posto que,

A dinâmica da monitoria é sistematizar situações de aprendizagem que envolva o professor e o monitor num processo educativo onde seja superada a fragmentação e a reprodução de conceitos e se chegue, efetivamente, à reestruturação do próprio conhecimento constituindo desta forma um ciclo de aprendizado, pois novos saberes levam à colocação de novos problemas e a novas compreensões de mundo.

A interação professor-aluno é, para Libâneo (1994, p. 249), “[...] um aspecto fundamental da organização da ‘situação didática’, tendo em vista alcançar os objetivos do processo de ensino: a transmissão e assimilação dos conhecimentos, hábitos e habilidades.”

Incluir essa atividade no processo de ensino demonstra uma possibilidade de ruptura com o modelo tradicional da prática pedagógica, retirando o aluno da condição de submissão e abrindo-lhe um caminho para romper com a reprodução do conhecimento, ao propiciar uma aprendizagem significativa, uma vez que ele passa a ser o sujeito ativo do processo educativo.

A monitoria tem muitos desafios a superar, uma vez que está diretamente ligada à prática do ensino e esse pode ter vários enfoques, dependendo da visão de mundo de quem ensina e de quem aprende. De acordo Cavalheiro e Pino (2007, p. 16):

A necessidade de orientar o ensino e aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades, associado ao conteúdo conceitual, é um dos grandes desafios das aulas orientadas por monitores. Isso implica uma mudança e investimento por parte da escola, pois os alunos monitores necessitam de equipamentos e materiais para as pesquisas de campo e preparo das aulas.

O trabalho com monitoria na educação superior significa uma oportunidade para os cursos de graduação oferecerem, aos seus docentes, diferentes experiências de práticas de ensino, a partir da atuação do monitor. Isso é um estímulo ao docente para a buscar a excelência pedagógica do seu trabalho. Na visão de Faria (2010, p. 50), “[...] os monitores agem em seus grupos de alunos, desempenhando tarefas a partir das orientações de seus professores e de necessidades dos outros envolvidos no grupo.”

A prática docente integra o processo educativo no qual o professor é responsável pela formação escolar dos indivíduos, possibilitando a inserção desse indivíduo na sociedade, bem como estimulando o seu desenvolvimento cultural, político e social.

Na visão de Libâneo (1994, p. 17):

A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-los em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.

O docente precisa estar alerta a essa dinâmica social, permanecendo em constante aperfeiçoamento teórico e prático da profissão, além de conceber o conhecimento como algo mutável, superando a visão conteudista e fragmentária do conhecimento, estimulando no aluno a reflexão do conhecimento adquirido e a sua reconstrução na medida em que este interage com o seu meio.

De acordo com Farias (2008, p. 62):

[...] o professor está situado em um contexto político, econômico e cultural no qual cresce e se desenvolve. As diferentes pessoas com os quais convivem nos diferentes lugares que frequenta: na igreja, na escola, no grupo de amigos, nas rodas de brincadeiras ampliam seu aprendizado.”

A monitoria reúne um conjunto de atividades que auxiliam a docência e que permite a inserção do aluno nas diversas atribuições inerentes à prática docente, ao mesmo tempo em que possibilita a apropriação das habilidades relacionadas à atividade didática. Essas novas experiências pedagógicas contribuem com a melhoria do ensino de graduação, fortalecendo a articulação entre teoria e prática, bem como, a integração curricular, em seus diferentes aspectos. A monitoria é parte integrante dos processos de ensino e de aprendizagem e está inserida no projeto de formação do aluno.

Cavalheiro e Pino (2007, p. 19) entendem que: “as atividades de monitoria se tornam estratégias pedagógicas apropriadas para fortalecer o companheirismo entre os colegas e a desenvolver a comunicação, o que se torna comum a todos com a troca de idéias entre os alunos.”

Nesse contexto, observou-se que as finalidades das atividades de monitoria contemplam uma diversidade de aspectos educacionais, podendo estar relacionada à atividade didaticopedagógica, aos processos de ensino e de aprendizagem, à qualificação científica do discente, à melhoria da qualidade de ensino, a um espaço de aprendizagem, às atividades

acadêmicas e curriculares, ao relacionamento pedagógico entre professor e aluno, despertando o interesse pela carreira docente, desenvolvendo talentos e a estratégia pedagógica.

Nessa perspectiva, é preciso sensibilizar os alunos para um futuro exercício da carreira docente, ou envolvê-los em atividades que são inerentes à prática dessa profissão, contribuindo, assim, com sua formação acadêmica, pois essas são algumas das finalidades dessa atividade.

Na seção seguinte, tratou-se a monitoria quanto aos seus aspectos legais, em uma explanação sobre esta atividade na UFC. Na sequência, efetuou-se um levantamento da resolução, estrutura, funcionamento e operacionalização da monitoria do PID.

3 A MONITORIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Esta pesquisa sobre a monitoria de iniciação à docência foi realizada na UFC, uma autarquia educacional de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação. Criada pela Lei nº. 2.373 de 16 de dezembro de 1954 e instalada em 25 de junho do ano seguinte, a UFC é regida administrativa e juridicamente de acordo com seu Estatuto, Regimento Geral e Regimento Interno de suas diversas unidades acadêmicas.

A UFC, no período de 2011, possuía 111 cursos de graduação presenciais, 08 cursos de graduação semipresenciais distribuídos em três *campi*: Fortaleza, Sobral, Cariri e Quixadá. Em Fortaleza, encontram-se os *Campus* do Benfica, Pici, e Porangabuçu.

O Campus do Benfica é constituído pelo Centro de Humanidades, Faculdade de Educação, Faculdade de Direito, Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade (FEAAC). No Centro de Humanidades, encontram-se os cursos de Biblioteconomia, Ciências Sociais, História, Letras, Psicologia. Na Faculdade de Direito está o Curso de Direito e na Faculdade de Educação, o Curso de Pedagogia. A Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade (FEAAC) é constituída pelos cursos de Ciências Econômicas, Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Secretariado Executivo.

O *Campus* do Pici é constituído pelo Centro de Ciências, Centro de Tecnologia, Centro de Ciências Agrárias, Instituto de Cultura e Arte (ICA), Instituto de Educação Física e Esportes (IEFES) e o Instituto UFC Virtual.

No Centro de Ciências estão os cursos de Biotecnologia, Ciências Biológicas, Computação, Estatística, Física, Geografia, Geologia, Matemática, Matemática Industrial, Química. O Centro de Ciências Agrárias é formado pelos cursos de Agronomia, Economia Doméstica, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Pesca, Zootecnia.

No Centro de Tecnologia estão os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Engenharia de Alimentos, Engenharia Civil, Engenharia de Energias Renováveis, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Produção Mecânica, Engenharia de Teleinformática, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Metalúrgica, Engenharia Química.

O Instituto de Cultura e Arte é formado pelos cursos de Cinema e Audiovisual, Dança, Design de Moda, Educação Musical, Filosofia, Gastronomia, Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Teatro.

No Instituto de Educação Física e Esportes está o curso de Educação Física e no Instituto UFC Virtual com o curso de Sistemas e Mídias Digitais.

O *Campus* do Porangabuçu é constituído pela Faculdade de Medicina, com os cursos de Medicina e Fisioterapia e a Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE), com os cursos de Farmácia, Odontologia, Enfermagem.

O Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR) também integra as unidades acadêmicas da UFC e é formado pelos cursos de Ciências Ambientais e Oceanografia.

Com a expansão universitária, a UFC ampliou suas instalações para Quixadá, Sobral e Cariri. No *Campus* da UFC em Quixadá estão os cursos de Engenharia de *Software*, Redes de Computadores, Sistemas de Informação, enquanto o *Campus* da UFC em Sobral é formado pelos cursos de Ciências Econômicas, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Finanças, Medicina, Música, Licenciatura, Odontologia, Psicologia, Magistério Indígena Superior Intercultural dos Povos Pitaguary, Tapeba, Kanindé, Jenipapo-Kanindé e Anacé (MISI-PITAKAJÁ) e Magistério Indígena Tremembé Superior (MITS).

No *Campus* do Cariri encontram-se os cursos de Medicina, Administração, Agronomia, Biblioteconomia, Comunicação Social/Jornalismo, *Design* de Produto, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Filosofia, Música – Licenciatura.

Inserida no contexto da educação superior, a UFC estabeleceu o trabalho com monitoria nos seus cursos de graduação a partir de 1968, após a regulamentação dessa atividade em legislação específica. A UFC acreditou na parceria professor-aluno, para alcançar mecanismos de melhoria nos processos de ensino e de aprendizagem, através da criação do programa de monitoria em busca de contribuir para a qualidade na formação acadêmica e estimular seus alunos a almejem a carreira docente.

A UFC destaca-se no Ensino Superior do Ceará desenvolvendo suas atividades com o propósito de atender às demandas da sociedade. A sua missão “é formar profissionais da mais alta qualificação, gerando e difundindo conhecimentos, preservando e divulgando os valores artísticos e culturais, constituindo-se uma instituição estratégica para o desenvolvimento do Ceará, do Nordeste e do Brasil” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012a, p. 1). Nesse sentido, busca, com a sua visão:

Consolidar-se como instituição de referência no ensino da graduação e pós-graduação (*stricto* e *lato sensu*), de preservação, geração e produção de ciência e tecnologia, e de integração com o meio, como forma de contribuir para a superação das desigualdades sociais e econômicas, por meio da promoção do desenvolvimento sustentável do Ceará, do nordeste e do Brasil. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012a, p. 1).

A atividade de monitoria é uma ferramenta pedagógica prevista no Regimento da instituição e possibilita ao estudante de graduação participante o aproveitamento dessa experiência como atividade complementar no seu currículo escolar. Nos cursos de graduação, essa modalidade de trabalho tem sido utilizada com frequência como estratégia de apoio ao ensino. Percebe-se, em sua aplicabilidade, que os estudantes mais adiantados nos programas escolares auxiliam na instrução e na orientação de seus colegas juntamente com o professor orientador.

Conforme a UFC (2011a, *on line*), a atividade de monitoria tem como finalidade “propiciar o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas visando à formação para o exercício da docência.” Esta instituição, ao desenvolver seu programa de monitoria, estimula e facilita a interação entre estudantes e professores-orientadores, nas atividades voltadas ao ensino, de forma que a trazer benefícios que impactem no desenvolvimento da aprendizagem.

A monitoria na UFC se desenvolve através de diversos programas, dentre eles o PID. A magnitude deste programa está na sua aspiração, que visa à qualificação de futuros docentes, através de um sistema de monitoria, ao mesmo tempo em que estimula nos seus discentes o interesse pela vida acadêmica e pela carreira docente. A monitoria é um serviço de apoio pedagógico, oferecido aos alunos da graduação, oportunizando o desenvolvimento de habilidades técnicas e aprofundamento teórico e/ou prático dos conteúdos, bem como a superação de dificuldades em relação à matéria trabalhada em aula, proporcionando o aperfeiçoamento acadêmico.

A UFC (1992), quanto à relação professor-aluno, acredita que a interação tutelar entre professores e alunos é o melhor caminho para a facilitação dos mecanismos de ensino e aprendizagem, para formação da personalidade de futuros professores e pesquisadores e para assegurar um bom relacionamento entre o corpo docente e discente.

A UFC oferece aos seus estudantes várias oportunidades de bolsas de estudo para atuarem nas diferentes esferas do ensino, pesquisa e extensão. Essa é uma oportunidade que o aluno de graduação tem para enriquecer o seu currículo, pois além do conteúdo comum, previsto nas disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas, a participação no programa de monitoria também é aproveitada para compor a sua integralização curricular, conforme legislação específica.

Assim, sob a supervisão da PROGRAD da UFC, incluem-se as atividades classificadas como monitoria: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

(PIBID), Projeto de Graduação, Projeto da PROGRAD, Programa de Aprendizagem Cooperativa (PAC) e o Programa de Iniciação à Docência (PID).

O PIBID é um programa do governo federal, vinculado ao Ministério da Educação, direcionado às “instituições públicas de ensino superior, voltado, apenas, para os cursos de licenciatura, no qual são disponibilizadas bolsas para alunos dos cursos de licenciaturas, coordenadores e supervisores responsáveis institucionalmente pelo programa.”

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2011), o PIBID oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais, que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o PIBID faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais.

Para o Ministério da Educação o propósito do programa é unir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas para alcançar a melhoria do ensino nas escolas públicas em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) esteja abaixo da média nacional que é 4,4 (BRASIL, 2011). Entre as propostas do PIBID está o incentivo à carreira do magistério nas áreas da educação básica, com maior carência de professores com formação específica em ciência e matemática de quinta a oitava séries do Ensino Fundamental e de física, química, biologia e matemática para o Ensino Médio.

Podem apresentar propostas de projetos de iniciação à docência as instituições federais e estaduais de ensino superior, além de institutos federais de educação, ciência e tecnologia com cursos de licenciatura que apresentem avaliação satisfatória no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Os estabelecimentos devem ter firmado convênio ou acordo de cooperação com as redes de educação básica pública dos Municípios e dos Estados, prevendo a participação dos bolsistas do PIBID em atividades nas escolas públicas.

Esse programa, assim como o PID, entre suas finalidades, visa à preparação para a exercício da docência, sendo que, no PIBID a experiência dos estudantes de graduação acontece nas escolas públicas e no PID a vivência acontece dentro da universidade.

No PID, as vagas são destinadas aos estudantes dos cursos de graduação, tanto na modalidade de bacharelado como de licenciatura e o monitor desenvolve suas atividades nas disciplinas dos cursos de graduação para a qual foi selecionado. No PIBID vagas de monitoria se destinam, exclusivamente, aos alunos dos cursos de licenciatura.

Os demais programas se incluem nas modalidades de monitoria propostas pela UFC custeadas com recurso financeiro próprio e gerenciados pela PROGRAD.

A monitoria de Projeto da Graduação foi criada pela PROGRAD, no ano de 2008, caracterizada, inicialmente, pelo trabalho com monitoria nas coordenações dos cursos de graduação. Podem participar do programa, através da solicitação de monitores, por meio de implementação ou renovação de projeto, os Coordenadores de programas acadêmicos, Coordenadores dos cursos de graduação e professores da UFC.

Essa monitoria de projeto tem como objetivos:

- a) reduzir a evasão nos cursos de graduação da UFC;
- b) contribuir com uma melhor ambientação do estudante nos primeiros semestres da graduação;
- c) melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem nos cursos de graduação;
- d) contribuir para o processo de formação do estudante de graduação;
- e) valorizar, academicamente, a contribuição do graduando em projetos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011d, p. 1).

Os Coordenadores de Programas Acadêmicos, os Coordenadores dos Cursos de Graduação e os professores da UFC podem apresentar projetos, desde que todas as ações previstas sejam aprovadas pelo colegiado da coordenação do curso de graduação envolvido. No momento da elaboração do projeto, é necessário traçar objetivos, atividades a serem desenvolvidas pelo monitor, e a forma de acompanhamento e de avaliação das atividades dos monitores.

A monitoria de Projeto da PROGRAD é uma política de incentivo à graduação que se diferencia da anterior pelo fato dos monitores selecionados desenvolverem suas atividades nas coordenadorias da própria PROGRAD e visa atender aos seguintes objetivos:

- a) propiciar oportunidade ao estudante de graduação para o aprimoramento de sua formação escolar, junto à gestão universitária, permitindo-lhe uma ampliação de seus conhecimentos referentes à estrutura e à dinâmica acadêmica;
- b) criar espaços de participação discente nas ações desenvolvidas pela COPAC, COPAV, COPIC E COFAC relacionadas à graduação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011e, p. 1).

Outra modalidade de monitoria da PROGRAD é a de Aprendizagem Cooperativa, que surgiu, também, como uma política de incentivo à graduação, da PROGRAD, para o estudante com habilidade para articular a organização de Células Estudantis de Aprendizagem

Cooperativa (grupos de estudo), nos diversos ambientes e unidades acadêmicas da UFC, nos *Campi* de Fortaleza.

Os objetivos da monitoria de aprendizagem cooperativa são:

- a) estimular a interação entre os estudantes, incentivando a formação de células de aprendizagem cooperativa (grupos de estudo), para melhorar o aprendizado, aumentar o rendimento acadêmico e alcançar outros objetivos de âmbito interpessoal e social;
- b) possibilitar a formação continuada de Estudantes Cooperativos, para atuarem em rede no sentido de contribuir com a formação de futuros profissionais com maior habilidade, para trabalhar em grupo e agir cooperativamente (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2008, p.1).

Nas atividades desenvolvidas pelos monitores nas células estudantis, os estudantes selecionados serão incentivados a atuar fora de sala de aula como articuladores (monitores) de grupos de estudo durante o período de vigência da bolsa. Os monitores selecionados, também, participarão de um processo de formação continuada que envolverá atividades estabelecidas pela coordenação do programa, tais como leitura de textos, participação de grupos de aprendizagem, oficinas e outros. Todos os bolsistas deverão participar e apresentar trabalho nos encontros universitários.

Dentre as modalidades de monitoria presentes na UFC, já citadas, o estudo se deteve apenas na monitoria do PID, que se volta a uma atividade acadêmica de caráter opcional ofertada aos alunos dos cursos de graduação, nas suas diversas unidades acadêmicas e *campi*. Essa atividade de monitoria desenvolvida na UFC encontra-se respaldada em seu Estatuto, Regimento e Resoluções

A legislação pertinente ao programa de monitoria da UFC foi estabelecida pelo Conselho Universitário (CONSUNI) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). O CONSUNI, da UFC, “[...] é o órgão superior deliberativo e consultivo responsável por traçar a política universitária e decidir em matéria de administração, inclusive gestão econômica e financeira.” O CEPE, da UFC, “[...] é o órgão superior deliberativo e consultivo da Universidade, em matéria de ensino, pesquisa e extensão.”

No intuito de conhecer a prática de monitoria por meio de sua legislação, foi realizada uma revisão de documentos próprios da monitoria de iniciação à docência, com o intuito de desvelar a sua função pedagógica, sua estrutura, funcionamento e operacionalização dentro da UFC.

O exercício da monitoria na Universidade Federal do Ceará ficou estabelecido pela Resolução n.º 04/CONSUNI, de 19 de junho de 1985, que baixou normas complementares sobre seleção e admissão de monitores e determinou outras providências no tocante ao seu funcionamento. A partir desta resolução, foram traçados e definidos seguintes objetivos:

- a) desenvolver no aluno que apresente rendimento escolar comprovadamente satisfatório o interesse e a aptidão para a carreira docente;
- b) assegurar maior interação entre o corpo discente e o corpo docente nas atividades de ensino (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 1993a, p.8).

Nesse momento, a atividade de monitoria teve como foco despertar no aluno o interesse pela carreira docente e priorizar a questão da relação professor-aluno. Posteriormente, outros objetivos foram agregados e vieram a somar aos atuais objetivos que compõem a legislação vigente. Mesmo com a incorporação de novos atributos a serem desenvolvidos com a monitoria, o interesse pela carreira docente e o estreitamento da relação professor–aluno continuaram a fazer parte das finalidades do programa.

Nesse contexto legal, a PROGRAD foi responsável por elaborar um plano geral para atribuir as vagas de monitores a cada Centro ou Faculdade que, posteriormente, eram distribuídas entre seus departamentos. Estes, por sua vez, redistribuíam as vagas de monitoria entre as disciplinas que desenvolveriam o trabalho com monitoria. Com a legislação atual, essa prática foi compartilhada com o Grupo de Trabalho de Monitoria (GTM).

Com a legislação de 1985, cada Departamento ficou responsável por realizar o processo de seleção dos seus monitores, através da divulgação de edital, que fixava as condições de inscrição, critérios e demais exigências. A seleção estava a cargo de uma comissão de três docentes designados pelo chefe do Departamento. Com a legislação atual, essa responsabilidade continuou com os departamentos, sendo expandida, também, às direções das unidades acadêmicas que não possuem esse órgão.

Participar do programa de monitoria permite ao estudante de graduação a inclusão dessa atividade em seu histórico escolar. Além da experiência acumulada com o programa, o estudante é estimulado a prosseguir com seus estudos, em busca da carreira docente. Dessa forma, ao se candidatar para seleção de docente do ensino superior, o participante da monitoria também se torna um diferencial em relação aos outros candidatos, em termos de pontuação.

O exercício da função de monitoria na UFC assegura ao aluno participante o pagamento de uma bolsa de estudo pela atividade desenvolvida, estabelecido em legislação específica. A aprovação da Resolução nº.06/CONSUNI, de 29 de setembro de 1988, que revogou a Resolução nº 02/CONSUNI, de 12 de fevereiro de 1988, prescreveu a forma de pagamento de todas as modalidades de bolsas concedidas pela UFC, dentre elas, a de monitoria, conforme o artigo 1º da Resolução nº 06/CONSUNI, de 29 de setembro de 1988.

A concessão de bolsas de monitoria por parte da PROGRAD ocorria mediante a elaboração de um plano operacional que contemplava o número e o valor das bolsas que seriam pagas. Essa concessão aconteceu mediante as determinações do plano operacional em vigência e das disponibilidades orçamentárias para aquele ano. A finalidade da bolsa de monitoria encontra-se estabelecida no seu artigo 2º, como sendo para “[...] desenvolver, nos alunos que apresentem rendimento escolar satisfatório, o interesse e a aptidão para a carreira docente” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 1993b, p. 20.)

As fontes de recursos para o pagamento das bolsas, foram efetuadas, conforme artigo 3º. da Resolução nº 06/CONSUNI, de 29 de setembro de 1988, por “[...]recursos provenientes do Tesouro Nacional, Auxílio e/ou Convênio e Receita Diretamente Arrecadada.” Entretanto, os valores de cada tipo de bolsa, as quantidades e os respectivos períodos de concessão foram determinados conforme a resolução nº. 06/ CONSUNI/88, em seu artigo 4º, estabelecendo que “[...]serão fixados semestralmente, mediante Portaria do Reitor, com base em estudos feitos pelas pró-reitorias respectivas e de acordo com a disponibilidade orçamentária.”

O artigo 5º da Resolução nº 06/CONSUNI/88 estabeleceu que: “a seleção, a coordenação, o acompanhamento e avaliação dos bolsistas, bem como o regime em que exercerão as suas atividades, serão objeto de normas específicas a serem baixadas pelos órgãos competentes.” No caso da UFC, o exercício da monitoria é garantido para posterior ingresso na carreira docente, como está previsto em seu Estatuto através do artigo 98 que descreve: “O exercício de monitoria constitui título para o posterior ingresso na carreira de magistério superior” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2010, p. 29).

É da competência do reitor da UFC, dentre as suas atribuições, baixar atos relativos à contratação de monitores. O programa de monitoria é destinado somente para o corpo discente da própria instituição, e os que pretendem participar do programa precisam demonstrar capacidade de desempenho, no âmbito de determinadas disciplinas já cursadas. No parágrafo único, do artigo 97 fica explícito que: “A capacidade de desempenho será

ajuizada pelo exame da vida escolar dos estudantes e por meio de provas específicas feitas de acordo com os planos dos Departamentos.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2010, p. 29).

Conforme o Regimento da Universidade Federal do Ceará (2011d), que versa sobre monitoria, em seu artigo 191, os monitores, a que se refere o artigo 101 do Estatuto, serão admitidos por disciplina, cabendo-lhe basicamente:

- a) auxiliar os professores em tarefas que possam ser executadas por estudantes que já tenham sido aprovados nas respectivas disciplinas;
- b) auxiliar os alunos, orientando-os em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com o seu nível de conhecimento e experiência das disciplinas;
- c) constituir-se um elo entre professores e alunos, visando ao constante ajustamento da execução dos programas ao natural evoluir da aprendizagem.

O funcionamento da monitoria, na UFC, é regulamentado pelo CONSUNI em seu artigo 192 e prevê que: “A admissão de monitores será feita segundo normas aprovadas pelo Conselho Universitário” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011f, p. 38).

As atividades desenvolvidas pelos monitores garantem o recebimento de bolsa de estudo para aqueles classificados como remunerados. Em relação ao pagamento de bolsa, existe uma legislação específica estabelecida pelo Conselho Universitário. Várias Resoluções foram criadas, ao longo da existência do programa de monitoria, a fim de garantir a concessão do pagamento e, evolutivamente, foram sendo revogadas até atingirem a atual legislação. Ao analisar as resoluções relativas ao pagamento da monitoria, algumas delas foram resgatadas, conforme tabela 1:

Tabela 1 – Distribuição das Resoluções quanto a normatização do pagamento das bolsas do Programa de Monitoria da UFC

RESOLUÇÃO	DATA	RESOLUÇÃO QUE REVOGOU
Nº 01/CONSUNI	de 27 de janeiro de 1984	Nº 08/ 1985
Nº 08/CONSUNI	de 12 de julho de 1985	Nº 01/ 1986
Nº 01/CONSUNI	de 21 de fevereiro de 1986	Nº 02/ 1988
Nº 02/CONSUNI	de 12 de fevereiro de 1988	Nº 06/1988
Nº 06/CONSUNI	de 29 de setembro de 1988	vigente

Fonte: Elaboração Própria (2012).

O PID, na sua atual estruturação, é regido de acordo com a Resolução Nº01/CEPE, de 04 de março de 2005. A experiência na monitoria permite ao estudante de graduação agregar essa vivência à sua formação acadêmica, podendo, também, servir de

suporte para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. A aprendizagem e as experiências vividas serão válidas para esse estudante, quando estiver em seu ambiente social e no exercício profissional.

Através da educação escolar, o indivíduo tem a oportunidade de se inserir no universo do conhecimento, ampliando as possibilidades e perspectivas de atuação na sociedade. Conforme Libâneo (1994, p. 18): “[...] a educação é um fenômeno social. Isso significa que ela é parte integrante das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada sociedade.”

A atividade de monitoria de iniciação à docência é considerada uma atividade complementar e, de acordo com a Resolução nº 07/CEPE, de 17 de junho de 2005, em seu artigo 1º:

As atividades complementares dos cursos de graduação constituem um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação de saberes e habilidades necessárias, a serem desenvolvidas durante o período de formação do estudante. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005b, p.1).

A legislação vigente sobre a monitoria de iniciação à docência foi definida pelo CEPE, após uma reunião realizada em 04 de março de 2005, acatando as normatizações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394/96 e o estatuto da universidade.

Dentro da atual conjuntura, a monitoria de iniciação à docência da UFC destaca-se, quanto a sua relevância, como um programa que visa à qualificação de futuros docentes, através de um sistema de monitoria, buscando, ainda, desenvolver nos discentes o interesse pela vida acadêmica e pela carreira docente.

O monitor, peça chave do PID, tem suas competências estabelecidas a partir da Resolução nº 01/05, como o conhecimento dos termos e das exigências da legislação vigente, relativa à atividade de monitoria. Assegurar a prática de monitoria em conformidade com a legislação evita a ocorrência de desvios, por exemplo, impedindo o professor orientador de delegar ao estudante monitor atividades de sua responsabilidade ou de caráter administrativo, que venham a descaracterizar os propósitos do PID.

Esse é um programa que está sob a gestão da PROGRAD, realizada por meio de uma comissão específica, denominada de Grupo de Trabalho de Monitoria (GTM). Conforme Resolução nº 01/05 do CEPE, em seu artigo 9º:

Por ocasião do Planejamento Acadêmico, definido no Calendário Universitário, os Departamentos, juntamente com a Coordenação de Curso, encaminharão à Pró-Reitoria de Graduação seus projetos de monitoria para o ano letivo, os quais serão apreciados pelo GTM.

Os Departamentos procederão ao processo seletivo para a habilitação de monitores, divulgando amplamente cada edital de seleção.

Após um levantamento, a monitoria, na UFC, segue, particularmente, o PID, com o detalhamento da sua estrutura, funcionamento e operacionalização.

3.1 Constituição do Programa de Iniciação à Docência na Universidade Federal do Ceará

Neste capítulo, realizou-se um levantamento sobre o PID com o intuito de conhecer o seu funcionamento e operacionalização. Para tanto, as informações originaram-se a partir da análise dos documentos sobre a monitoria e da experiência profissional da investigadora na CAD da PROGRAD.

3.1.1 Grupo de Trabalho de Monitoria (GTM)

O GTM é a comissão responsável pela gestão do PID, juntamente com a PROGRAD. Os integrantes dessa comissão estão subordinados a esta pró-reitoria e são escolhidos para integrar o grupo por um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido uma única vez.

Essa comissão é constituída por um professor representante da PROGRAD e um professor de todas as unidades acadêmica da UFC, com seus respectivos suplentes. De acordo com a Resolução nº 01/CEPE, de 04 de março de 2005, em seu artigo 4º: “O GTM será constituído de um representante da Pró-Reitoria de Graduação e de professores representantes dos Centros e Faculdades da UFC, com seus respectivos suplentes, indicados pelos Conselhos Departamentais ou de Centro.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005a, p. 2).

Os membros do GTM são designados pelo Reitor da Universidade, mediante portaria, conforme o artigo 4º da referida resolução, em seu parágrafo único estabelecendo que: “os componentes do GTM serão designados mediante Portaria do Reitor, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.”

Dentro do PID, o GTM desempenha suas atividades e tem as seguintes finalidades, conforme a Resolução vigente:

- a) estabelecer normas gerais e critérios complementares para a sistemática do Programa de Iniciação à Docência (PID);
- b) fomentar, difundir e dinamizar o PID;
- c) avaliar e redimensionar o PID, a partir de sugestões encaminhadas pelos Departamentos, Coordenações de Cursos, Centros ou Faculdades da UFC. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005, p.2)

Atualmente, o GTM possui dezesseis integrantes representado por cada unidade acadêmica da UFC, que são: Centro de Ciências, Centro de Ciências Agrárias, Centro de Tecnologia, Faculdade Educação, Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade, Centro de Humanidades, Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Instituto de Ciências do Mar, Instituto de Cultura e Arte, Instituto de Educação Física e de Esportes, Instituto Virtual e os dos Campi Sobral, Cariri e Quixadá.

3.1.2 Funcionamento do Programa de Iniciação à Docência

A monitoria do PID da UFC está estabelecida nos seus cursos de graduação, através da legislação específica. Esse programa é regulamentado, atualmente, pela Resolução Nº01/ CEPE, de 04 de março de 2005, já analisada, que trata da relevância do Programa de qualificação de futuros docentes, através de um sistema de monitoria, com a finalidade de desenvolver, nos discentes, o interesse pela vida acadêmica e pela carreira docente.

O PID está sob a responsabilidade da PROGRAD, sendo gerenciado pela CAD, que trabalha diretamente com a sua operacionalização em parceria do GTM.

De acordo com a Resolução Nº 02/CEPE, de 3 de maio de 2011, essa atividade acadêmica fica sob a responsabilidade de um docente da instituição, de uma Coordenação Geral do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, sendo considerada, como atividade acadêmica, própria do pessoal docente de nível superior.

Esse trabalho com a monitoria desenvolve-se no contexto das unidades acadêmico-administrativas, em seus diferentes cursos de graduação sendo uma oportunidade para todos os estudantes dos cursos de licenciatura ou bacharelado da UFC, como também para os cursos de graduação agregar novas experiências de ensino.

Segundo a Resolução nº01/CEPE, de 04 de março de 2005, em seu artigo 1º, o PID tem como objetivos:

- a) contribuir com o processo de formação do estudante de graduação;
- b) proporcionar a participação do estudante monitor nas atividades docentes, juntamente com o professor orientador;
- c) facilitar a interação entre estudantes e professores orientadores nas atividades de ensino, visando ao desenvolvimento da aprendizagem;
- d) proporcionar ao monitor uma visão globalizada da disciplina e vivências da relação teoria e prática;
- e) envolver o estudante em trabalho de ensino associada à pesquisa.

O PID é aberto para a participação dos estudantes de todos os cursos de graduação da UFC, com a possibilidade de o estudante participar da monitoria como monitor remunerado ou voluntário. Em ambos os casos, o candidato à vaga precisa submeter-se ao processo seletivo e já ter cursado a disciplina que pretende monitorar.

Segundo Natário e Santos (2010, p. 10) “[...] algumas IES optaram por conviver com um único tipo de monitoria ou com os dois, a remunerada e a não-remunerada, também chamada de ‘voluntária’. Os benefícios e atribuições costumam ser os mesmos para ambos os tipos, exceto, é claro, quanto ao pagamento.

O funcionamento do programa envolve sucessivas etapas até a confirmação do monitor para atuar na disciplina. Foi feito um breve detalhamento para facilitar essa compreensão.

3.1.3 Vagas de monitoria

Anualmente, a PROGRAD da UFC divulga, através de edital específico, o quantitativo das vagas para a monitoria do PID, que serão distribuídas entre todas as suas unidades acadêmicas.

A fixação desse número de vagas para monitoria acontece após o consenso entre Reitoria, Pró-reitoria de Planejamento e PROGRAD, respeitando sempre a previsão orçamentária para cada ano.

Para o ano de 2011, foram disponibilizadas 700 vagas de monitorias remuneradas e 700 para monitorias voluntárias. Após uma análise das planilhas de distribuição de vagas dos anos anteriores, foi possível perceber um aumento significativo e gradativo da quantidade de vagas para monitoria, a cada ano. Isso demonstra o interesse da PROGRAD por expandir o programa, para atender a um número maior de estudantes dos cursos de graduação, que

também cresceu impulsionado pelo aumento do número de vagas e criação de novos cursos, o que ampliou a procura pelo programa e, de acordo com o Edital nº 22/2010- PROGRAD-UFC, a PROGRAD da UFC estabeleceu o quantitativo de 700 (setecentas) bolsas de monitoria remunerada para vigência no ano de 2011. A distribuição dessas vagas de monitoria foi definida em reunião entre o representante da CAD e os representantes de cada unidade acadêmica, que compõe o GTM.

Tabela 2 – Distribuição das vagas de monitoria do Programa de Monitoria de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Ceará, por Unidades Acadêmicas, no ano de 2011

N.	UNIDADE ACADÊMICA	VAGAS REMUNERADAS
1.	Campus do Cariri (sem o curso de Medicina)	44
2.	Campus de Sobral (sem o curso de Medicina)	38
3.	Campus de Quixadá	14
4.	Centro de Ciências	114
5.	Centro de Ciências Agrárias	52
6.	Centro de Tecnologia	42
7.	Centro de Humanidades	65
8.	Faculdade de Direito	12
9.	Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade	38
10.	Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem	66
11.	Faculdade de Educação	18
12.	Faculdade de Medicina (incluindo os cursos de Medicina de Sobral e do Cariri)	144
13.	Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR)	10
14.	Instituto de Cultura e Arte	34
15.	Instituto de Educação Física e Esportes	5
16.	Instituto UFC-Virtual	4
	Total	700

Fonte: Universidade Federal do Ceará (2011a, p. 1).

Por decisão do representante do GTM da unidade acadêmica da Faculdade de Medicina e dos representantes dos *Campi* Sobral e Cariri, as vagas do curso de medicina destes *Campi* ficaram sob a gestão da Faculdade de Medicina em Fortaleza, uma vez que esta ficou responsável pelo processo de seleção dos projetos.

Para concorrer às vagas de monitoria de iniciação à docência, o professor interessado submete seu projeto, no período de inscrição previsto no calendário universitário, à CAD. Esse processo ocorre, geralmente, ao final de cada ano letivo.

3.1.4 Tramitação de pedidos

Atualmente, a CAD é o setor responsável pelo planejamento, funcionamento e operacionalização do programa de monitoria de Iniciação à Docência.

Essa monitoria inicia-se com a abertura do edital para seleção de novos projetos ou renovação dos já existentes, para o preenchimento das vagas de monitoria remunerada e voluntária. Sendo um processo público, todos os docentes da UFC podem solicitar monitores para suas disciplinas, desde que tenham interesse em vivenciar uma nova experiência de ensino e que atendam aos requisitos previstos no edital do programa, o documento legal que abordará os critérios de participação, seleção e aprovação dos projetos.

O projeto é o instrumento pelo qual o docente expõe seus argumentos e justifica a necessidade do monitor para sua disciplina. É constituído de algumas etapas como: os dados de identificação do projeto, que é o local em que o docente informa o título do seu projeto, a unidade acadêmica, departamento e curso em que se aplicará a monitoria, especifica e, também, se é projeto novo ou renovação do já existente e quantas vagas serão solicitadas. Segue com a identificação do professor orientador a carga horária disponibilizada ao ensino e à participação como avaliador, no encontro de iniciação à docência e quantos trabalhos foram avaliados, bem como a titulação do docente e contatos.

No item do projeto, que consiste na identificação da disciplina, o docente indica em qual disciplina o monitor irá atuar, a natureza da disciplina, se é obrigatória ou optativa, a situação da disciplina na integralização curricular, o número de alunos matriculados, o número de créditos, de turmas, de alunos e a natureza da disciplina, se é teórica ou prática ou ambas.

O docente que pretende desenvolver o trabalho com monitoria na sua disciplina estabelece e descreve as atividades didático pedagógicas que serão aplicadas, como também, justifica a necessidade do monitor, estabelece os objetivos, a metodologia que será utilizada e as formas de acompanhamento do trabalho dos monitores. Preenchidos todos os dados solicitados para o projeto, as informações prestadas serão julgadas conforme critérios já estabelecidos, ou seja, cada item corresponde a uma pontuação que, ao final da análise, dará a média final do projeto. As propostas são submetidas à CAD, setor responsável pela operacionalização do processo e distribuição dos projetos para os representantes do GTM de acordo com cada unidade acadêmica.

A CAD recebe, cataloga e entrega os projetos aos representantes do Grupo de Trabalho de Monitoria, para análise, aprovação dos projetos e contemplação das vagas de monitoria, de acordo com a solicitação de cada professor e a pontuação do projeto. Os projetos inscritos são entregues aos representantes do GTM, que formam comissões internas em cada unidade acadêmica para avaliar, de acordo com os critérios pré-estabelecidos.

3.1.5 Distribuição das vagas de monitoria

Os representantes do GTM recebem da CAD, os projetos para análise e aprovação. Em seguida, formam comissões internas, no âmbito de cada unidade acadêmica, para efetuar a aprovação dos projetos, para atendimento das solicitações de vagas de monitoria.

Os projetos submetidos à concorrência das vagas de monitoria são avaliados em relação aos critérios especificados no edital vigente. Para cada critério, é atribuído um percentual e, ao final do processo de seleção, os valores de todos os itens são somados e os projetos recebem uma classificação, de acordo com a ordem crescente de pontuação.

O processo de avaliação dos projetos inscritos acontece em duas fases, conforme edital específico. A primeira fase é a de natureza qualitativa e eliminatória, que levará em consideração a relevância, qualidade e adequação do projeto aos objetivos do PID. A participação no Encontro de Iniciação à Docência, para apresentação de trabalhos nos Encontros Universitários, também é um requisito que, se não for cumprido, pode desclassificar o projeto.

A segunda fase de avaliação dos projetos se dá por uma análise que leva em consideração uma escala de pontuação dos itens que compõe o projeto. Para efeito de avaliação são considerados os seguintes critérios:

- a) se é renovação ou novo projeto;
- b) número de alunos matriculados na(s) disciplina(s) do projeto (no máximo duas disciplinas correlatas) nos dois últimos semestres;
- c) a carga horária média do(s) professor(es) dedicada ao ensino de graduação;
- d) a natureza da(s) disciplina(s) – obrigatória ou optativa;
- e) as características da(s) disciplina(s) – teórica, teórica-prática ou prática;
- f) a situação da(s) disciplina(s) na integralização curricular.
- g) Participação do Orientador como avaliador no Encontro de Iniciação à Docência, nos Encontros Universitários 2011 da UFC; e

h) atividades didaticopedagógicas.

Observados os critérios de avaliação e após a análise e distribuição das vagas entre os projetos aprovados, os representantes de cada unidade acadêmica, que compõe o GTM, devolvem os projetos, com seus respectivos pareceres, ao setor de origem, para que seja divulgado o resultado.

A responsabilidade pela divulgação do resultado é da CAD, que o faz por meio eletrônico, dando ciência a toda a comunidade acadêmica. A continuidade da operacionalização do programa prossegue com a seleção dos monitores em seus respectivos departamentos.

3.1.6 Seleção dos monitores

A habilitação de um candidato à vaga de monitoria faz-se mediante processo seletivo. De acordo com a Resolução nº 06/CONSUNI, de 12 de fevereiro de 1988, em seu artigo 5º: “A seleção, a coordenação, o acompanhamento e avaliação dos bolsistas, bem como o regime em que exercerão as suas atividades, serão objeto de normas específicas a serem baixadas pelos órgãos competentes” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 1988, p. 2).

O processo de seleção e acompanhamento do monitor é responsabilidade de cada departamento. No caso das Unidades Acadêmicas que não possuem departamento, como acontece com Instituto de Cultura e Arte e os *Campi* Cariri, Sobral e Quixadá, a responsabilidade fica sob a responsabilidade da direção da unidade.

Com a divulgação do resultado dos projetos e suas respectivas vagas, cada docente organiza o processo de seleção dos seus monitores, em conjunto com o seu respectivo departamento, obedecendo às normas previstas na Resolução Nº01/CEPE, de 04 de março de 2005, que trata, nos artigos nº 11 e nº 12, do procedimento e operacionalização na seleção de monitores.

Ainda de acordo com a Resolução nº01/CEPE, de 04 de março de 2005, artigo11,,: “caberá aos departamentos proceder ao processo seletivo para a habilitação de monitores, divulgando amplamente cada edital de seleção.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005a, p. 2).

Para efetuar o processo seletivo que habilitará monitores, algumas informações são indispensáveis, a fim de tornar o edital válido. Cita-se, a seguir, o artigo 11 da Resolução supracitada, que se refere às alíneas que definem alguns desses critérios:

- a) número de vagas para monitoria com bolsa e para monitoria voluntária, por disciplina/projeto;
- a) horário e período de inscrição (mínimo de dez dias úteis);
- b) dia, hora e local do exame;
- c) relação de documentos necessários à inscrição;
- d) critérios de inscrição;
- e) critérios de seleção.

O artigo 12 da Resolução N° 01/CEPE, de 04 de março de 2005 menciona que: “a seleção para vagas de monitoria ficará a cargo de uma comissão formada por 3 (três) professores designados pela chefia do Departamento” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005a, p.2).

As etapas para a seleção do monitor de iniciação à docência são constituídas de prova, análise do histórico e entrevista. Serão considerados aprovados, para preencher a vaga de monitoria de cada disciplina, os que cumprirem os seguintes requisitos previstos na legislação vigente, no artigo 12, em seus parágrafos:

- §1° - Serão classificados os estudantes aprovados com média igual ou superior a 7 (sete);
- §2° - no caso de candidatos com resultados iguais, terá preferência aquele que apresentar melhor desempenho acadêmico, correspondendo à maior média geral das notas ou dos conceitos obtidos no conjunto das disciplinas cursadas;
- §3° - o processo seletivo será válido apenas para o ano letivo para o qual for realizado;
- §4° - no ato da admissão, o monitor assinará termo de compromisso, declarando-se ciente da regulamentação do PID. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005a, p.2).

O monitor pode acumular atividade de monitoria em uma mesma disciplina por até dois anos seguidos, porém a renovação não acontece de maneira automática. Caso o monitor tenha pretensões de permanecer na mesma disciplina, deverá passar por outro processo seletivo. A monitoria tem a duração de 10 (dez) meses e a sua renovação é definida na resolução específica do PID.

O monitor poderá ser reconduzido à vaga de monitoria, na mesma disciplina, somente mediante aprovação em processo seletivo. Vale salientar, também, as respectivas informações previstas no artigo 13, em observância com os parágrafos 2, 3:

- §2° - Em caso de desistência ou conclusão de curso do monitor, o Departamento poderá realizar novo concurso ou aproveitar o candidato classificado em concurso realizado, respeitando a ordem de classificação;

- §3º - a monitoria poderá ser cancelada em qualquer data, caso o monitor não atenda às exigências para as quais foi selecionado;
- §4º - o monitor deverá obter aprovação nas disciplinas matriculadas e não realizar trancamento ou abandono, sem motivos que justifiquem tais procedimentos.(UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005a, p.2).

Somente será considerado monitor, aquele aluno que se submeter ao processo seletivo previsto pela legislação vigente.

3.1.7 Indicação de monitor

A indicação do monitor acontece após aprovação no processo de seleção. A efetivação da sua participação no programa se dá após a entrega de três documentos à coordenadoria responsável, que são: a ficha de indicação, o termo de compromisso e o plano de trabalho.

A ficha de indicação do monitor é o documento que contém o cadastro geral de informações sobre o monitor, a disciplina à qual estará vinculado e os dados referentes ao professor orientador.

O termo de compromisso é o documento que firma os deveres do monitor com a Pró- Reitoria de Graduação. Dentre suas atribuições, o termo de compromisso estabelece que o monitor deve:

- a) executar o plano de atividades de monitoria, de acordo com o projeto;
- b) cumprir um mínimo de 12 (doze) horas semanais de atividades;
- c) participar do encontro de iniciação à docência apresentando trabalho;
- d) apresentar, no mês de dezembro, o relatório de atividades do monitor, devendo enviá-lo à Pró-Reitoria de Graduação, setor CAD, da Universidade Federal do Ceará;
- e) os casos de desistência, deverão ser comunicados à PROGRAD através do termo de desistência, na data prevista, especificando o motivo dessa decisão.

O plano de trabalho estabelece as atividades que serão desenvolvidas pelo monitor, em qual disciplina irá atuar, em quantas turmas, o número de alunos de cada turma e a carga horária que será disponibilizada. Essa atuação não se limita à sala de aula, pois a experiência de monitoria pode acontecer em laboratório como também em aulas de campo.

O desempenho do monitor, no tocante ao cumprimento da resolução nº01/CEPE, de 04 de março de 2005, é acompanhado diretamente pelo departamento e pelo professor orientador.

3.1.8 Frequência e pagamento

A frequência é o instrumento de acompanhamento do monitor no PID. O acompanhamento é realizado pelo professor orientador com a supervisão dos departamentos. No caso das Unidades Acadêmicas, que não possuem departamentos, o controle da frequência fica a cargo da direção da unidade.

A participação efetiva no programa é o requisito para efetuação do pagamento da bolsa, sendo a CAD o setor responsável da PROGRAD por enviar as folhas de pagamento para o Departamento de Contabilidade e Finanças da UFC. A frequência mensal média atribuída à participação do monitor será registrada no certificado com os percentuais de 100%, 70% e 50%.

O pagamento dos monitores bolsistas é realizado mensalmente durante o período de validade do programa, 10 (dez) meses, com início no mês de março e término em dezembro. A bolsa é paga diretamente ao aluno, em agências bancárias, através da consulta ao número do CPF.

A previsão de pagamento das bolsas acontece entre o 5º. e 10º. dia útil de cada mês, subseqüente ao mês de serviço prestado pelo bolsista. O pagamento, após ser efetuado, permanece disponível para saque no Banco do Brasil por 7 dias úteis. Transcorrido este prazo, o dinheiro é devolvido à conta da Universidade e, após 2 dias úteis, será disponibilizado novamente por mais 7 dias úteis. O saque pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil do país, na fila do caixa, com apresentação do CPF e documento com foto.

3.1.9 Avaliação

A avaliação do monitor constitui a etapa final do PID e garantirá o direito do participante à certificação. Para receber o certificado, o monitor precisará exercer esta função por, no mínimo, seis meses, conforme a legislação vigente.

Para compor a etapa de avaliação, o professor orientador utilizará, como instrumento, o Relatório de Atividades do Monitor. Nesse formulário, consta o período de permanência do monitor no programa, ressaltando-se que a permanência inferior a seis meses não dá direito ao certificado de participação na função de monitor do PID, como consta na Resolução Nº 01/ CEPE, de 04 de março de 2005.

Conforme essa resolução, ficou estabelecido que: “ao final do período de monitoria, o monitor apresentará, para apreciação do Departamento, seu relatório descritivo, acompanhado do parecer do professor orientador, no qual, após homologação, será encaminhado ao GTM.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005a, p. 2).

O preenchimento do instrumento de coleta de dados para a avaliação do monitor acontece em dois momentos: o primeiro, é realizado pelo monitor e o segundo, pelo professor orientador.

No primeiro momento, o monitor inicia o preenchimento do formulário de avaliação com os dados cadastrais referentes ao programa, como nome, curso, unidade acadêmica, departamento (quando houver), título do projeto do qual faz parte, nome e código da disciplina e título do trabalho apresentado no Encontro de Iniciação à Docência. Em seguida, o monitor descreve as atividades realizadas, as dificuldades encontradas e as atividades extra-plano, data e assinatura do documento.

No segundo momento da avaliação, o professor orientador dá continuidade ao preenchimento do formulário de avaliação. Esse momento é marcado pelo olhar do orientador, quanto ao desempenho do monitor no programa, avaliando o seu desempenho e descrevendo sua atuação para, em seguida atribuir um conceito, que pode ser: excelente, bom, regular, insatisfatório. O professor orientador tem a possibilidade de registrar as observações a respeito do monitor, se houve alteração do plano de trabalho e, também, explicita suas críticas e sugestões à monitoria em geral, ou em particular.

A avaliação acontece de forma compartilhada o que permite uma visão da funcionalidade do Programa, tanto no âmbito do monitor quanto do professor orientador, possibilitando um melhor gerenciamento, uma vez que, a avaliação é uma etapa em que se reflete sobre a prática e, não apenas, para encontrar problemas. Segundo Luckesi (2005, p. 40):

O ato de avaliar, devido estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, antes de tudo, implica na disposição de acolher a realidade como ela é. Isso significa a possibilidade de tomar uma situação da forma como se apresenta, seja ela satisfatória ou insatisfatória, agradável ou desagradável, bonita ou feia.

Assim, o relatório de avaliação do monitor contribui para enriquecimento do PID, visto que permite identificar os aspectos positivos, bem como os pontos que precisam ser melhorados, salientados na visão de seus atores.

3.1.10 Certificação

O recebimento do certificado de participação no PID é o momento final do vínculo do monitor com o programa.

A confecção do certificado pela PROGRAD, especificamente, pela CAD, ocorre após a entrega do formulário de avaliação e solicitação do pedido de certificado, como consta no artigo 16, da Resolução 01/CEPE, de 04 de março de 2005: “Será expedido certificado de monitoria, pela Pró-Reitoria de Graduação, ao monitor que cumprir os compromissos firmados ao ser admitido no PID, mediante solicitação do mesmo” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005a, p. 2).

A emissão do certificado ocorre, apenas, para os monitores que atenderam às exigências do programa e que passaram período igual ou superior a seis meses, mediante comprovação.

3.1.11 Professor Orientador

O professor orientador é o responsável direto pelo acompanhamento pedagógico do monitor, durante a execução da monitoria. A relação estabelecida entre o monitor e seu orientador possibilita trabalhar a educação em diferentes práticas pedagógicas, permitindo que a monitoria funcione como espaço de estudo e reflexão, ao mesmo tempo em que envolve o participante nas tarefas docentes.

O professor orientador da disciplina na qual o monitor atua precisa ter conhecimento da finalidade do programa para incentivar o monitor a desenvolver seu papel de maneira consciente. No desenvolvimento da atividade de monitoria, o professor orientador será o referencial e estará repassando ao monitor uma postura influenciada pela sua formação acadêmica, de forma a incutir uma visão de mundo, que refletirá diretamente na sociedade, formando indivíduos que apenas reproduzem, ou indivíduos que são questionadores.

O professor, dentro da sua prática pedagógica, desenvolve inúmeras atividades voltadas ao ensino, que serão repassadas ao monitor como parter do conhecimento adquirido durante a sua formação. A cooperação entre os atores constitui um desafio, pois é necessário, por parte do professor, ter clareza de que o monitor não é o seu substituto na disciplina, mas um parceiro que está em processo de aprendizagem.

Para evitar alguns excessos por parte do professor orientador, o PID estabelece, na sua resolução, restrições quanto à participação do monitor na disciplina. Conforme o artigo 6º: “Fica vedado ao professor orientador: delegar, ao estudante monitor, atividades de sua responsabilidade ou quaisquer outras, de caráter administrativo, que venham descaracterizar os propósitos do PID.” Aponta, ainda, quais são essas atividades, tais como: substituí-lo em atividades docentes; avaliar os alunos; realizar pesquisa ou coleta de dados, que não tenham por objetivo a elaboração de materiais e recursos a serem empregados na atividade docente, dentro do horário destinado ao exercício da monitoria; preencher lista de frequência ou diário de classe (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005a, p. 2).

É importante ressaltar, ainda, que para participar do programa de monitoria, o professor orientador precisa fazer parte do quadro efetivo da instituição, com carga horária de trabalho em regime de 40 (quarenta) horas de trabalho ou de Dedicção Exclusiva, ficando vedada a participação do monitor em disciplinas que estão sob a orientação de um professor substituto.

Em virtude da dedicação exclusiva, no PID, o professor orientador de monitoria tem uma oportunidade para refletir sobre a sua prática, ao mesmo tempo em que atua como formador. Como o ponto central deste programa é incentivar o aluno a seguir na carreira docente, o professor orientador se torna o referencial da profissão.

Na visão de Matos e Vieira (2001, p. 88):

Atualmente o papel do professor transcende, em muito, à transmissão de conhecimentos. Se, por um lado, permanece forte em seu trabalho a dimensão de mediador entre os conteúdos existentes e aquilo que se espera o aluno saber; por outro, cresce a importância de assumir a função de: orientar e coordenar iniciativas.

Além de despertar no monitor o interesse pela carreira docente e contribuir com a formação acadêmica, o professor orientador tem a grande responsabilidade de desenvolver, nos monitores, os valores humanos indispensáveis na relação com o outro, como: respeito, cidadania, ética, honestidade, moral, humildade para aprender, trabalho em equipe, disciplina, etc.

Conforme Luckesi (2005, p. 78):

O educador, por si, é aquele que dá continência ao processo de autodesenvolvimento do educando. O educando se desenvolve; porém, para isso, necessita de um espaço acolhedor e seguro e de um tempo satisfatório para processar suas aprendizagens, que conduzem ao desenvolvimento; assim como, nesse espaço, deveriam dar-se atividades nutritivas com vistas ao desenvolvimento. Afinal, o educando necessita

de um campo organizacional que lhe dê continência, que por sua vez, dá suporte para o desenvolvimento.

Por essa razão, é importante ter clareza do significado da profissão docente. O professor orientador, através de suas ações, explícita ou implicitamente, deixará claro quais os seus objetivos profissionais e as razões que o levaram a exercer tal profissão e, não, outra.

O trabalho que o docente realiza está diretamente ligado à formação de pessoas e é uma profissão que exige dedicação, interesse, estudo, capacidade de criação persistência, embasamento teórico, e tantas outras habilidades.

Farias e Sales (2008, p. 57) explicitam que:

Somos sujeitos com capacidade de criar e recriar nosso modo de estar no mundo e nele intervir, ou seja, sujeitos de práxis. Nesse sentido, o professor, como qualquer outro ser humano, se produz por meio das relações que estabelece com o mundo físico e social. É pela ação interativa com as dimensões materiais e simbólicas da realidade social em que se encontra inserido, pelas experiências individuais e coletivas tecidas no mundo vivido, que o professor intervém de modo criativo e autocrítico em sua relação com os outros e com o universo do trabalho.

A sala de aula é um universo de possibilidades de criação, que permite, ao professor, desempenhar diversas atividades que estimulem a aprendizagem dos alunos. Com a atividade de monitoria espera-se que, através da interação professor-aluno, essa aprendizagem se concretize de forma significativa. De acordo com Penin (1994, p. 125):

[...] o processo educativo como um processo de conhecimento, possuindo, como este, uma base sócio-histórico-cultural. Na sua constituição estão presentes não só a bagagem cognitiva de professores e alunos, mas também as características da interação desenvolvida por eles, assim como o contexto social e cultural que compartilham.

Em parceria, orientador e monitor participarão da preparação das aulas teóricas e/ou práticas, discutirão sobre a conduta docente, ensinando ao monitor como atuar dentro de sala, no contato direto com os alunos. A experiência do professor orientador servirá de referencial para o monitor, em termos de concepção pedagógica e prática de ensino.

Em nenhum momento o professor orientador de monitoria deve pensar que o monitor tem a atribuição de substituí-lo, o que significa que nenhuma atividade pode ser desenvolvida sem a sua presença.

Segundo Penin (1994, p. 29): “O professor, no exercício da função social que escolheu, vai construindo um conhecimento sobre ensino, ao mesmo tempo em que pretende

partilhar com os alunos o resultado da sua elaboração a respeito dos saberes e conhecimentos culturais a que tem acesso.”

A participação do monitor em disciplina já cursada e que ministrará juntamente com o professor orientador permite a formação de uma visão globalizada da mesma, uma vez que o monitor desenvolverá atividades ligadas ao planejamento, criará estratégias de transmissão do conteúdo, técnica de ensino e avaliação. O professor orientador, através do PID, incentivará o monitor a seguir a carreira docente.

Paulo Freire (2007), em sua obra intitulada ‘Pedagogia da Autonomia’, diz que a postura ética a ser priorizada para todos os educadores estimula a criação de senso crítico em seus alunos, a respeito dos acontecimentos que norteiam suas vidas. Salienta, ainda, princípios como a simplicidade, o respeito, a ética em geral e o bom senso.

Cabe ao professor orientador deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente para torná-lo um criador e para que, criticamente, exerça a capacidade de aprender em conexão com o contexto do aluno. Como o educador é um ser histórico, político, pensante, crítico e emotivo, deve estimular no aluno a construção de sua autonomia.

O papel do educador é de formar cidadãos críticos, reflexivos, que tenham curiosidade em buscar o conhecimento a partir das suas vivências, considerando o conhecimento prévio do aluno. Dessa maneira, reforça a criticidade, a curiosidade e não, a transferência do conhecimento superficialmente, pois para que a aprendizagem ocorra é necessária a construção e reconstrução dos saberes.

3.1.12 Encontro de Iniciação à Docência

Na trajetória do desenvolvimento do PID, o monitor é incentivado, juntamente com o professor orientador, a desenvolver um trabalho de pesquisa voltado para ensino, como requisito para a renovação da vaga de monitoria. A socialização dessa pesquisa acontece no Encontro de Iniciação à Docência que constitui uma modalidade dentro dos Encontros Universitários da UFC.

Os Encontros Universitários¹ buscam incentivar a qualidade da pesquisa, extensão e ensino e possibilitam a divulgação de trabalhos realizados dentro da academia e em parceria com os mais diversos setores da sociedade. As várias atividades desenvolvidas nos encontros traduzem um convite para uma ampla reflexão sobre os ‘pensar’ e ‘fazer’, considerando o

¹ Definição disponível em: <http://www.prppg.ufc.br/eu2009.ufc.br/>. Acesso em: 11 maio 2011.

momento sociohistórico em que se vive. Eles têm como objetivo² mostrar as atividades de ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e de arte e cultura desenvolvidas na UFC e em outras instituições de ensino superior, que atuam no Estado, para a comunidade acadêmica, sociedade e setor produtivo.

Através do Encontro de Iniciação à Docência, o estudante vivencia um momento de singular integração com várias áreas, troca de experiências, ampliação de conhecimentos. O crescimento dos estudantes se inicia a partir do momento em que buscam seus orientadores e decidem sobre a apresentação dos trabalhos, a organização dos dados, a coleta de informações, a preparação dos resumos, o planejamento das apresentações, sempre buscando fazer o melhor.

Sendo o Encontro de Iniciação à Docência a culminância do PID, ele tem como objetivo³ principal divulgar as atividades acadêmicas realizadas pelos alunos de graduação, bem como proporcionar a integração entre a comunidade acadêmica da UFC e de outras Universidades do Estado do Ceará, possibilitando a troca de experiências entre estudantes, professores e servidores técnicoadministrativos, assim como, com a sociedade de um modo geral.

A participação se dá através da apresentação de trabalho na área da docência, sendo condição obrigatória para os bolsistas de monitoria de iniciação à docência. A apresentação acontece através de pôster, que é um instrumento visual que visa a levar informações pertinentes a uma ação prática ou de pesquisa, de forma clara e objetiva, sendo autoexplicativo, dispensando a presença do autor para ficar mais interessante para o público espectador que interage com o trabalho.

A participação do professor orientador nesse processo visa propiciar o crescimento dos estudantes ao desenvolver um trabalho inovador, de prestar um serviço com melhor qualidade à comunidade, de aperfeiçoar métodos e técnicas de ensino, cumprindo, dessa forma, o seu papel de educador, no desenvolvimento de trabalhos inovadores, na prestação de serviços de qualidade à comunidade, no aperfeiçoamento de métodos e técnicas de ensino, cumprindo, o seu papel de educador.

O momento do Encontro, em si, é a culminância do esforço conjunto, do monitor e orientador, fruto do compromisso, da dedicação e da responsabilidade de cada um.

²Objetivos dos Encontros Universitários disponíveis em: <http://www.prppg.ufc.br/eu2009.ufc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=27>. Acesso em: 11 maio.2011.

³Objetivo do Encontro de Iniciação à Docência disponível em: <<http://www.prppg.ufc.br/eu2009.ufc.br/Documentos/xviiiencinidos.pdf>>. Acesso em 11 maio.2011.

A comissão julgadora que realiza a avaliação dos pôsteres é composta por professores selecionados para atuar como avaliadores, que seguirão um roteiro de avaliação para abordar o assunto apresentado de acordo com os critérios previamente estabelecidos.

Os critérios que pontuam os trabalhos a serem apresentados no Encontro de Iniciação à Docência dizem respeito à identificação dos objetivos, à metodologia (objetivos, clareza e adequação), aos resultados (apresentação e discussão), à conclusão (adequação em função dos resultados), à relevância e adequação do tema abordado, à apresentação escrita (construção gramatical e ortografia), à apresentação oral (clareza, objetividade e segurança), recursos audiovisuais (qualidade da apresentação), ao domínio (desempenho nas respostas), à originalidade e criatividade. Cada um desses critérios é julgado com a utilização de conceitos como: excelência, muito bom, bom, regular, insuficiente.

O pôster é, principalmente, uma oportunidade para discutir o trabalho com os outros pesquisadores presentes e, não apenas, uma apresentação a uma plateia passiva, pois esse momento de interação entre monitor, professor orientador e avaliador permite que o olhar do outro sobre a pesquisa possa revelar aspectos que proponham o enriquecimento do trabalho.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo é caracterizado pela análise, interpretação e descrição dos dados e informações obtidas através da aplicação do questionário aos monitores remunerados do PID da UFC. Envolver os monitores na pesquisa foi uma maneira de desvelar o PID, da UFC, no que se refere a efetivação dos objetivos previstos em sua Resolução nº. 01/CEPE, de 04 de março de 2005, a partir a percepção seus atores.

Na pesquisa, o critério de inclusão para selecionar os monitores foi possuir uma bolsa de estudos do PID. Assim, foram selecionados como sujeitos da pesquisa 690 monitores remunerados deste programa, constituídos por estudantes dos diversos cursos de graduação da UFC e que atuaram na monitoria no mês de dezembro de 2011. Esse quantitativo foi extraído da relação obtida da folha de pagamento do respectivo mês, por ser este o último mês para pagamento da bolsa de monitoria e, portanto, o último mês de validade do programa.

A oscilação mensal no número de bolsistas, ocasionada por motivo de desistência, mediante justificativas expressas pelos alunos, nos termos de desligamento, tais como: mudança da modalidade de bolsa, colação de grau, incompatibilidade de horários, dentre outras, impediu que o questionário da pesquisa fosse aplicado aos 700 monitores previstos nas vagas de monitoria. Foi utilizado, como critério de exclusão dos sujeitos, o não recebimento de bolsa de estudo para atuar no programa, portanto, os monitores voluntários não foram considerados na amostra, embora essa instituição trabalhe com as duas modalidades de monitoria: a remunerada e a voluntária.

Dos 690 sujeitos selecionados para participar desta pesquisa, apenas 335 responderam aos questionários. Os demais não devolveram o questionário no tempo hábil estabelecido para retorno do instrumento. Compuseram a amostra da pesquisa 335 monitores que receberam a remuneração em dezembro de 2011 e devolveram o questionário no prazo estabelecido.

A utilização do questionário, como instrumento de coleta de dados, se deve à necessidade de reunir uma maior diversidade de informações sobre o PID, com o intuito de se aproximar, o máximo possível, da realidade investigada. Essa realidade se apresentou a partir da percepção dos monitores envolvidos. Andrade (2009, p. 136) define o questionário como “[...] um conjunto de perguntas que o informante responde, sem necessidade da presença do pesquisador.”

O questionário foi elaborado utilizando a ferramenta *Google Docs*, um serviço disponibilizado pela empresa *Google*, que permite elaborar e editar arquivos do tipo texto, incluindo *docs* e formulários. Com essa ferramenta de elaboração do questionário, as informações geradas com as respostas dos monitores, ao fazerem a devolução dos questionários, ficaram armazenadas automaticamente em um arquivo gerado na própria ferramenta.

O questionário utilizado na pesquisa foi composto por doze (12) questões, distribuídas da seguinte maneira: dez (10) perguntas objetivas, com opções sim ou não e atribuição de relevância. O intuito dessas questões foi compor as indagações sobre os objetivos do PID, previstos na Resolução nº 01/CEPE, de 04 de março de 2005, quanto a sua efetivação. Quanto às duas (02) questões subjetivas, uma faz menção ao interesse do monitor em participar de um programa que possui, dentre as suas finalidades, despertar o interesse pelo exercício docente e os fatores limitantes para tal escolha e a outra teve a intenção de auxiliar o monitor a refletir sobre a atual configuração do PID e oferecer contribuições através de sugestões.

Com o intuito de evidenciar as possíveis falhas no instrumento, assim como, para se evitar dúvidas nos sujeitos e, ainda, para identificar aspectos que poderiam ser aperfeiçoados, o questionário foi submetido ao um pré-teste com vinte (20) participantes do PID de anos anteriores. Gil (2002) salienta três razões importantes de fazer o pré-teste com o instrumento, antes de sua aplicação, são elas: a) desenvolver os procedimentos de aplicação; b) testar o vocabulário empregado nas questões; e c) assegurar-se de que as questões ou as observações a serem feitas possibilitem medir as variáveis que se pretende medir.

O questionário foi enviado a 690 monitores remunerados do PID, exclusivamente por meio eletrônico, ou seja, via e-mail. O endereço eletrônico dos sujeitos participantes foi obtido através do banco de dados fornecido pela CAD. A escolha por essa coordenadoria ocorreu por ser o setor diretamente responsável pelo processo de funcionamento e operacionalização do PID e por constituir o setor de atuação profissional do investigador. Embora essa proximidade com o objeto de estudo possa causar uma inibição por parte dos sujeitos da pesquisa (monitores), a proximidade do investigador com os sujeitos investigados contribuiu para facilitar o acesso às informações necessárias à realização da pesquisa.

A aplicação do questionário aconteceu após o término da monitoria, que aconteceu no mês de dezembro do ano de 2011. Optou-se por esse período, partindo-se do pressuposto de que os monitores participantes vivenciaram todas as etapas da monitoria.

O início da pesquisa com os monitores remunerados aconteceu mediante o envio de um informativo, no qual constavam as informações referentes à necessidade de realização deste estudo e como forma de sensibilizar os monitores a participar da pesquisa. Esse informativo foi enviado no dia 28 de janeiro de 2012. Posteriormente, o questionário passou a ser enviado a cada monitor remunerado, por e-mail. O início do envio aconteceu no dia 01 de fevereiro de 2012 e finalizou em 09 de março do referido ano.

Os procedimentos quanto à aplicação do questionário da pesquisa foram os seguintes: primeiramente solicitou-se a autorização da responsável pelo programa de monitoria de iniciação à docência da PROGRAD, para que fosse possível ter acesso a consultas e utilização do banco de dados dos monitores participantes desse programa no ano de 2011, com a finalidade de obter os seus respectivos endereços eletrônicos, bem como o contato telefônico para dirimir possíveis dúvidas ou erros no e-mail.

O contato telefônico não foi utilizado para informar sobre o detalhamento da pesquisa, pois, devido ao grande número de participantes, ficaria inviável concluir esse procedimento. Em virtude disso, os esclarecimentos e sensibilização dos monitores foram feitos via e-mail, pelo qual se procurou explicar ao bolsista sobre a pesquisa e detalhar o instrumento utilizado. Os monitores tiveram acesso ao objetivo da pesquisa e à importância da sua participação para que a pesquisa pudesse retratar, de fato, a atual realidade do programa no que se refere à aplicabilidade de sua legislação.

Para assegurar que as respostas fornecidas tivessem como exclusivamente os fins de pesquisa, os monitores foram informados de que os dados prestados seriam de uso exclusivo da investigadora, bem como foram esclarecidos sobre a garantia de sigilo e das informações fornecidas e da identidade dos participantes. Esse e-mail informativo, que antecedeu o envio do questionário, foi de fundamental importância para detectar possíveis falhas nos endereços eletrônicos e efetuar correções a tempo, assim como permitiu perceber o interesse dos monitores em participar da pesquisa pelos textos do e-mail, solicitando o questionário e colocando-se à disposição para preencher tal instrumento.

Posterior a essa fase de sensibilização aconteceu o envio do questionário aos monitores bolsistas do PID. O envio foi realizado por grupos de 100 endereços eletrônicos. As respostas das questões de cada questionário ficaram armazenadas no banco de dados do próprio *Google Docs*, que as distribuiu conforme a correspondência de cada questão e organizou por ordem de devolução.

A devolução do questionário foi o momento de conhecer os dados e a relação entre a legislação e a prática de monitoria, sob a ótica do monitor. Embora houvesse a disponibilidade de muitos monitores em participar da pesquisa, espontaneamente, outros precisaram da insistência da investigadora para que respondessem o instrumento e se pudesse alcançar ao quantitativo de 335 participações.

A coleta de dados sobre o objeto visou enfatizar os resultados, tanto nos aspectos quantitativos, em relação ao cumprimento dos objetivos do PID, como também dos aspectos qualitativos, referentes à participação dos seus atores: os monitores.

Com o objetivo de analisar a relação entre a legislação vigente e a prática da monitoria de iniciação à docência nos cursos de graduação da UFC, sob a ótica dos monitores remunerados, a pesquisa centrou-se nos seguintes aspectos relacionados à finalidade da atividade de monitoria:

- a) estimular o interesse pela carreira docente;
- b) contribuir com o processo de formação do estudante de graduação;
- c) proporcionar a participação do estudante monitor nas atividades docentes, juntamente com o professor orientador;
- d) facilitar a interação entre estudantes e professores orientadores nas atividades de ensino, visando ao desenvolvimento da aprendizagem;
- e) proporcionar ao monitor uma visão globalizada da disciplina e vivências da relação teoria e prática;
- f) envolver o estudante em trabalho de ensino associada à pesquisa.

Os dados gerados pelos monitores remunerados permitiram à pesquisadora a obtenção de informações que ajudaram a construir a realidade estudada. Através do cruzamento dos dados recebidos com o sistema de controle de bolsas da CAD, foi possível identificar os cursos de graduação aos quais pertenciam os monitores participantes da pesquisa e suas respectivas modalidades.

Ressaltar e apresentar esses dados mostrou-se relevante, por reforçar a ideia de que um programa de monitoria pode ser desenvolvido na graduação, independente da modalidade do curso, permitindo, assim, aos estudantes que tenham interesse em se envolver nas atividades docente oportunidades iguais.

O terceiro momento foi caracterizado pelo trato dos dados, que permitiu identificar os monitores remunerados do PID, que compuseram a amostra e estão lotados nos mais diversos cursos de graduação da UFC, nos diferentes *Campi* como, mostra a tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição dos monitores remunerados quanto ao curso de graduação (continua)

CURSOS DE GRADUAÇÃO	FREQUENCIA DAS RESPOSTAS	PERCENTUAL
Administração (Cariri)	5	1,5
Administração (Diurno)	4	1,2
Administração (Noturno)	2	0,6
Agronomia	14	4,2
Agronomia (Cariri)	8	2,4
Arquitetura e Urbanismo	5	1,5
Biblioteconomia	5	1,5
Biblioteconomia (Cariri)	4	1,2
Biociências	1	0,3
Ciências Ambientais	1	0,3
Ciências Atuariais	1	0,3
Ciências Biológicas(Bacharelado)	6	1,8
Ciências Biológicas(Licenciatura)	1	0,3
Ciências Contábeis(Diurno)	10	3,0
Ciências Contábeis(Noturno)	3	0,9
Ciências Econômicas(Diurno)	5	1,5
Ciências Econômicas(Sobral)	5	1,5
Ciências Sociais (Diurno- Bacharelado)	1	0,3
Ciências Sociais (Diurno- Licenciatura)	1	0,3
Cinema e Audiovisual	2	0,6
Computação	6	1,8
Design de Moda	2	0,6
Design de Produto	1	0,3
Direito (Diurno)	2	0,6
Direito (Noturno)	2	0,6
Economia Doméstica	3	0,9
Educação Física(Bacharelado)	2	0,6
Educação Física(Licenciatura)	3	0,9
Enfermagem	16	4,8
Engenharia Civil	4	1,2
Engenharia Civil (Cariri)	3	0,9
Engenharia da Computação	1	0,3
Engenharia de Alimentos	3	0,9
Engenharia de Energias Renováveis	1	0,3
Engenharia de Pesca	6	1,8
Engenharia de Petróleo	1	0,3
Engenharia de Produção Mecânica	1	0,3
Engenharia de Teleinformática (Diurno)	3	0,9
Engenharia de Teleinformática (Noturno)	1	0,3
Engenharia Elétrica	5	1,5
Engenharia Elétrica(Sobral)	3	0,9
Engenharia Mecânica	2	0,6
Engenharia Metalúrgica	1	0,3
Engenharia Química	5	1,5
Estatística	4	1,2
Farmácia	23	6,9
Filosofia (Bacharelado)	2	0,6
Filosofia (Cariri- Bacharelado)	1	0,3
Física (Bacharelado)	1	0,3

CURSOS DE GRADUAÇÃO	FREQUENCIA DAS RESPOSTAS	PERCENTUAL
Fisioterapia	1	0,3
Geografia (Licenciatura)	4	1,2
Geologia	1	0,3
História (Licenciatura)	1	0,3
Jornalismo	3	0,9
Letras (Português- Inglês)	2	0,6
Letras (Português- Italiano)	2	0,6
Letras (Português)	11	3,3
Letras-Espanhol(Noturno)	1	0,3
Letras-Inglês (Noturno)	1	0,3
Matemática (Bacharelado)	1	0,3
Medicina	34	10,1
Medicina (Cariri)	6	1,8
Medicina (Sobral)	9	2,7
Música	4	1,2
Música (Cariri)	1	0,3
Oceanografia	4	1,2
Odontologia	8	2,4
Odontologia (Sobral)	6	1,8
Pedagogia (Diurno- Licenciatura)	3	0,9
Pedagogia (Noturno- Licenciatura)	3	0,9
Psicologia	10	3,0
Psicologia (Sobral)	6	1,8
Publicidade e Propaganda	4	1,2
Química (Bacharelado)	3	0,9
Química (Licenciatura)	1	0,3
Química Industrial	1	0,3
Redes de Computadores	2	0,6
Secretariado Executivo	1	0,3
Sistemas de Informação	2	0,6
Sistemas e Mídias Digitais(Quixadá)	3	0,9
Teatro	1	0,3
Zootecnia	3	0,9
Total	335	100,0

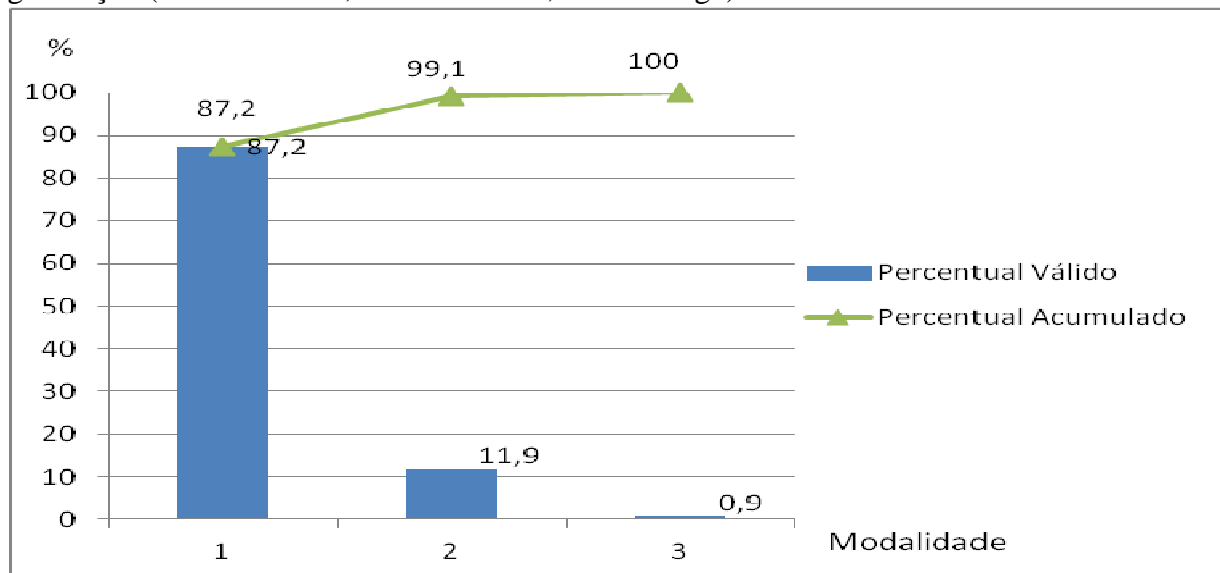
Fonte: Elaboração própria (2012).

Os diversos cursos de graduação desta instituição, apresentados na tabela 3, constituíram o campo de atuação dos monitores bolsistas integrantes do PID, permitindo, assim, uma percepção da atividade de monitoria em diferentes áreas de conhecimento. Percebe-se, também, que todas as unidades acadêmicas (Direito, FACED, FEAAC, Humanidades, IEFES, ICA, Tecnologia, Ciências Agrárias, Centro de Ciências, UFC Virtual, FFOE, LABOMAR, Faculdade de Medicina, Sobral, Cariri e Quixadá) da UFC tiveram representação nesta pesquisa.

Dessa forma, percebe-se, também, que as vagas de monitoria desse programa, em termos de atendimento aos cursos de graduação, estão disseminadas pela instituição. Dos cursos de graduação que apareceram na tabela 3, percebe-se que os monitores de 82 cursos expressaram considerações sobre o PID. Os cursos de graduação que tiveram o maior número de monitores remunerados foram: Agronomia, Ciência Contábeis, Enfermagem, Farmácia, Letras (Português), Medicina e Psicologia.

Outro aspecto importante a ser destacado foi a identificação da modalidade dos cursos de graduação aos quais pertencem os monitores que responderam ao questionário. O gráfico 1 representa o percentual da modalidade dos cursos de graduação em que estão lotados os sujeitos desta pesquisa.

Gráfico 1 – Distribuição dos monitores remunerados quanto a modalidade do curso de graduação (1-Bacharelado, 2-Licenciatura, 3-Tecnólogo)



Fonte: Elaboração própria (2012).

As modalidades dos cursos de graduação identificadas foram três: bacharelado, licenciatura e tecnologia, sendo 87,2% dos que responderam o questionário monitores dos cursos de graduação, na modalidade bacharelado, 11,9% são monitores dos cursos de graduação na modalidade de licenciatura e, apenas 0,9% são monitores dos cursos na modalidade de tecnologia.

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2012, p.1)

[...] os cursos de licenciatura habilitam o profissional a atuar como professor na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Médio. São cursos superiores de graduação que formam profissionais licenciados em Química, Física, Letras,

Matemática, Geografia, Ciências Biológicas e Pedagogia. E [...] os cursos de bacharelado não habilitam o profissional a lecionar. São cursos superiores de graduação que dão o título de bacharel. Para atuar como docente, o bacharel precisa de curso de complementação pedagógica. E para lecionar no Ensino Superior exige-se que o profissional tenha, no mínimo, curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* (especialização).

Isso demonstra que, apesar dos cursos direcionados para a formação de professores, como no caso das licenciaturas, nos quais os monitores têm uma maior familiaridade com as teorias e práticas do magistério, os monitores dos cursos de formação de bacharéis tiveram uma representação expressiva na pesquisa, demonstrando que a aplicação do programa não inviabiliza que os bacharéis possam buscar experiência para o exercício futuro do magistério. A participação no PID é permitida para todos os graduandos da UFC, independente da modalidade do curso.

4.1 Análise das questões objetivas do instrumento da pesquisa

Neste tópico, foram descritos os resultados obtidos após a realização da análise e interpretação dos dados presentes nas perguntas objetivas do questionário. Para facilitar a visualização e compreensão das informações obtidas, estas foram organizadas e apresentadas com a utilização de tabelas e gráficos construídos no *software Microsoft Excel*.

4.1.1 Acesso dos estudantes aos meios de divulgação do Programa de Iniciação à Docência

A monitoria na UFC tem registro de funcionamento, posterior a criação da função de monitor em 1968. Por ser um programa relativamente antigo, acredita-se que a sua consolidação como uma estratégia pedagógica está firmada. A pesquisa procurou identificar os canais de comunicação da UFC que propiciaram a divulgação do PID, dentro da instituição, de modo que o estudante tivesse acesso a essa política institucional.

Os monitores participantes puderam marcar, dentre as opções fornecidas, mais de uma alternativa, caso fosse necessário. Assim, das opções disponíveis (departamento, coordenação, colegas, meios eletrônicos, meios escritos e outros) os monitores revelaram qual ou quais meios de divulgação foram mais indicados pelos monitores. A tabela 4 reuniu todas as respostas que foram marcadas nas opções pelos monitores.

Tabela 4 – Distribuição quanto aos meios de divulgação da monitoria do Programa de Iniciação à Docência

MEIOS DE DIVULGAÇÃO	RESPOSTAS VÁLIDAS	PERCENTUAL DAS RESPOSTAS
Departamento	72	21,5
Outros meios	49	14,6
Coordenação	41	12,2
Colegas	37	11
Meios escritos	14	4,2
Meios eletrônicos	11	3,3

Fonte: Elaboração própria (2012).

As opções escolhidas pelos participantes da pesquisa sobre como obtiveram conhecimento do programa apareceram, tanto de forma individualizadas como em conjunto. Os dados apresentados na tabela 4 demonstram que houve um predomínio de divulgação do PID pelo Departamento. Essa informação prestada pelos monitores remunerados corresponde a 72 respostas, obtendo-se 21,5% do total de participantes. É interessante notar que a indicação do departamento se mostra bastante coerente com a proposta do programa prevista em sua resolução, que delega aos departamentos a responsabilidade de elaborar o processo seletivo para habilitação de monitores e é o setor responsável pelo acompanhamento imediato do monitor.

Salientando que os departamentos são, conforme o Estatuto da UFC, em seu artigo 34º, “órgãos de articulação didática e técnico-científica, deliberarão em sua própria esfera para elaboração de planos de trabalho e atribuição de encargos de ensino, pesquisa e extensão, aos docentes que os integrem, segundo suas especializações” e estão diretamente responsáveis pelo acompanhamento dos monitores, junto ao professor orientador, no âmbito de cada Unidade Acadêmica. A resposta ‘departamento’ apareceu em conjunto com todos os outros meios de divulgação do PID.

Também foram citados meios de divulgação do PID de forma individualizada, são eles: a informação prestada pelos colegas constituiu outro meio de divulgação que foi assinalada por 49 monitores, correspondendo a 14,6%. A coordenação de curso também foi apontada na pesquisa por 41 monitores, correspondendo a 12,2%. Por meios escritos foi apontado por 14 monitores correspondendo 4,2% e, por meios eletrônicos, foi apontado por 11 monitores correspondendo a 3,3%.

Pode-se perceber que, no item ‘outros’, um percentual dos participantes indicou que obtiveram conhecimento sobre o programa através dos docentes, que estão, ou não, na

condição de orientador de monitoria. ‘Sensibiliza os docentes da instituição quanto à importância deste programa’ significa ampliar o seu espaço de intervenção, visto que parte do docente a iniciativa de submeter um projeto, solicitando desenvolver o trabalho com monitoria. Destaca-se, também, a importância dessa categoria, por ser o mediador entre o aluno e a disciplina, o que permite que neste contato seja capaz de estimular um grande número de estudantes a buscarem essa experiência, para sua vida acadêmica, ou mesmo, para seguir a carreira docente.

As demais respostas que apareceram foram dadas em conjunto, ou seja, os participantes da pesquisa marcaram mais de uma opção. Estão representadas pelo Departamento e por outros colegas, opções indicadas por 37 monitores, correspondendo a 11%. A ‘Coordenação’ e por ‘outros colegas’, foram assinaladas por 19 monitores, correspondendo a 5,7%, recebendo os maiores percentuais desta categoria.

A resposta Departamento apareceu associada a mais duas opções, como pela coordenação e por outros colegas foram apontadas por 13 monitores, correspondendo a 3,9%. As opções Departamento, por outros colegas e por meios escritos foram referidas por 6 monitores, correspondendo a 1,8%.

Observou-se, nesta questão, que as propostas de opção já estabelecidas no questionário se mantiveram como os meios mais utilizados para a divulgação do PID. Por essa razão, entende-se que a divulgação do programa de monitoria depende muito da articulação interna dos seus representantes que, através do uso de mecanismos de divulgação variados, pode atingir um público alvo cada vez maior.

4.1.2 Motivação dos estudantes para participar do Programa de Iniciação à Docência (PID) na UFC

Quando indagados sobre as razões que os levaram a participar do referido programa, todos os itens apresentados como opção de escolha foram assinalados. Os índices de relevância de cada item atribuído pelos participantes da pesquisa encontram-se apresentados a seguir em forma de tabela e gráficos, seguidos de análise, inferências e interlocuções possíveis com autores do referido campo de estudo.

A questão foi composta de nove itens e os monitores atribuíram um valor de 1 a 5 a cada item citado, de forma que esses valores pudessem representar a relevância de cada item, quanto às razões que pudessem incentivar a participação do monitor no PID.

Tabela 5 – Distribuição quanto a maior relevância atribuída aos itens que influenciaram a participação no PID

ITENS	PERCENTUAL DAS RESPOSTAS
A) Melhorar o aprendizado dos conteúdos	67,5
B) Necessidade de uma bolsa de estudo	60,9
C) Melhorar seu currículo	82,1
D) Afinidade com a Disciplina	74,6
E) Interesse pela carreira docente	53,1
F) Interesse em realizar atividade extracurricular	57,6
G) Envolver-se com o processo de ensino-aprendizagem	57,3
H) Monitoria como um espaço de aprendizagem (aprofundamento das atividades ligadas à docência)	57,3
I) A participação no PID melhorou o rendimento (notas)	29,6

Fonte: Elaboração própria (2012).

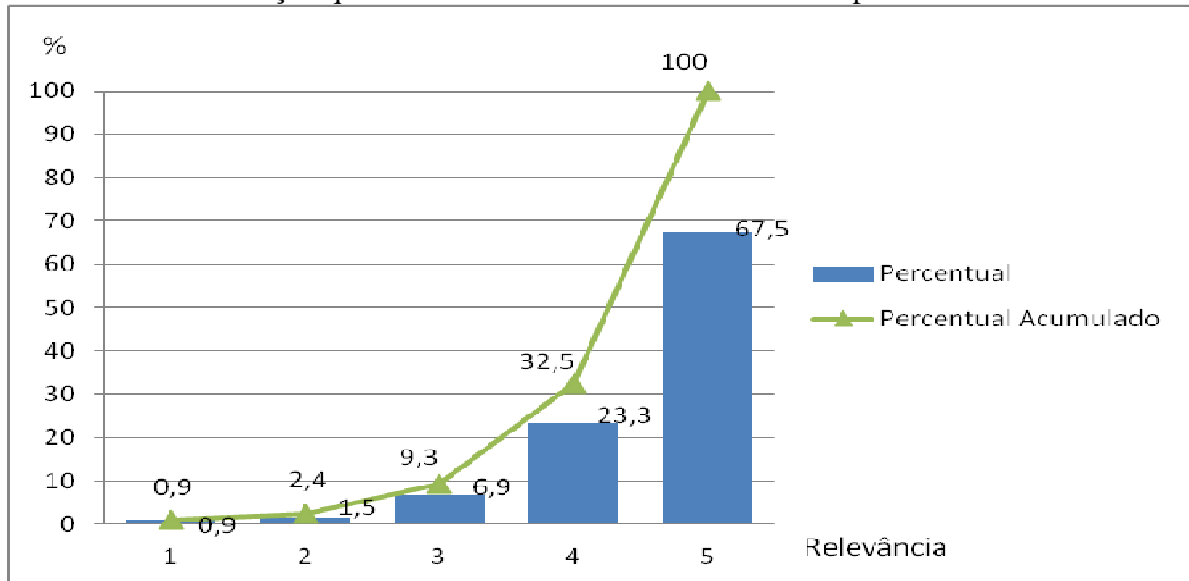
A seguir, cada item citado foi analisado considerando os maiores índices de relevância atribuídos pelos participantes da pesquisa e os dados encontrados foram apresentados por meio de gráficos, seguidos da apresentação descrição das respostas encontradas.

4.1.2.1 Melhorar o aprendizado dos conteúdos

O item ‘Melhorar o aprendizado dos conteúdos’, como razão para participar do programa de monitoria de iniciação à docência, é entendido como produto de um bom processo ensino, porém a intenção deste tópico não é aprofundar o conhecimento quanto à qualidade do trabalho docente, ou das habilidades necessárias para o bom desempenho em sala de aula, que resultem no aprendizado do aluno, mas suscitar a reflexão do monitor quanto ao impacto da monitoria para sua formação acadêmica.

Compreende-se que a atividade de monitoria permite ao professor compartilhar a responsabilidade de transmitir o conteúdo com o monitor e que essa relação de colaboração auxilia na descoberta e aprofundamento de novos conceitos, que ajudaram o aluno a aplicar os conteúdos na prática, bem como, estimulando, ainda, o envolvimento do monitor em atividades de pesquisa, debates e troca de conhecimentos que, dessa forma, vão estimular o desenvolvimento da autonomia no aluno e torná-lo sujeito ativo, capaz de realizar sua própria atividade com responsabilidade e empenho.

Gráfico 2 – Distribuição quanto a relevância do item Melhorar o aprendizado dos conteúdos



Fonte: Elaboração própria (2012).

Os dados apresentados no gráfico 2 demonstram que 67,5% dos monitores que participaram da pesquisa consideraram que a participação na monitoria melhorou a aprendizagem dos conteúdos, comprovando a concepção de Paulo Freire (1998, p. 25), segundo o qual “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” É importante, portanto, entender que essa aprendizagem não se restringe, apenas, à mera transmissão de conteúdos, ou seja, os conteúdos de aprendizagem não se reduzem, unicamente, às contribuições das disciplinas ou matérias, mas envolvem todos aqueles que possibilitem o desenvolvimento do indivíduo, como um todo, desde as suas capacidades físicas, afetivas, de relação interpessoal, até a sua inserção social.

Os conteúdos trabalhados visam desenvolver no indivíduo o saber, o saber fazer e o ser, portanto, cada aluno é um universo, com necessidades diferentes e fazer com que se sintam estimulados a aprender é uma tarefa complexa. Com a organização e planejamento, os estudantes podem aprender conteúdos diversos, sejam eles procedimentais, os quais, através das ações dirigidas, ajudaram a desenvolver habilidades, ou atitudinais, que permitem uma reflexão em torno das atitudes, normas e valores que se integram à estrutura do conhecimento ou os conceituais que auxiliam na compreensão e interpretação da realidade, os quais serão adquiridos ao longo do processo de ensino e de aprendizagem. Dentro desse contexto, o professor é um agente responsável pelo sucesso da aprendizagem e sua atuação em sala é determinante para o desempenho dos alunos. O professor é quem apresenta o conteúdo e coloca o aluno em situações de aprendizagem, recorrendo à utilização de metodologias diferenciadas.

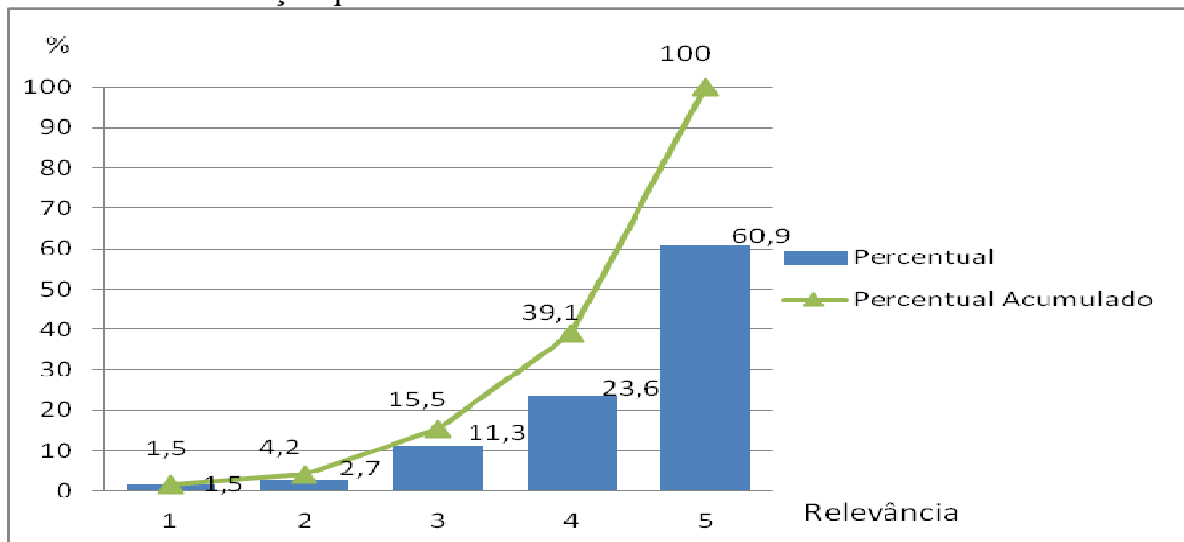
Quanto à universidade, ao envolver o aluno com os conteúdos que servirão de base para a sua atuação profissional, precisa-se escolher aqueles que dialoguem continuamente com o cotidiano do aluno, para que despertem nele a curiosidade, o interesse pelos valores humano, pela afetividade e a ética, oferecendo oportunidades na preparação para a sua vida e para o seu futuro e, conseqüentemente, para o país.

4.1.2.2 Necessidade de uma bolsa de estudo

A bolsa de estudo é um auxílio financeiro pelo desenvolvimento das atividades realizadas junto ao PID. O monitor precisa cumprir uma carga horária de atividades correspondente a 12 horas semanais conforme a legislação vigente, e cabe ao professor-orientador definir os horários do monitor sem prejudicar as suas atividades didáticas, já que, além da monitoria o participante do programa precisa cumprir as atividades previstas no seu currículo.

O número de bolsas de estudo para o PID é definido anualmente de acordo com a previsão orçamentária da instituição. Neste item os monitores atribuíram a maior relevância a remuneração como fator importante para a participação no programa.

Gráfico 3 – Distribuição quanto a relevância do item Necessidade de uma bolsa de estudo



Fonte: Elaboração própria (2012).

Com a visualização do gráfico 3, foi possível perceber que a bolsa de estudo tem uma representação significativa para a participação dos estudantes no programa. Esse auxílio financeiro foi considerado por 60,9% dos monitores remunerados como um atrativo relevante para participar do programa. Pelos dados obtidos, as maiores relevâncias que foram atribuídas

representam 84,5% das respostas. Dessa forma a remuneração financeira é um indicador importante para participar da monitoria, considerando que todos os envolvidos na pesquisa são monitores remunerados.

4.1.2.3 Melhorar o currículo

O currículo aqui tratado é entendido de forma mais ampla que a simples aprendizagem de conteúdos. O currículo constitui um processo de sistematização do saber trabalhado na universidade e é o mediador entre a vida acadêmica e a vida social.

É importante salientar que o currículo do aluno deve valorizar seus interesses e permitir novas experiências que possibilitem a ampliação do seu conhecimento. Dessa forma, o currículo, além de reunir o conjunto de conteúdos, conhecimentos, experiências, valores que serão utilizados na formação do aluno, também deve contextualizá-los à vida do aluno, de maneira que possa vir a repercutir e promover transformações na esfera social, política e econômica.

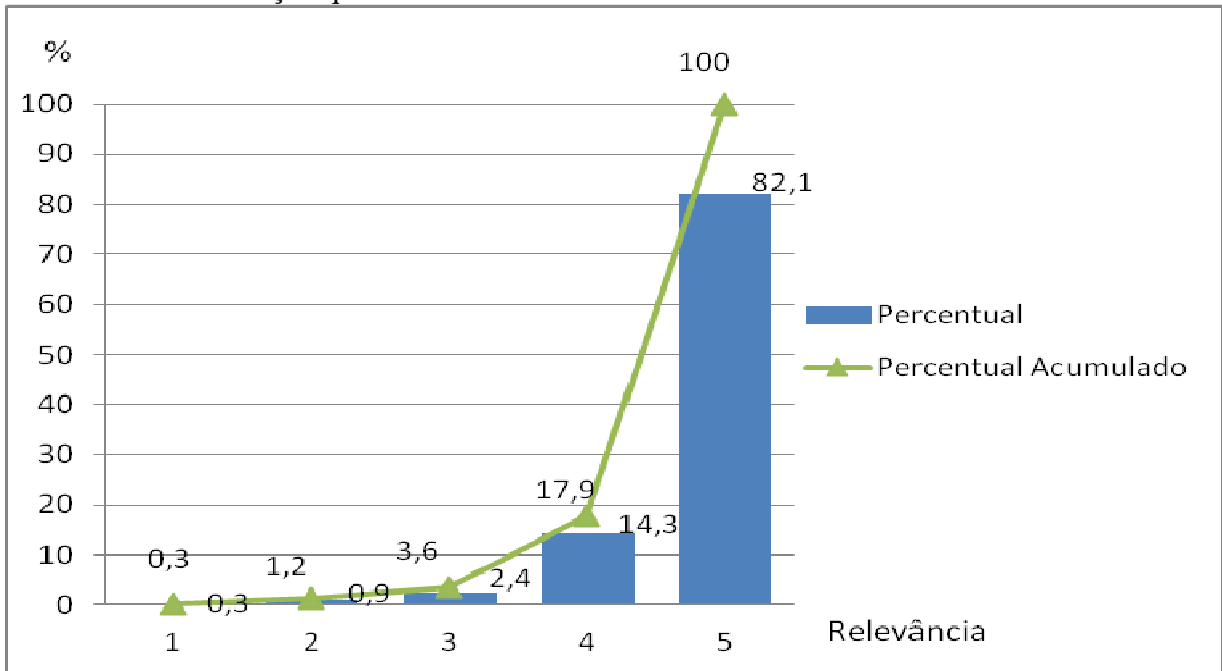
O currículo é um instrumento que reflete a forma como a sociedade e a educação estão organizadas. Assim, para Moreira (1997, p. 7): “O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social.”

No tocante a esta pesquisa, o currículo proposto por cada curso de graduação precisa permitir aos alunos buscarem novas vivências que venham a somar ao que é proposto para sua formação, assim, a atividade de monitoria é incorporada ao currículo como parte das atividades complementares.

O currículo, em seu conteúdo e nas formas através das quais se apresenta aos alunos e professores, é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar e está carregado de valores e pressupostos que é preciso decifrar (SACRISTÁN, 1998).

O currículo representa as aspirações do nível de ensino que deseja formar, sendo reflexo da multiplicidade de fins. Assim, ao se analisar o currículo pode-se conhecer o que é a universidade como uma instituição cultural e de socialização, em termos reais.

Gráfico 4 – Distribuição quanto a relevância do item Melhorar o currículo



Fonte: Elaboração própria (2012).

O gráfico 4 permite identificar que dos monitores participantes da pesquisa 82,1% consideraram que a experiência proporcionada pela monitoria auxiliou para melhorar o currículo, ou seja, essa atividade é considerada de grande relevância na formação do estudante. Enquanto isso, apenas 0,3% atribuíram menor relevância a este item como influenciador do aluno da graduação para participar o PID.

A flexibilidade do currículo é o que permite o aproveitamento dessa experiência no histórico do aluno e, ao mesmo tempo em que estimula o aluno a participar de atividades que envolvem a prática docente, contribui para enriquecer a sua formação promovendo, também, um crescimento individual e social.

Considerando que o currículo escolar constitui, conforme Moreira (1997, p. 11):

[...] um significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis.

O conhecimento transmitido e as experiências de aprendizagem proporcionadas permitem ao aluno reconstruir o conhecimento adquirido. A experiência para enriquecer o currículo não se limita, apenas, a se centrar nos conteúdos, mas no desenvolvimento de

habilidades e competências, que permitirão uma formação de cidadãos e uma orientação sobre o tratamento que deverá ser dado aos conteúdos estudados.

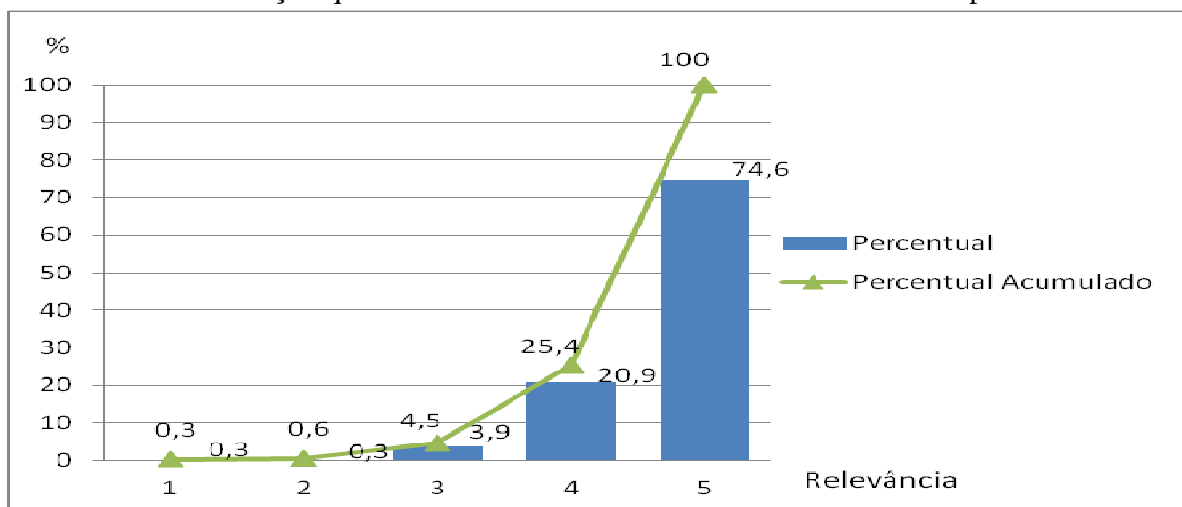
Por ser o currículo um instrumento de compreensão do mundo e de transformação social, portanto dotado de uma visão política e pedagógica, é necessário pensar a construção do conhecimento numa perspectiva interdisciplinar, através da promoção da socialização dos saberes, de forma a superar possíveis rupturas nas diferentes áreas do conhecimento.

4.1.2.4 Afinidade com a disciplina

O estudante que participou como monitor de uma determinada disciplina já conhece o conteúdo que será trabalhado pelo professor, antes dos demais colegas, pois um dos requisitos para participar da monitoria de uma disciplina é já tê-la cursado anteriormente. Assim, a afinidade com a disciplina é um item indispensável para participar da monitoria, uma vez que o monitor participará novamente das aulas em que o professor orientador apresentará o conteúdo, podendo fazer intervenções que auxiliem os novos alunos na aprendizagem.

Conforme o Estatuto da Universidade Federal do Ceará (2010), em seu artigo 62, alínea a, disciplina é definida como sendo “o conjunto de estudos e atividades correspondentes a um plano de ensino e programa desenvolvidos num período letivo, com um mínimo de horas prefixadas.”

Gráfico 5 – Distribuição quanto a relevância do item Afinidade com a disciplina



Fonte: Elaboração própria (2012).

A leitura do gráfico 5 demonstra que a afinidade com a disciplina foi apontada como um motivo importante para participar da monitoria. Dos participantes, 74,6% do percentual atribuíram maior relevância a este item, o que demonstra que uma das razões que suscita no estudante o interesse de buscar a experiência na monitoria em determinada disciplina é o fato de que, ao cursá-la na condição de aluno, houve uma identificação com a ela. Essa afinidade com a disciplina é fundamental para que o monitor tenha uma experiência prazerosa na monitoria, repassando-a aos demais colegas.

4.1.2.5 Interesse pela carreira docente

Compreender os fatores que possam estimular o interesse pela carreira docente implica em considerar as mudanças no mundo do trabalho e nos contextos social, político, econômico e cultural, que permitam a compreensão da carreira profissional para a sociedade.

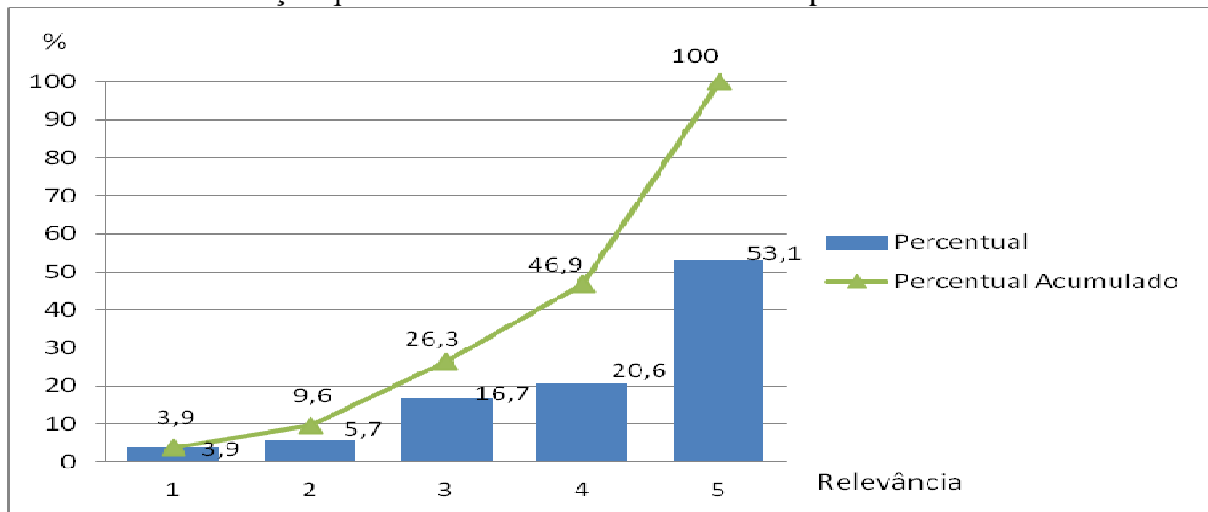
Para a Fundação Carlos Chagas (2009, p. 9):

[...] o processo de escolha profissional e a inserção no mundo do trabalho são cada vez mais intrincados, geram dilemas, o que significa que as possibilidades de escolha profissional não estão relacionadas somente às características pessoais, mas principalmente ao contexto histórico e ao ambiente sociocultural em que o jovem vive.

No que corresponde ao PID e aos objetivos previstos na sua resolução, o interesse pela carreira docente aparece como requisito essencial de identidade do programa. Nessa experiência, o monitor tem a oportunidade de se deparar com materiais didáticos voltados para a realidade docente e de compartilhar com o professor orientador os mesmos interesses para que comece a dar os primeiros passos na construção da trajetória da aprendizagem do caminho que deseja percorrer.

O bom êxito na comunicação com professor orientador e com os demais colegas auxilia o monitor a desenvolver autoconfiança. A comunicação é um fator indispensável ao exercício da profissão, gerando o interesse crescente por prosseguir nos estudos, que é importante para torná-lo apto a aplicar os conhecimentos adquiridos na sua futura carreira profissional.

Gráfico 6 – Distribuição quanto a relevância do item Interesse pela carreira docente



Fonte: Elaboração própria (2012).

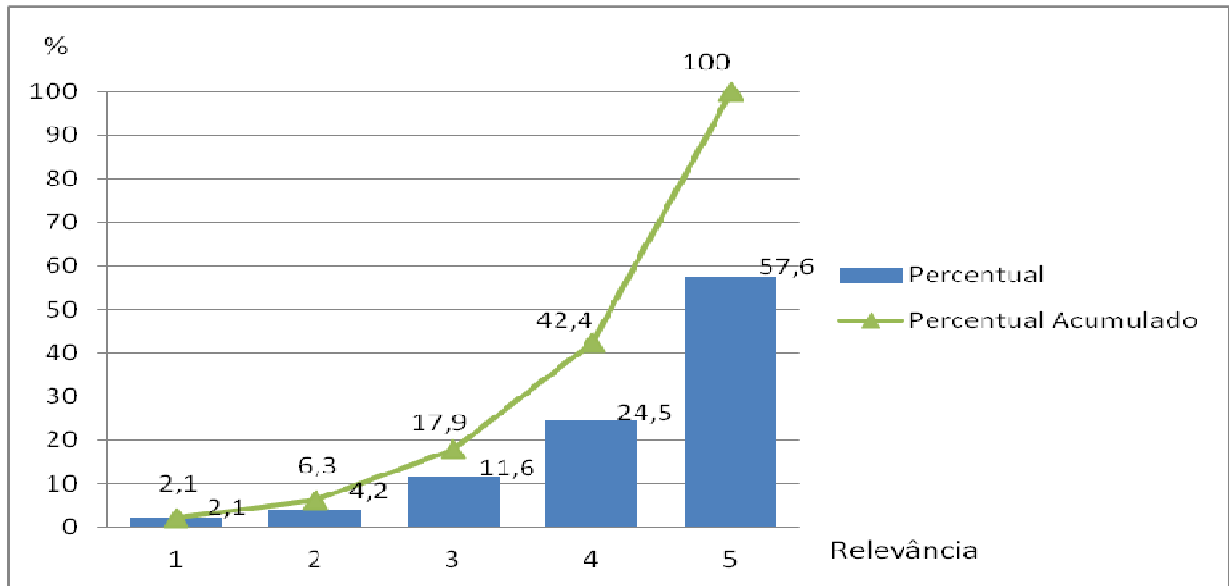
O gráfico 6 mostra que, entre os participantes da pesquisa, 53,1% consideram que procuraram participar do PID por já terem interesse por seguir a carreira docente. Neste caso, o programa permitiu que esses monitores confirmassem seu interesse através da vivência com a prática docente, e apenas 3,9% atribuíram uma menor relevância de participar da monitoria para esse fim.

Além de contribuir com o processo de formação acadêmica dos estudantes de graduação, a monitoria também tem como objetivo suscitar nos seus participantes o interesse pela carreira docente. Isso inclui envolvê-los ou permitir que conheçam as peculiaridades da prática docente. Essa experiência com a monitoria ajuda a compreender que o exercício do magistério não se limita à mera transmissão de conteúdo, uma vez que, para isso, o docente precisa ter uma visão globalizada do processo de ensino, para permitir que, de fato, com a inserção do monitor no programa, possa ter clareza e confirmar a sua escolha.

4.1.2.6 Interesse em realizar atividade extracurricular

O PID é uma oportunidade para o estudante realizar uma atividade extracurricular que venha a complementar a sua formação acadêmica e que possa se adequar aos cursos de graduação por meio da flexibilização do currículo do aluno, permitindo que este busque novas experiências que venham se somar aos conteúdos programáticos que compõem a sua integralização curricular.

Gráfico 7 – Distribuição quanto a relevância do item Interesse de realizar atividade extracurricular



Fonte: Elaboração própria (2012).

O gráfico 7 demonstra que 57,6% do percentual dos participantes consideram que a atividade de monitoria é uma oportunidade para realizar atividades extracurriculares. Isso significa que esses alunos têm o desejo de ampliar suas experiências de aprendizagem para além do que é determinado pelo currículo dos cursos de graduação.

Ao participar dessa atividade extracurricular, os participantes têm a possibilidade de compreender a monitoria como um espaço de aprendizagem, que trará contribuições para a sua formação acadêmica.

As atividades extracurriculares permitem, ao aluno, vivenciar experiências que ajudem na sua formação global e favoreçam a sua formação acadêmica. De acordo com Peres, Andrade e Garcia (2007, p. 204) “As atividades extracurriculares podem ser entendidas como aquelas que não são concebidas com características obrigatórias, mas se encontram sob a responsabilidade da instituição e fazem parte do currículo de formação.”

A necessidade do aluno impulsiona a aquisição do conhecimento e de novas experiências que contemplem o currículo. Vivenciar a carreira docente por meio de uma aprendizagem significativa ajuda a esclarecer e, às vezes, a desmistificar concepções já formadas sobre essa profissão.

4.1.2.7 *Envolver-se com o processo de ensino-aprendizagem*

A monitoria como uma estratégia pedagógica, utilizada no ensino superior, possibilita ao monitor a experiência de envolver-se com processo de ensino e de aprendizagem e permite que estes sejam compreendidos como peculiaridades de um mesmo processo. Segundo Libâneo (1994, p. 81): “A tarefa principal do professor é garantir a unidade didática entre ensino e aprendizagem.” Essa ideia é reforçada por Farias *et al* (2008, p.86) ao salientar que: “[...]o professor, embora não seja seu único praticante, é aquele socialmente reconhecido como responsável pela concretização do ato de ensinar no âmbito escolar.”

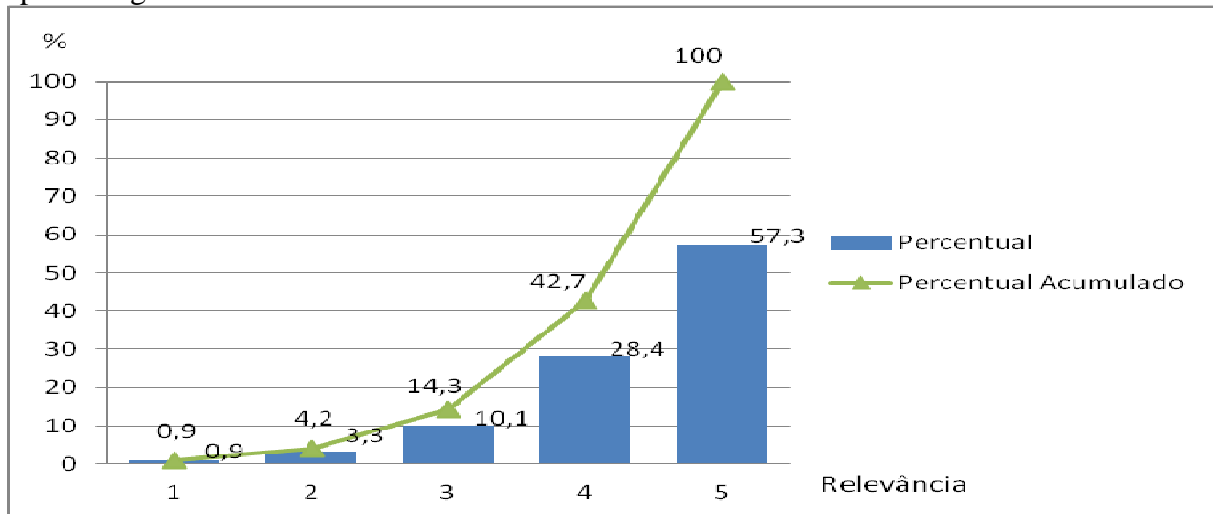
A vivência na monitoria trabalha com essas duas vertentes, pois, ao mesmo tempo em que envolve o aluno nas atividades de ensino, suscita neste a aprendizagem. Conforme Libâneo (1994, p. 83): “[...] o ato de aprender é um ato de conhecimento, pelo qual se assimilam, mentalmente, os fatos, fenômenos e relações do mundo, da natureza e da sociedade, através do estudo das matérias.”

O ensino, como um processo, caracteriza-se, na visão de Libâneo (1994, p. 79), pelo:

[...] desenvolvimento e transformação progressiva das capacidades intelectuais dos alunos em direção ao domínio dos conhecimentos e habilidades, e sua aplicação. A aprendizagem escolar é, assim, um processo de assimilação de determinados conhecimentos e modos de ação física e mental, organizados e orientados no processo de ensino. Os resultados da aprendizagem se manifestam em modificações na atividade externa e interna do sujeito, nas suas relações com o ambiente físico e social.

Nessa perspectiva, os monitores puderam atribuir relevância à participação na monitoria de iniciação à docência, quanto ao envolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os dados podem ser conferidos pelo gráfico 8, a seguir.

Gráfico 8 – Distribuição quanto a relevância do item Envolver-se no processo de ensino-aprendizagem



Fonte: Elaboração própria (2012).

Os maiores percentuais foram salientados no tocante à monitoria proporcionar o envolvimento dos participantes com o processo de ensino e aprendizagem. Dos monitores que participaram desta experiência, o maior percentual, representados por 85,7% aponta ser de grande relevância, para os monitores desta pesquisa, a experiência de monitoria, por permitir esse envolvimento com o processo de ensino e aprendizagem. Compreender esse processo, entretanto, não é uma tarefa fácil, mas esse contato inicial, possibilitado pela iniciação à docência, ajuda ao monitor a desenvolver a sensibilidade para entender as diferentes concepções de ensino e como estas repercutem no processo de aprendizagem.

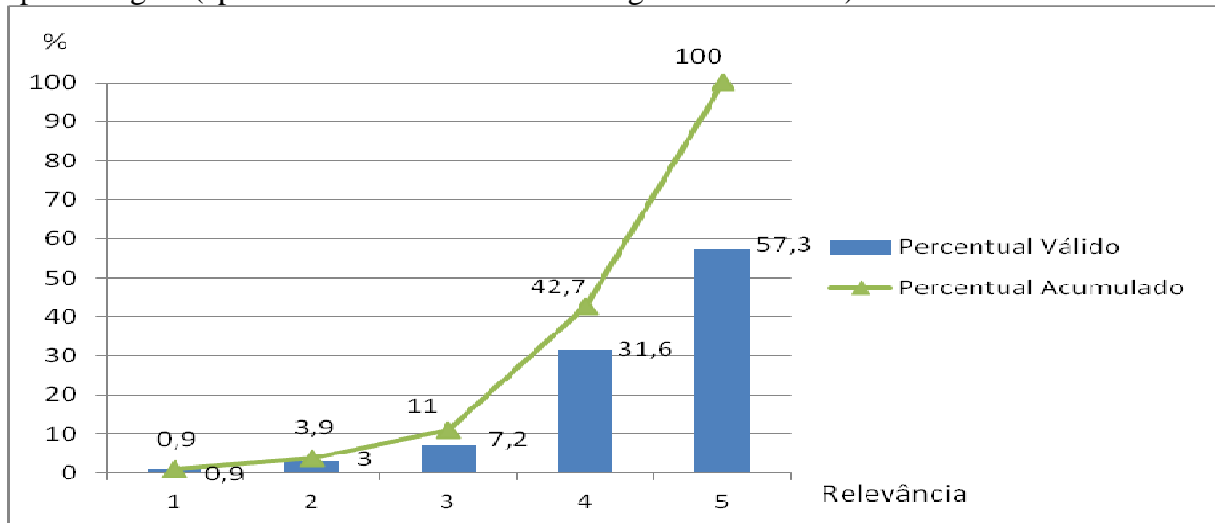
4.1.2.8 Monitoria como um espaço de aprendizagem (aprofundamento das atividades ligadas à docência)

O trabalho docente não se limita à mera transmissão de conteúdo, mas está diretamente ligado à formação do aluno, quanto aos aspectos cognitivo, afetivo e moral. De acordo com Libâneo (1994, p.96): “O trabalho docente é uma atividade intencional, planejada conscientemente visando atingir objetivos de aprendizagem. Por isso precisa ser estruturado e ordenado.”

Libâneo (1994, p. 79) salienta, ainda, que:

Devemos entender o processo de ensino como o conjunto de atividades organizadas do professor e dos alunos, visando alcançar determinados resultados (domínio de conhecimentos e desenvolvimento das capacidades cognitivas), tendo como ponto de partida o nível atual de conhecimentos, experiências e de desenvolvimento mental dos alunos.

Gráfico 9 – Distribuição quanto a relevância do item Monitoria como um espaço de aprendizagem (aprofundamento das atividades ligadas à docência)



Fonte: Elaboração própria (2012).

Tendo como referência a participação na monitoria, como um espaço de aprendizagem que permite ao monitor aprofundar seus conhecimentos sobre a prática docente, a esse item foi atribuída a maior relevância, que representou 57,3% dos participantes da pesquisa.

Para Natário e Santos (2010, p. 356), em relação ao vínculo com o conhecimento e às questões educacionais:

[...] a monitoria é um espaço de aprendizagem proporcionado aos estudantes. Sua finalidade é aperfeiçoar o processo de formação profissional e promover a melhoria da qualidade do ensino, criando condições para o aprofundamento teórico e o desenvolvimento de habilidades relacionadas à atividade docente do monitor. Os programas de monitoria têm que proporcionar aos graduandos a possibilidade de otimizar o seu potencial acadêmico, auxiliando-os na formação profissional.

Esse item demonstra o interesse do aluno com aprender e ampliar seus conhecimentos no que diz respeito às atividades do docente e cabe ao professor orientador incentivar a participação de forma que estimule a autonomia dos seus alunos. O desenvolvimento da autonomia, escolha do espaço e tempo para o estudo, seleção de conteúdo, orientações de estudo e proposta de atividades constituem um ambiente de aprendizagem e de exploração dos diversos recursos.

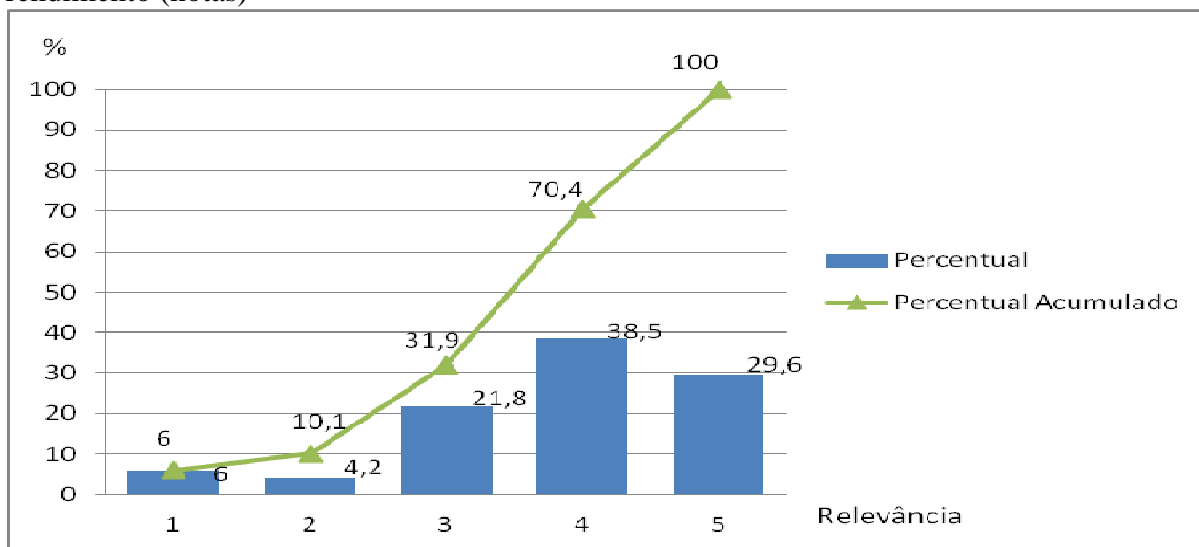
Freire (2007) critica a concepção de educação baseada na transferência de conhecimentos (educação bancária), e argumenta em favor de uma educação dialógica, com uma visão libertadora, responsável pelo desenvolvimento da autonomia dos educandos. Estes

devem ser sujeitos ativos, interessados por compreender o mundo que os cerca, para nele agir, construindo seus conhecimentos de acordo com suas demandas.

4.1.2.9 A participação no PID melhorou o rendimento (notas)

Participar como monitor do Programa de Iniciação à Docência exige do aluno de dedicação, estudo, aprofundamento teórico, porquanto, ao agregar uma nova experiência ao seu currículo, isso demanda mais tempo de estudo, de forma a não negligenciar nenhuma das suas atividades acadêmicas, pois somatizou mais responsabilidades e terá que desempenhar determinada carga horária de trabalho prevista na resolução, além de conciliar essa nova atividade com as disciplinas que terá de cursar para a conclusão do semestre ou do curso.

Gráfico 10 – Distribuição quanto a relevância do item A participação no PID melhorou o rendimento (notas)



Fonte: Elaboração própria (2012).

Embora o aluno participante da monitoria tenha uma sobrecarga de estudo maior, em comparação ao aluno que não participa de nenhum programa institucional, os monitores atribuíram as maiores relevâncias para este item correspondendo a 38,5% e 29,6% do percentual válido.

O Programa de monitoria de Iniciação à Docência tem, dentre as suas finalidades, o auxílio ao aluno no seu processo de formação acadêmica. Os monitores participantes da pesquisa indicaram a participação no programa como um mecanismo para a melhoria das

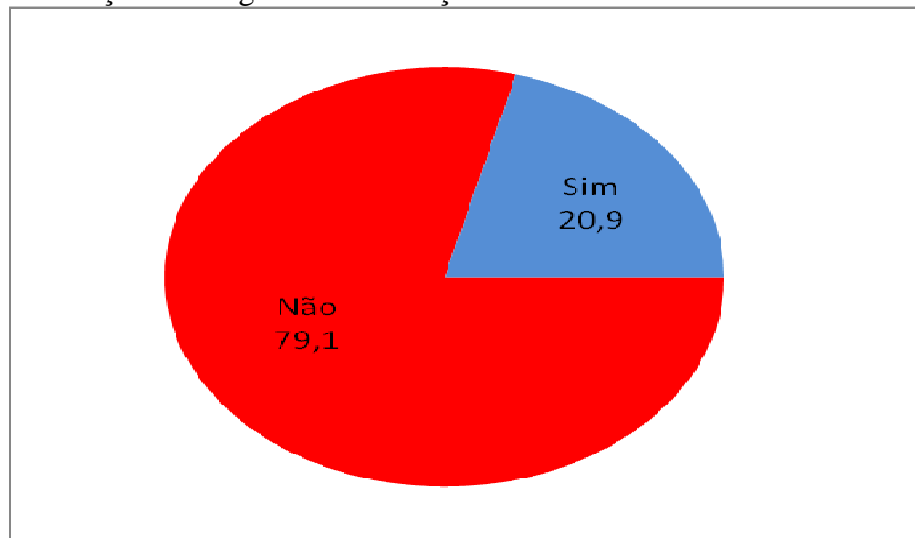
notas. Dessa forma, percebe-se que esse programa está auxiliando seus alunos a buscarem um bom desempenho na sua trajetória acadêmica.

4.1.3 Grau de conhecimento do monitor acerca da Resolução do Programa de Iniciação à Docência

Considerando a legislação da monitoria de iniciação à docência como ponto de partida para nortear a prática dessa atividade nos cursos de graduação, compreende-se a relevância de investigar a relação entre legislação e prática. A finalidade deste item foi identificar no universo dos monitores da pesquisa o percentual que conhecem a Resolução nº 01/CEPE, de 04 de março de 2005, pois esta é o instrumento legal que norteia e regulamenta a monitoria de iniciação à Docência na UFC e é, através dela que o monitor poderá recorrer para ter ciência quanto aos objetivos do programa, estrutura de funcionamento, as competências do monitor e do professor orientador, seus direitos, deveres e demais particularidades do programa.

O gráfico 11 ilustra os resultados encontrados sobre esta pergunta do questionário.

Gráfico 11 – Distribuição quanto ao grau de conhecimento da Resolução do Programa de Iniciação à Docência



Fonte: Elaboração própria (2012).

O resultado dos dados revela que, dos 335 monitores que responderam o questionário, apenas 20,9% da amostra confirmaram conhecer a resolução do PID. Enquanto isso, a maioria dos participantes, 79,1% do percentual, afirmou não conhecer a resolução do programa do qual fizeram parte.

Esse é um dado que pode reportar a uma prática de monitoria baseada no fazer cotidiano e que o aluno, ao ingressar na monitoria, não teve acesso ou interesse por saber sobre a legislação, por razões diversas.

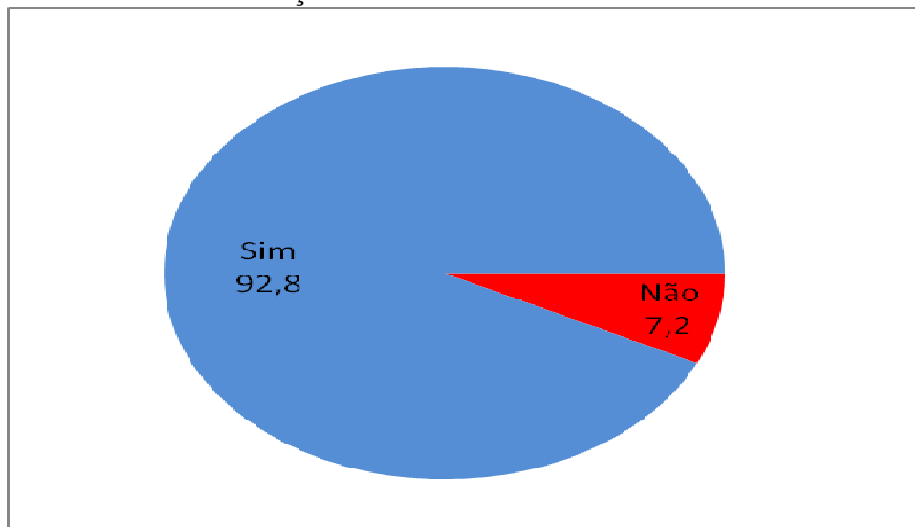
Conhecer os termos e as exigências da legislação vigente, relativa à atividade de monitoria, constitui uma das competências do monitor no programa. Faz-se necessário portanto, resgatar a importância da legislação que regulamenta essa atividade institucional por ser o seu conhecimento uma condição indispensável para que o monitor tenha clareza da sua ação, para evitar o desvio dos monitores em atividades que possam descaracterizar o programa e perceba o PID como legítimo e institucionalizado.

4.1.4 Clareza dos objetivos do Programa de Iniciação à Docência

De acordo com a Resolução nº 01/CEPE, de 04 de março de 2005, o PID tem como objetivo despertar o interesse pela carreira docente, bem como, auxiliar o aluno na sua formação acadêmica. Essa resolução destaca, também, outros objetivos a serem atingidos com a monitoria, tais como, formação do estudante de graduação; envolvimento nas atividades docentes; interação entre estudantes e professores orientadores, nas atividades de ensino, proporcionando uma visão globalizada da disciplina e do trabalho de ensino associada à pesquisa.

O gráfico 12 representa a clareza dos monitores quanto aos objetivos previstos na legislação da monitoria de iniciação à docência.

Gráfico 12 – Distribuição quanto a clareza dos objetivos do Programa de monitoria de iniciação à Docência da UFC



Fonte: Elaboração Própria (2012).

A visão do gráfico 12 deixa bem evidente que, dos dados obtidos, 92,8% dos monitores que participaram da pesquisa afirmaram ter clareza quanto ao entendimento dos objetivos previstos no programa. Esse percentual engloba 311 respostas fornecidas do total de 335 e apenas uma minoria de 7,2%, totalizando 24 respostas, informaram que os objetivos não ficaram claros para eles.

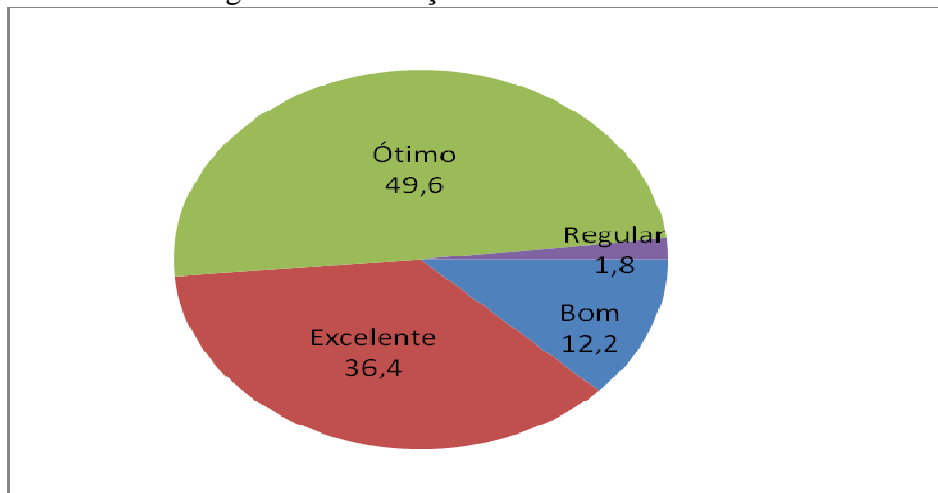
Esse é um aspecto positivo para o programa, pois, conhecendo os objetivos a serem alcançados, o monitor poderá nortear a sua prática, com o auxílio do professor orientador, visando alcançar o que está proposto pelo programa.

4.1.5 Avaliação da participação do monitor nas atividades voltadas para a carreira docente

Nesta questão a intenção foi permitir que o monitor refletisse sobre a sua atuação no programa, atribuindo a si mesmo um conceito de avaliação.

A intenção de incentivar o monitor a realizar a sua autoavaliação ajuda na utilização da avaliação como uma estratégia de aprendizagem e construção da autonomia do aluno, facilitando a tomada de consciência de seus avanços, identificar suas dificuldades e as suas possibilidades. Através da avaliação o monitor, pode acompanhar o seu progresso, analisar o desenvolvimento do trabalho e o seu próprio desempenho. A avaliação não é, portanto, uma prática neutra. A intenção deste questionamento foi auxiliar o aluno a refletir sobre sua atuação, permitindo que diante de tudo o que foi tratado e dito, a partir das questões do instrumento utilizado, pudesse fazer a articulação entre a teoria vista durante o programa e a sua atuação.

Gráfico 13 – Distribuição quanto a avaliação da participação dos monitores do Programa de Iniciação a Docência da UFC



Fonte: Elaboração Própria (2012).

A análise do gráfico 14 explicitou o conceito atribuído por cada monitor, especificamente, quanto à participação nas atividades docentes. Dos 335 participantes, 49,6% do percentual válido classificaram a sua atuação como ‘Ótimo’, 36,4% consideraram a atuação como Excelente, 12,2% avaliaram a participação atribuindo o conceito Bom e apenas 1,8% dos que avaliaram a participação atribuíram o conceito Regular.

Permitir que o aluno avaliasse sua participação possibilitou que ele compreendesse a avaliação como parte integrante do processo educativo e como parte da ação profissional do docente, proporcionando, também, um momento para reflexão sobre a aprendizagem proporcionada pela participação no programa, ajudando a perceber seus pontos fortes e os fracos, que devem ser superados quanto ao exercício das atividades inerentes ao professor.

4.1.6 Influência do professor orientador na inserção do monitor no Programa de Iniciação à Docência

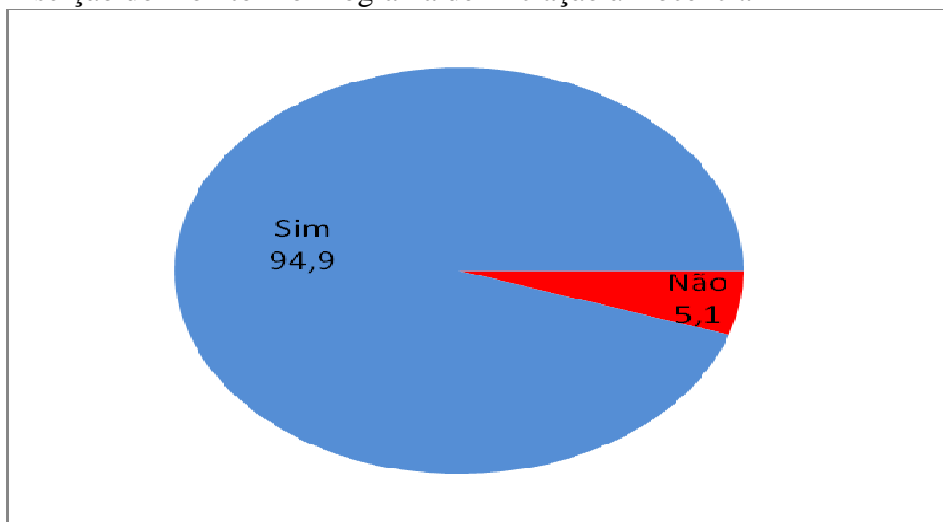
Esta questão focou no responsável imediato pela monitoria na disciplina, o professor orientador. O intuito foi descobrir se a atuação do seu professor orientador ajudou na inserção do monitor no programa. Sendo ele o responsável direto pela condução do monitor ao universo docente, seu trabalho é essencial ao desenvolvimento satisfatório do programa de monitoria e fundamental para garantir a permanência e o bom aproveitamento dos estudantes participantes no PID.

O fazer docente varia de acordo com as concepções que se tem em determinado momento histórico de sociedade, da educação, dos processos de ensino e de aprendizagem. Assim, a didática docente é a representação de determinado contexto, e trabalhar isso é fundamental para ajudar o monitor a adquirir uma visão crítica, que permita que ele avalie e busque um modelo de prática, que perceba o indivíduo em relação com o mundo. Ele pode, dessa forma, concordar ou discordar da postura profissional do docente, que foi o seu referencial na sala de aula, mas para isso, precisa ter acesso as teorias de ensino.

De acordo com Farias e Sales (2008, p. 31) “[...] é importante apreender que o projeto de educação, a forma de organização e de funcionamento da escola, bem como a ação didática dos professores, assumem diferentes formas no decorrer do tempo.”

O gráfico 14 representa o percentual encontrado quanto ao peso do papel do professor orientador para o monitor do programa.

Gráfico 14 – Distribuição quanto a atuação do professor orientador para inserção do monitor no Programa de Iniciação à Docência



Fonte: Elaboração própria (2012).

O professor orientador é o responsável por mediar o currículo, os interesses e as necessidades dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Libâneo (1994, p. 47):

A característica mais importante da atividade profissional do professor é a mediação entre o aluno e a sociedade, entre as condições de origem do aluno e sua destinação social na sociedade, papel que cumpre promovendo as condições e os meios (conhecimentos, métodos, organização do ensino) que assegurem o encontro do aluno com as matérias de estudo. Para isso, planeja, desenvolve suas aulas e avalia o processo de ensino.

O trabalho de orientação pedagógica, além de contínuo, deve envolver todos os participantes. O contato frequente entre monitor e orientador fortalece o relacionamento e constitui um importante fator motivacional. O professor orientador deve estimular a colaboração entre os estudantes, a troca de conhecimentos e o trabalho em equipe. Por essa razão, é muito importante que o professor orientador oriente os monitores nas atividades docentes, não só em relação à transmissão de conteúdos, mas que leve o aluno a refletir, sem esquecer-se de avaliar o processo de aprendizagem.

4.1.7 Participação do monitor nas atividades de pesquisa

Muitas vezes, a atividade de pesquisa acontece em separado da atividade de ensino. Por essa razão, o PID propõe que a monitoria desenvolva um trabalho de ensino

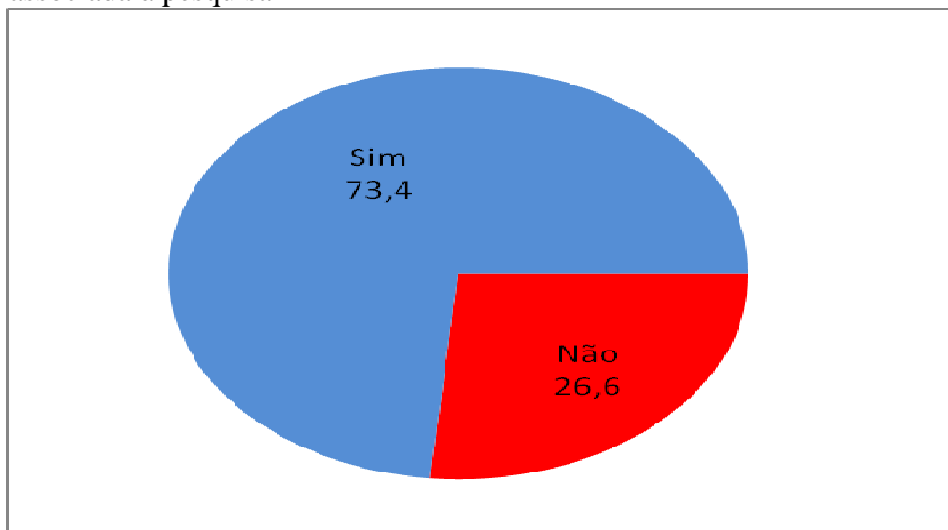
associado à pesquisa. Buscou-se verificar se esse objetivo é atendido na prática da monitoria, nos cursos de graduação, nas atividades de ensino desenvolvidas pelos monitores.

Compreender a pesquisa como atividade conjunta, realizada entre professores e estudantes, não se limita, apenas, à coleta de informações, mas também à interpretação dos fatos investigados. Para Matos e Vieira (2001, p. 126):

Embora a ideia da pesquisa como princípio formativo tenha sido incorporada à legislação brasileira apenas com a promulgação do Plano Nacional de Educação, em início de 2001 (Lei nº 10.172, 09/01/2001), a defesa da pesquisa como componente indispensável da formação do educador não é nova.

Vê-se que é fundamental desenvolver o espírito científico para pesquisar. Na visão de Matos e Vieira (2001, p. 124): “Atualmente, há um consenso de que, dadas as devidas condições, qualquer professor pode ser um pesquisador de suas atividades, nos diversos níveis e modalidades de ensino.”

Gráfico15 – Distribuição quanto a participação nas atividades de ensino associada à pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2012).

A análise e interpretação do gráfico demonstram que mais da metade dos monitores (73,4%) indicaram que desenvolveram atividades de ensino associada à pesquisa durante a execução da monitoria, portanto, o objetivo desse programa, quanto ao incentivo à pesquisa foi atendido. Esse fato pode indicar, não só, uma busca de melhor qualificação, mas também, uma complementação à formação, muitas vezes, necessária à atuação profissional. Apenas 26,6% informaram não ter cumprido este requisito na realização da atividade de monitoria.

Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica é uma forma de promover o desenvolvimento da ciência, difundir a cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive.

4.1.8 Decisão do monitor pela carreira docente

Esse item buscou verificar se após a experiência com a monitoria, o estudante sentiu-se motivado por seguir a docência. Os alunos escolhidos para a pesquisa já haviam concluído o programa, portanto, já teriam condição, diante da experiência adquirida de formar opinião acerca do universo que envolve o magistério.

Um dos objetivos de qualquer bom profissional consiste em ser, cada vez mais, competente em seu ofício, no caso do educador para melhorar sua prática educativa mediante um processo de formação continuada. Para Libâneo (1994, p. 71) o trabalho docente, entendido como atividade pedagógica do professor, busca os seguintes objetivos:

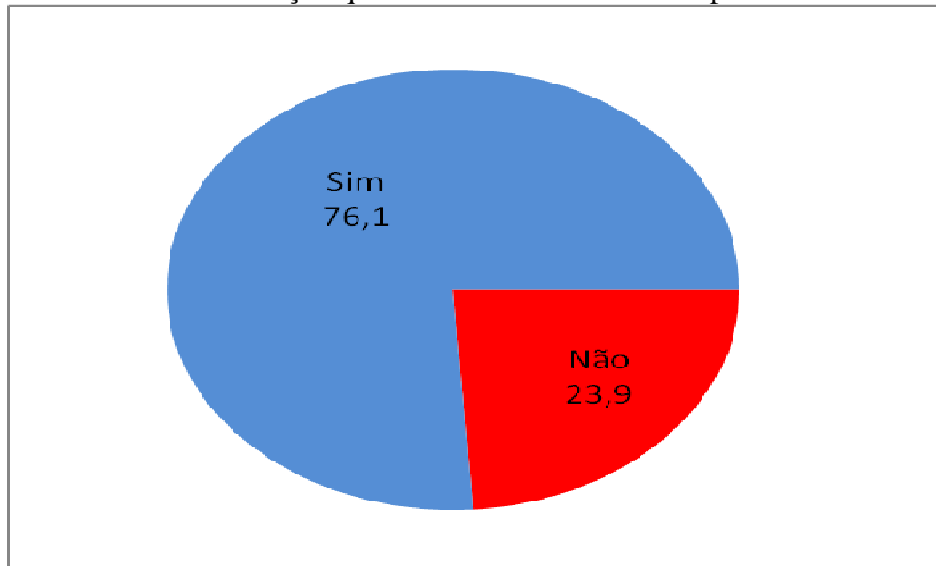
- Assegurar aos alunos o domínio mais seguro e duradouro possível dos conhecimentos científicos;
- Criar as condições e os meios para que os alunos desenvolvam capacidades e habilidades intelectuais de modo que dominem métodos de estudo e trabalho intelectual visando a sua autonomia no processo de aprendizagem e independência do pensamento;
- Orientar as tarefas de ensino para objetivos educativos de formação da personalidade, isto é, ajudar os alunos a escolherem um caminho na vida, a terem atitudes e convicções que norteiam suas opções diante dos problemas e situações da vida real.

No exercício da prática educativa incluem-se, também, o planejamento e a avaliação dos processos educacionais, que são uma parte inseparável da atuação docente, visto que, o que acontece nas aulas mediante a intervenção pedagógica, necessita de análises e avaliação de resultados.

A complexidade dos processos de ensino e aprendizagem exige um profissional igualmente competente, que se insira no projeto de proporcionar uma educação de qualidade. Para a Fundação Carlos Chagas (2009, p. 9):

[...] o projeto profissional é resultado de fatores extrínsecos e intrínsecos, que se combinam e interagem de diferentes formas, ou seja, o jovem, tendo em vista suas circunstâncias de vida, é envolvido por aspectos situacionais e de sua formação, e, outros, como as perspectivas de empregabilidade, renda, taxa de retorno, status associado à carreira ou vocação, bem como identificação, autoconceito, interesses, habilidades, maturidade, valores, traços de personalidade e expectativas com relação ao futuro.

Gráfico 16 – Distribuição quanto a decisão do monitor pela carreira docente



Fonte: Elaboração Própria (2012).

A análise do gráfico 16 demonstra que a maioria dos participantes (76,1%) considerou que a experiência com a monitoria do PID despertou o interesse para a carreira docente. Dos 335 participantes, 23,9% atribuíram menor relevância quanto à participação na monitoria, para descobrir as pretensões de seguir a carreira docente. Dessa forma, o PID atingiu um de seus objetivos, o de despertar no aluno o interesse pela carreira docente.

O docente possui inúmeras atribuições que repercutirão na formação humana. Segundo Libâneo (1994, p. 72):

Para que o professor possa atingir efetivamente os objetivos, é necessário que realize um conjunto de operações didáticas coordenadas entre si. São o planejamento, a direção do ensino e da aprendizagem e a avaliação, cada uma delas desdobra em tarefas ou funções didáticas, mas que convergem para a realização do ensino propriamente dito, ou seja, a direção do ensino e da aprendizagem.

A importância da experiência vivida na prática da monitoria, entre docente e discente, é permitir que ambos estejam juntos, frente aos mais diversos cenários definidos para o processo de ensino e possam desenvolver uma metodologia ativa com a inserção de experiências positivas no campo do ensino.

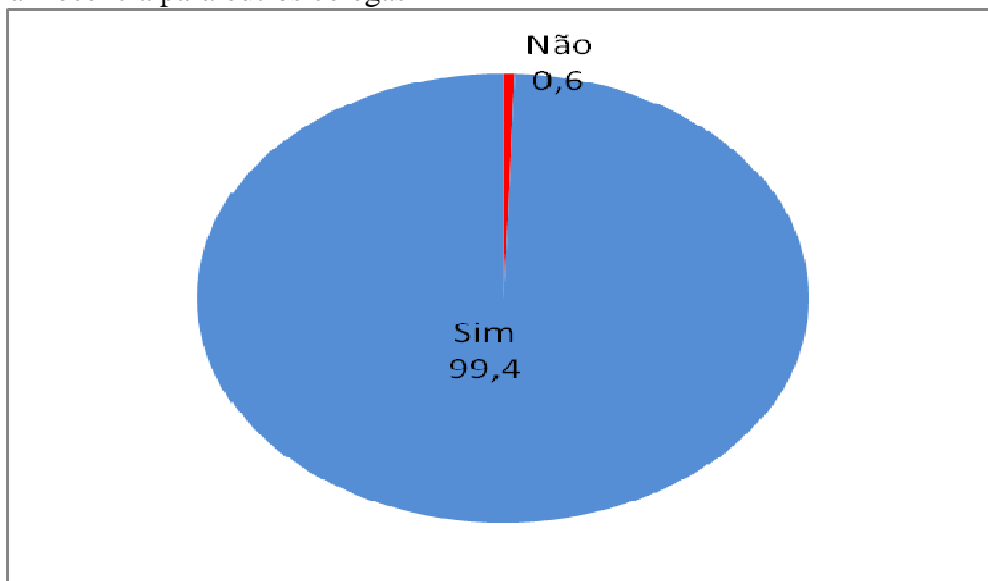
4.1.9 Recomendamos o Programa de Iniciação à Docência para outros colegas

A análise desta questão buscou identificar se a participação no PID foi uma experiência considerada relevante para os monitores envolvidos na pesquisa. Diante de tal

questionamento, os monitores, a partir de suas próprias vivências, expressaram o desejo de difundir entre os colegas essa experiência no PID, atuando, assim, como divulgadores espontâneos do programa de monitoria.

A monitoria é um espaço de ensino e aprendizagem e de vivência de valores, em que os indivíduos se socializam e convivem com a diversidade humana, além de proporcionar um ambiente educativo.

Gráfico 17 – Distribuição quanto a recomendação do Programa de Iniciação à Docência para outros colegas



Fonte: Elaboração própria (2012).

Observa-se que o programa obteve uma expressiva aceitação por parte dos seus participantes, porquanto 99,4% confirmaram que recomendaria aos colegas buscarem essa experiência e um percentual menor de 0,6% não indicaria essa atividade aos colegas. A maioria da resposta ‘sim’ ressalta o interesse dos participantes por indicar essa experiência para seus colegas e se caracteriza como um aspecto positivo para o programa, visto que a boa divulgação também será feita pelos próprios sujeitos.

4.1.10 Contribuição do Programa de Iniciação à Docência para a formação acadêmica

No tocante à contribuição do PID para a formação acadêmica, buscou-se verificar a efetividade de outro objetivo previsto na legislação da monitoria de iniciação à docência. Parte dessa responsabilidade é atribuída ao professor que, por meio de uma ação planejada e refletida no dia-a-dia da sala de aula, tem como objetivo fazer com que os alunos aprendam e adquiram o desejo de aprender, cada vez mais, e com autonomia.

Para a obtenção de resultados positivos, uma prática pedagógica que foca o desenvolvimento dos alunos, observando-os de perto, compreendendo as suas diferenças, suas dificuldades e potencialidades é fundamental para complementar a sua formação.

A formação acadêmica não consiste somente em absorver o conteúdo mas é a relação de troca com o colega, desenvolvendo noções de solidariedade, respeito, cidadania, direitos e deveres que garantam a socialização e a convivência.

O dado obtido confirma que todos os participantes da pesquisa, no total de 335 e correspondendo ao percentual de 100%, responderam que a participação no PID da UFC contribuiu para a sua formação acadêmica. A aceitação e a confirmação dos impactos positivos alcançados por essa atividade institucional reforça a necessidade de mantê-la em funcionamento na instituição e de proporcionar a sua expansão para que um número maior de estudantes possa passar por essa experiência.

Enriquecer a formação acadêmica dos participantes, de maneira a formar profissionais críticos e atuantes, através da contextualização da teoria com a prática, do aprender fazendo e refletindo sobre a ação, é perceber o aluno para além das fronteiras da universidade e incluí-lo no futuro ambiente profissional.

4.2 Análise das questões subjetivas do instrumento da pesquisa

Nesta etapa da pesquisa foi realizada a análise das respostas das duas questões subjetivas do questionário. Em ambas, a análise foi pautada no referencial teórico sobre o tema e em autores considerados relevantes para compreensão das respostas, bem como na experiência profissional da pesquisadora.

Optou-se pela categorização das respostas por permitir uma classificação dos dados que viabiliza a análise. A criação das categorias se deu após a leitura exaustiva dos dados para identificar e organizar as categorias de análise. Os dados coletados nos trazem informações sobre diversos aspectos. Pode-se dizer, então, que os resultados da pesquisa se organizaram em quatorze categorias e a partir delas os dados foram analisados e interpretados.

No tocante a organização das informações obtidas dos sujeitos, Minayo (1994, p.78) salienta que é preciso seguir os seguintes passos:

- a) Ordenação dos dados: Neste momento, faz-se um mapeamento de todos os dados obtidos no trabalho de campo. Aqui estão envolvidos, por exemplo, transcrição de gravações, releitura do material, organização dos relatos e dos dados da observação participante;

- b) Classificação dos Dados: Nesta fase é importante termos em mente que o dado não existe por si só. Ele é construído a partir de um questionamento que fazemos sobre os fenômenos eles, com base em uma fundamentação teórica. Através de uma leitura exaustiva e repetida dos textos, estabelecemos interrogações para identificarmos o que surge de relevante (“estruturas relevantes dos atores sociais”). Com base no que é relevante nos textos, nós elaboramos as categorias específicas;
- c) Análise final: Neste momento, procuramos estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa com base em seus objetivos. Assim, promovemos relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática.

Após a apresentação dessa proposta de análise, com base em Minayo (1994), reforça-se que o produto final da análise de uma pesquisa é algo provisório, portanto as afirmações podem superar conclusões prévias a elas e podem ser superadas por outras afirmações futuras.

Nas duas questões subjetivas, as respostas foram analisadas respeitando a peculiaridade de cada conteúdo. A estruturação e apresentação dos resultados ocorreram em função das categorias geradas pelo agrupamento das respostas fornecidas pelos participantes.

A condução dessa etapa teve início com agrupamento por afinidade, das informações obtidas com a devolução das 335 respostas do questionário aplicado. Os sujeitos da pesquisa atuaram em vários cursos de graduação da UFC e as suas identificações foram preservadas. Diante do sigilo das informações prestadas pelos monitores, estes são identificados pela denominação de sujeitos e classificados como (S) e receberam uma codificação numérica que corresponde à ordem de devolução das respostas do questionário.

4.2.1 Categorização das razões que impulsionaram a escolha pela carreira docente e o que fizeram desistir de tal profissão

Neste item, foram detalhados somente os resultados associados ao questionamento sobre as razões que impulsionaram a escolha do monitor pela carreira docente, ou que o fizeram desistir de tal atividade. Procurou-se identificar os motivos que levaram os participantes a ingressarem no programa de monitoria, que tem, entre as suas finalidades, despertar o interesse pela carreira docente, e quais os fatores limitantes para essa escolha. Para isso, o agrupamento das respostas foi fundamental para a compreensão do programa, do ponto de vista de seus sujeitos.

Com as informações fornecidas pelos monitores remunerados diante de tal indagação, resultou em registros diversos que a posterior observação e análise dos dados foram organizados e descritos nas seguintes categorias: 1-ampliar seu conhecimento e dos

demais; 2-afinidade com a profissão; 3-gostar de ensinar; 4-o interesse está voltado para o currículo, pesquisa e universidade; 5-amor à profissão/vocação; 6-compreender o processo de ensino e aprendizagem; 7-oportunidades oferecidas pela carreira; 8-contribuir para o sistema educacional brasileiro e/ou sociedade; 9-identificação pessoal após contato com docente e/ou familiares; 10-não quer seguir a carreira; 11-dúvidas na escolha da profissão; 12-falta de aptidão para ensinar/dificuldade de falar em público; 13-desestímulo devido às condições de trabalho e/ou valorização profissional; 14-resposta inconsistente/incoerente.

As categorias que emergem da coleta de dados são mais específicas e concretas. Sobre isso, Gomes (1998, p. 70) ensina que categorizar resultados significa agrupar os elementos comuns, as ideias ou expressões “[...] em torno de um conceito capaz de abranger tudo.”

Diante do vasto material obtido e da diversidade encontrada nas 335 respostas, foram geradas 14 categorias, representando a ordem de incidência entre os atributos. Essas categorias foram distribuídas de forma a explicar, inicialmente, as razões que impulsionaram a escolha pela carreira docente, finalizando com as razões limitantes para tal escolha.

Tabela 6 – Distribuição quanto razões que impulsionaram a escolha pela carreira docente ou que fizeram desistir de tal profissão (continua)

Nº	CATEGORIZAÇÃO	RESPOSTAS	PERCENTUAL
1	Ampliar seu conhecimento e dos demais	56	16,7
2	Afinidade com a profissão	52	15,5
3	Gostar de ensinar	32	9,6
4	O interesse está voltado para o currículo, pesquisa e universidade	25	7,5
5	Amor à profissão/Vocação	21	6,3
6	Compreender o processo de ensino-aprendizagem	21	6,3
7	Oportunidades oferecidas pela carreira	21	6,3
8	Contribuir para o Sistema Educacional Brasileiro e/ou sociedade	19	5,7
9	Identificação pessoal após contato com docente e/ou familiares	15	4,5
10	Não quer seguir a carreira	35	10,4
11	Dúvidas na escolha da profissão	15	4,5
12	Falta de aptidão para ensinar/Dificuldade de falar em público	10	3,0
13	Desestímulo devido às condições de trabalho e/ou valorização profissional	09	2,7
14	Resposta inconsistente/incoerente	04	1,2
TOTAL		335	100

Fonte: Elaboração própria (2012)

A partir da categorização apresentada na tabela 6, verifica-se que a categoria com maior expressividade foi ‘ampliar seu conhecimento e dos demais’. Em relação a essa categoria, 56 respostas dos entrevistados, que corresponde a 16,7%, expressaram que a prática na monitoria permite a aquisição de conhecimento, bem como pode ser usada como uma estratégia pedagógica para ajudar os demais colegas. Os estudantes que procuram a formação em geral estão motivados a aprender: “o aprendizado que ocorre quando participo das aulas, seja no papel de aluna ou professora; interação com pessoas que compartilham novos conhecimentos e percepções diferentes sobre um mesmo assunto” (S-291). “Melhorar meus conhecimentos na área na qual sou monitor” (S-15). “Acredito que a carreira docente favorece a atualização constante de conhecimentos, o que o torna um profissional mais competente e completo” (S-8). “Interesse em aprofundar o conhecimento em certas disciplinas” (S-61).

O trabalho de monitoria realizado entre pares pode ser definido quando os alunos trabalham com um objetivo comum, sobre os temas que estão em foco, por meio de uma ação compartilhada (DURAN; VIDAL, 2007). “O fato de eu poder, através dos meus conhecimentos adquiridos, ajudar no aprendizado dos novos alunos, além de ganhar experiência na carreira de docência.” “O prazer em poder transmitir conhecimento e contribuir para a formação de outras pessoas” (S-17). “A possibilidade de trocar ideias com outros alunos da disciplina” (S-32).

Observa-se que a ideia primordial deste item é a de aprender, enquanto estuda, o que irá ensinar. “A principal razão que me impulsiona para a carreira docente é a busca pelo conhecimento, pois ser professor é também ser aprendiz” (S-34). “Pelo fato de passar conhecimento para outras pessoas, ensinar, tirar dúvidas, esclarecer os questionamentos dos alunos e transmitir conhecimento para os mesmos” (S-142).

O contato aluno-monitor; a gratificação quando os alunos verbalizam que a monitoria os ajuda a obter êxito na disciplina; o impulso que a monitoria fornece para a necessidade de estar sempre se aprofundando em determinado assunto, ou seja, sempre estudar mais; o contato maior com o professor orientador, observando o quanto é gratificante trabalhar na docência. (S-24).

Para Libâneo (1994), a motivação dos alunos para a aprendizagem, através de conteúdos significativos e compreensíveis para eles, assim como de métodos adequados, é fator preponderante na atitude de concentração e atenção dos alunos.

“Gosto de compartilhar meus conhecimentos e experiências com outras pessoas, principalmente no sentido de tornar mais fácil a outras pessoas chegarem ao entendimento de algum assunto através de um caminho mais fácil e direto” (S-56). “Pelo fato de passar

conhecimento para outras pessoas, ensinar, tirar dúvidas, esclarecer os questionamentos dos alunos e transmitir conhecimento para os mesmos” (S-142). Para Natário e Santos (2010, p. 356):

O monitor, vivenciando a situação de aluno nessa mesma disciplina, consegue captar não só as possíveis dificuldades do conteúdo ou da disciplina como um todo, como também apresentar mais sensibilidade aos problemas e sentimentos que o aluno pode enfrentar em situações como vésperas de avaliações, acúmulo de leituras e trabalhos, início e término de semestre etc. Nesses momentos, o monitor poderá ajudá-lo com intervenção direta, desde que esteja preparado para isso, e conversar com o professor para que juntos possam discutir os problemas.

Desse modo, a monitoria precisa estar bem estruturada de forma a incentivar, constantemente, o interesse do aluno por aprender. A partir da observação da incidência da resposta apresentada anteriormente, verifica-se, então, o ponto crucial para concretização do objetivo da monitoria.

A segunda categoria identificada com 52 repostas obteve o percentual válido de 15,5% e está representada pela ‘afinidade com a profissão’, item com grande representatividade. Parte dos entrevistados demonstra ter afinidade com a profissão. Constatase que aqueles que desejam seguir a carreira docente, por se sentirem aptos, de alguma forma, a exercê-la. “Quero muito seguir esta carreira por ter afinidade com sala de aula, gosto deste ramo de atividade e também de está associado à pesquisa” (S-140). “A escolha pela docência deu-se pela afinidade e por admirar a profissão” (S-10). “Sempre tive muita afinidade com a docência, o ambiente de sala de aula sempre me fez muito bem. Adoro compartilhar experiências” (S-55). Além de perceber a profissão como meio de crescimento pessoal “Tenho afinidade pela docência e considero muito importante para o crescimento profissional esse fato do ensinar-aprender. Sempre admirei os bons professores e reconheço a importância inestimável para a nossa sociedade” (S-280); outros demonstram afinidade devido às oportunidades oferecidas pela carreira: “A afinidade com a área; O aprendizado que a carreira proporciona; Uma boa forma de fazer divulgação científica” (S-266). “A passagem do conhecimento adquirido; a afinidade pela área de atuação; a afinidade pela disciplina; a agregação que a escolha proporciona entre ensino e pesquisa; a oportunidade de crescer profissionalmente ao lado de grandes nomes da minha área” (S-131).

Ao analisar esta categoria, observa-se, na visão de Cavalheiro (2008, p. 9) que, de fato:

A dinâmica da monitoria é sistematizar situações de aprendizagem que envolva o professor e o monitor num processo educativo onde seja superada a fragmentação e

a reprodução de conceitos e se chegue, efetivamente, à reestruturação do próprio conhecimento constituindo desta forma um ciclo de aprendizado, pois novos saberes levam à colocação de novos problemas e a novas compreensões de mundo.

O ‘gostar de ensinar’ foi outra categoria elencada, contou com 32 respostas correspondendo a 9,6%. Os sujeitos entrevistados demonstraram gostar de ensinar e que a universidade propiciou momentos que confirmaram a vontade de integrar-se ao ensino, como se observa a seguir, pelos depoimentos transcritos: “Gosto de ensinar. Acho que estudando para ensinar outro aluno faz com que o estímulo ao estudo seja maior, bem como o meu próprio aprendizado” (S-320). “A satisfação de ensinar e ver que o conteúdo foi melhor assimilação após as atividades de monitoria” (S-93). Outros monitores relataram que:

Gosto de ensinar, de mostrar às pessoas que elas também são capazes, basta um pouco de esforço e dedicação. Essa é uma característica minha, estou pondo em prática na faculdade porque gosto de ajudar. Planejo seguir a carreira docente no futuro, pelo menos como apoio (S-161).

A vontade de ensinar me acompanha desde a época de ensino médio. Sempre gostei de ensinar aos colegas de turma de um modo mais simples. Ao ingressar à faculdade de medicina, já no primeiro semestre, fui monitor do colégio onde estudei o ensino médio. No terceiro semestre de faculdade ingressei como professor em um projeto de extensão da faculdade de medicina "curso XII de maio", que prepara alunos de escola pública para o vestibular. Durante esse período, cresci como professora e a vontade de seguir a carreira docente só aumentou (S-44).

Ainda na perspectiva do ensinar, Alarcão (1998, p. 21) salienta que:

[...] o professor ensina porque compreendeu a matéria e, portanto, é capaz de ‘manuseá-la’ com flexibilidade, de reestruturá-la e dar-lhe configurações suscetíveis de serem entendidas pelos alunos com que quem interage, desempenhando assim a função de mediador do saber.

Como é possível perceber pelas respostas, a monitoria é um caminho para despertar o interesse de seguir a carreira docente: “resolvi escolher a carreira de docência, primeiro devido a afinidade pela disciplina e por gostar também de lecionar” (S-308); “gosto de ensinar. Acho que estudando para ensinar outro aluno faz com que o estímulo ao estudo seja maior, bem como o meu próprio aprendizado” (S-316).

Conforme Farias e Sales (2008, p. 55): “[...] o professor é o profissional responsável pela concretização do processo de ensino.”

A categoria descrita como ‘o interesse está voltado para o currículo, pesquisa e universidade’ obteve 25 respostas, correspondendo a 7,5% do percentual válido e demonstra que os monitores, a partir do exercício profissional, perceberam o quão é valioso aprofundar os estudos e se dedicar à pesquisa e ao desenvolvimento de atividades acadêmicas.

Comprova-se isso nas respostas dos pesquisados: “o prazer por estudar, aprofundar e pesquisar sobre os assuntos de meu interesse. A influência da minha irmã que é pesquisadora. E também, através da atividade docente, fazer com que mais pessoas se interessem pela pesquisa” (S-85); “a possibilidade de contribuir com a universidade, a permanência no meio acadêmico, de modo a me manter atualizada, num ambiente que impulsiona (ou deveria impulsionar) a pesquisa e produção científica” (S-190); “a satisfação de ensinar e ver que o conteúdo foi mais bem assimilado, após as atividades de monitoria” (S-93).

Outros monitores salientam sobre esta categoria:

Por enquanto, busco ao máximo investir em minha carreira como docente. Porém, pretendo exercê-la como docente acadêmico, pois o professor do ensino médio e fundamental é muito desvalorizado e, ainda que gostemos da profissão, necessitamos de certa estabilidade para o nosso conforto e para o de nossa família (S-234).

A afinidade com determinadas disciplinas e o contato com a pesquisa. Além da participação de eventos que colaboraram com a aprendizagem e aprofundamento das áreas de meu interesse e que servirão de norte para o meu desenvolvimento crítico acadêmico (S-332).

“Principalmente, a oportunidade de enriquecer meu currículo fazendo uma atividade diferente de todas as outras com as quais eu havia me envolvido na faculdade” (S-82). “O prazer por estudar, aprofundar e pesquisar sobre os assuntos de meu interesse. A influência da minha irmã que é pesquisadora. E também, através da atividade docente, fazer com que mais pessoas se interessem pela pesquisa” (S-85). “Obter maiores conhecimentos na área e ter oportunidade de conhecer melhor projetos de ensino e atividades extracurriculares” (S-205).

O currículo estabelecido vai, logicamente, além das finalidades que se circunscrevem a esse âmbito cultural, introduzindo nas orientações, nos objetivos, em seus conteúdos, nas atividades sugeridas, diretrizes e componentes que colaborem para definir um plano educativo que ajude na consecução de um projeto global de educação para os alunos. (SACRISTÁN, 1998).

O ‘amor à profissão/vocação’ também foi uma categoria encontrada durante a análise das respostas ao questionário. Este item obteve 21 respostas, caracterizando 6,3% do percentual válido. Vê-se isso nas seguintes respostas descritas: “adoro a área de educação, a interação com os alunos e com os professores, adoro estudar, ler, aprender novas coisas, gosto de desafios e não gosto de rotina, por isso escolhi ser professora” (S-42); “a beleza da transmissão do conhecimento aos outros e a gratificação futura; Acho uma profissão muito

bela, com a qual me identifico muito” (S-83); “o que me motivou foi a afetividade pela atividade docente, que é muito importante para todos os segmentos da sociedade e também proporciona um grande desenvolvimento pessoal por se está em contato com múltiplos estilos e experiências” (S-117);

Todo profissional, e qualquer cargo que ocupe, passa antes pela mão de um professor. Amo preparar pessoas, amo lidar com pessoas, e amo passar e adquirir conhecimentos novos em cada vez que entro em contato com os alunos. Seguir a carreira docente é para mim algo incrível e estimulante (S-213).

Desde cedo, manifestei habilidades como rápida aprendizagem, ótimo relacionamento com as pessoas, gosto por dividir o que eu sei e espírito de liderança. Sempre que precisava de alguém para conduzir uma atividade meu nome era o primeiro a ser lembrado. Acho que nasci professora (S-114).

Entender a vocação como uma tendência natural para a docência foi expressa pelos monitores nas respostas a seguir:

Desde a infância me interesse pela docência. Acredito ter vocação para tal cargo, por gostar de passar os conhecimentos adquiridos, não ter vergonha ao falar em público, gostar de estudar e sempre aprender. Acho que esses são requisitos essenciais para um docente (S-68).

Eu sinto que ser professor é a minha vocação, é o que eu tenho vontade de fazer, e tenho grande afinidade com a língua inglesa (com a portuguesa também, mas prefiro estudar e trabalhar com a língua inglesa). Sei falar inglês fluente, e acho que posso contribuir ajudando outras pessoas a aprenderem essa língua. Gosto de trabalhar com palavras, livros, língua e pessoas, tudo que envolve a comunicação (S-37).

Na categoria intitulada como ‘compreender o processo de ensino e aprendizagem’ obtive 21 respostas, contando com 6,3% do percentual válido. Após sua análise, acredita-se que os monitores têm consciência de que, durante sua atuação, estarão compreendendo e participando ativamente no processo de ensino e aprendizagem. Elencaram-se os depoimentos a seguir para comprovar: “pelo fato de melhorar meu processo de ensino e aprendizagem e também por eu poder auxiliar outros estudantes no processo de aprendizagem. Foi bem gratificante e enriquecedor pra mim” (S-35); “participar do processo ensino-aprendizagem, proporcionar aprendizado e crescer como profissional” (S-206); “o que me impulsionou a buscar a carreira da docência foi a possibilidade de poder criar e trabalhar novos dispositivos pedagógicos que facilitasse, estimulasse e atraísse os estudantes, assim tornando a disciplina mais proveitosa e agradável para ambas as partes envolvidas (discentes e docentes)” (S-141); “gosto de me envolver no processo ensino-aprendizagem. Me sinto satisfeito quando repasso conhecimento para outras pessoas (S-200); “Tenho interesse pela docência, pela dinâmica de

ensino. Sempre foi um dos objetivos de realização pessoal trabalhar na área docente. Interesse-me pelo processo de ensino e de transmissão de conhecimento” (S-95).

As respostas de outros monitores reforçam essa categoria:

As razões que impulsionaram minha escolha pela carreira docente são minha afinidade com os processos de ensino-aprendizagem, pois entendo que o educador tem papel importante de facilitar/conduzir tal processo que envolve as interações entre ele (educador), estudantes e conteúdos estudados (S-52).

Durante minha vida acadêmica sempre fui uma aluna muito engajada comecei com a bolsa de projeto de monitoria onde passei dois anos e em seguida fiz seleção para de iniciação a docência, na qual me apaixonei, pois a relação de professor e aluno pode render resultados positivos no ensino-aprendizagem, gosto muito de me relacionar com pessoas e nas universidades aprendemos varias técnicas de trabalhar com grupo e como estudante acho isso muito importante (S-119).

Tenho interesse por ter permanecido no programa de iniciação à docência durante quatro dos meus seis anos de faculdade e em todos eles perceber a importância de se ter habilidades de comunicação para melhorar o processo de ensino e aprendizagem. E em como se faz importante a forma como um docente transmite seus conhecimentos, tentando facilitar o processo de aprendizagem do aluno e os estimulando ao aprendizado contínuo (S-180).

A aprendizagem por meio da monitoria entre pares acontece quando os parceiros ensinam e aprendem mutuamente, ou seja, um aluno ensina ao outro com uma proposta de trabalho em que todos participam discutindo e refletindo conjuntamente sobre determinado conteúdo.

A categoria ‘oportunidades oferecidas pela carreira’ recebeu 21 respostas, o que corresponde a 6,3% do total das respostas. Logo, conclui-se que a monitoria é uma alternativa possível de estimular a permanência dos alunos na carreira docente, podendo-se constatar esse fato pelas seguintes respostas: “as inúmeras possibilidades ofertadas pela carreira; a excelente remuneração para os docentes bem qualificados; afinidade pessoal” (S-14); “estabilidade no emprego e oportunidade para pesquisar na área de conhecimento” (S-67); “estabilidade financeira!” (S-298); “Melhor empregabilidade” (S-301); “bom, a razão que me impulsionou por essa carreira é o fato de está sempre buscando o estudo se aprofundando nele, em uma determinada área que lhe atrai” (S-327).

As atribuições do corpo docente atuam como estímulo à revisão e atualização constantes do conteúdo abordado, bem como ajudam a desenvolver as habilidades didáticas envolvidas na transmissão do conhecimento; Melhoria do currículo profissional, atuando como título de referência (S-195).

A docência, além de permitir o contato direto com as novas gerações de profissionais em formação - que, provavelmente, nos deve dar uma reciclada e uma

injeção de ânimo - nos faz estar em constante atualização frente às inovações que ocorrem com uma velocidade cada vez mais intensa (S-121).

As oportunidades que o profissional da carreira docente pode alcançar foram enumeradas como: 1. ‘Reconhecimento profissional;’ 2. ‘Estar sempre estudando;’ 3. ‘Oportunidade de estudar em outro país;’ 4. ‘Poder ser referência’ (S-227);

A escolha pela carreira docente é impulsionada principalmente pelas oportunidades e desafios que ela permite ao docente no que tange a pesquisa e os consequentes avanços que as pesquisas venham a oferecer. E também é a carreira que oferece ao profissional disseminar conhecimento (S-264).

Outra categoria identificada recebeu 19 respostas correspondendo a 5,7% e foi ‘contribuir para o Sistema Educacional Brasileiro e/ou sociedade’. Muitos depoimentos demonstraram o desejo de contribuir com a educação do país, com seus conhecimentos e, conseqüentemente, com a melhoria da sociedade.

Constata-se isso a partir da observação dos depoimentos a seguir: “a contribuição no sistema educacional brasileiro” (S-48); “a carreira docente é uma forma sublime de ajudar a sociedade além de poder modificar a realidade de pessoas. Essa carreira apresenta uma variedade de possibilidades e níveis de aprendizado variáveis” (S-36); “importância para a sociedade e remuneração” (S-58); “a vontade de contribuir para uma melhora na qualidade do ensino, assim como intervenção direta na formação de profissionais mais capacitados” (S-92); “importância da educação e do desenvolvimento científico para o país” (S-155); “é uma carreira gratificante, pois como professores, podemos ajudar a melhorar a educação no Brasil” (S-158); “contribuir, de alguma maneira, com a sociedade, retribuindo o gasto público em mim investido durante minha graduação.” (S-278).

Identifico-me com a área da educação, na medida em que acredito na transformação da sociedade a partir da educação. A docência é uma carreira difícil porém muito satisfatória, pois nos coloca em contato com outras realidades e experiências de vida, vidas estas que podem ser mudadas para melhor (S-169);

“A pesquisa e a sala de aula apresentam-se como um espaço fantástico e a possibilidade de poder mudar e formar opiniões em uma sociedade torna-se um desafio animador” (S-288). Na visão de Libâneo (1994, p. 17):

A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-los em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.

A categoria ‘identificação pessoal após contato com docente e/ou familiares’ foi apontada em 15 respostas, correspondendo a 4,5% dos depoimentos colhidos, o que se observa pelas seguintes declarações: “me interessei pela carreira docente por ter contato direto com um professor do curso de psicologia. Por meio desse contato, pude identificar todas as potencialidades da atuação de um docente” (S-113); “a razão pelo qual me interesse na carreira docente é a inspiração vinda dos meus professores e principalmente da minha orientadora” (S-33); “influência familiar; gosto por ensinar; desejo de disseminar o conhecimento de uma forma mais atualizada e dinâmica” (S-242).

Assim, o ingresso na profissão foi influenciado por diversos fatores que, além da influência familiar a dos ex-professores, também colabora para tal escolha. “Minha maior motivação para seguir a carreira da docência foi meu pai, pois ele é professor e sempre me mostrou o lado positivo dessa carreira. Gosto de ensinar e dar aula, então vejo uma possibilidade de seguir essa carreira” (S-271).

Cheguei ao nível superior por muito esforço próprio, mas considero essencial a presença de bons professores na minha vida, nem diria excelentes profissionais, mas sim educadores, pessoas de fato humanas que contribuíram para que eu acreditasse em mim mesma. Acredito que nesta profissão (como em nenhuma outra talvez) há a possibilidade de transformar verdadeiramente a vida de outras pessoas (S-185).

A professora Ana Rita me ajudou bastante e gostaria de ser uma professora como ela, preocupada com o desenvolvimento dos alunos e monitores. Obtive um crescimento incrível nesse ano de monitoria o que me ajudou bastante a melhorar inclusive a relação com meu objeto de pesquisa que tem muito haver com a disciplina lugares de memória. Melhorei a relação também com os alunos, não tinha um círculo de amizades fora do meu semestre (S-62).

No depoimento a seguir, essa categoria fica bem nítida “minha maior motivação para seguir a carreira da docência foi meu pai, pois ele é professor e sempre me mostrou o lado positivo dessa carreira. Gosto de ensinar e dar aula, então vejo uma possibilidade de seguir essa carreira” (S-268); “meu interesse pela docência foi despertado no início do meu curso (psicologia) e cresceu no decorrer das disciplinas mediante meu contato com conteúdos que gostaria de me aprofundar e que são pouco abordados em meu departamento” (S-101); “nunca tive a pretensão de seguir a carreira docente. No entanto, o convívio com meu orientador, o qual é notoriamente apaixonado por sua profissão, fez com que eu mudasse de opinião e atualmente cogito a possibilidade de ser professora.” (S-137). Farias e Sales (2008, p. 62) salientam que:

As trajetórias de vida dos professores, embora singulares e históricas, apresentam pontos de aproximação. As lembranças do tempo da infância e da adolescência é

uma dessas recorrências, representando momentos importantes no modo como eles organizam e se posicionam nas relações sociais de que participam.

Essa última categoria finaliza, entre as categorias criadas, as que fazem referência às razões que impulsionaram a escolha pela carreira docente. A partir de agora, foram identificadas outras categorias que fazem alusão às razões que possam ter influenciado o monitor a desistir de seguir to magistério.

Um item bastante significativo que, enfaticamente, contraria um dos objetivos previsto na resolução do programa de monitoria de iniciação à docência da UFC, foi o de promover o interesse pela carreira docente. Essa é a categoria daqueles que, mesmo com a experiência nesse programa, ‘não pretendem seguir a carreira’. Essa opção foi citada em 35 das respostas encontradas, o que corresponde a um percentual de 10,1% dos participantes. Prestam-se como exemplos as respostas a seguir: “desisti, pois percebi que para o docente ser reconhecido é necessário o envolvimento em diversos projetos, o mantendo sempre sobrecarregado de atividades (carga em excesso)” (S-20); “falta de um perfil para tal e pouco interesse pela área acadêmica no Brasil” (S-293). Outros sujeitos salientam que:

É uma profissão maravilhosa. Você tem oportunidade de aprofundar os conhecimentos por meio dos diversos estudos realizados no âmbito acadêmico, pois é constante a utilização de pesquisas com a finalidade de obter maiores informações com relação a área de atuação, além da ansia e da busca pelo aprendizado. O que me fez desistir foi o fato de ainda não ter certeza se realmente tenho competência suficientemente necessária para a docência (S-108).

Não me identifico com o exercício de ensinar, pois me falta carinho pela área, porém encorajo aos meus colegas que o desejam, visto que é uma das profissões mais bonitas e necessárias, pois sabemos que pessoas sem aprendizado são pessoas mortas dentro de um mundo em que o principal trunfo hoje é o conhecimento (S-264).

Demais respostas reforçam tais ideias, como: “o fato de não me identificar com a profissão fez com que eu não tivesse interesse em seguir na docência, mas a monitoria me fez entender melhor como funciona o meio acadêmico e até despertou certo interesse pela área, apesar de não ser meu principal objetivo” (S-163); “os motivos que me impulsionaram a desistir da carreira docente foi, basicamente, o meu maior interesse pela parte mais prática do curso (trabalho no campo)” (S-196).

Outra categoria que também se destaca na pesquisa é o item que faz referência aos monitores que demonstraram dúvidas na escolha da profissão, mesmo depois de ter vivenciado atividades docentes por meio da monitoria. Os estudantes também têm dúvidas

quanto à escolha dessa profissão como o caminho a seguir. As dúvidas foram expostas em 15 respostas, o que equivale a 4,5% do percentual válido.

Com a leitura e interpretação das respostas, foi possível perceber que esta categoria apresenta razões diversas que geraram dúvidas nos estudantes para decidir seguir a carreira docente: “não decidi ainda se optarei, ou não, pela carreira docente. Apesar de gostar desta área e achar que posso contribuir para o ensino na UFC, os alunos do curso de engenharia civil se mostram muito desinteressados, o que me desestimula muito para seguir nesta área” (S-43); “no momento em que me encontro, quero atuar no mercado de trabalho, como profissional da área, adquirir experiência. Talvez, depois possa pensar em ser um docente” (S-180); “ainda não estou certa se pretendo seguir essa carreira, mas é uma profissão que permite a disseminação do conhecimento e a interação com várias pessoas, e essa é uma das razões de eu pensar em escolhê-la” (S-325).

A ‘falta de aptidão para ensinar/dificuldade de falar em público’ foi o item categorizado com um percentual de 3,0%, o que corresponde a 10 respostas analisadas, segundo os seguintes depoimentos: “acho que um bom professor deve ter vocação, e eu, apesar de gostar de ensinar, acho que não tenho vocação para professora, pois quero me dedicar integralmente a pesquisa” (S-9); “principalmente a minha timidez, o que deixa limitada a didática para aprendizagem dos alunos” (S-252); “falta de identificação e habilidade, além de necessidade de muito investimento (mestrado, doutorado) para formar a carreira, que infelizmente não é reconhecida como deveria ser em termos financeiros” (S-307).

A habilidade de se comunicar de desenvolver a capacidade dialógica para promover um canal de comunicação com os alunos é um fator limitante para a busca pela carreira docente “gostei muito de ajudar os alunos na disciplina, auxiliar nas aulas práticas e ao mesmo tempo aprimorar meus conhecimentos em relação a disciplina, mas não quero seguir a carreira docente, por não ter muita desenvoltura para falar em público” (S-248); “desisti pelo fato de não ter boa capacidade de falar em público, de articular ideias e promover apresentações orais” (S-322); “dificuldade para falar em público” (S-69). Muitos monitores demonstraram insegurança em relação à comunicação em público, tendo a plena certeza que essa é uma aptidão extremamente necessária para exercer a carreira docente.

O ‘desestímulo devido às condições de trabalho e/ou valorização profissional’ foi mais uma categoria criada, que obteve 9 respostas, representando 2,7% dos participantes. Sua representatividade foi baixa, mas é um item não compatível com o desenvolvimento da

atividade docente, ou seja, é mais um fator limitador para o prosseguimento na carreira docente. Dentro dessa categoria, pode-se elencar como exemplo os seguintes depoimentos: “acho que os professores não têm o respeito que merecem, tanto por parte dos alunos, como das instituições de ensino, como das políticas públicas” (S-97); “é uma carreira bastante difícil, muito pouco valorizada no nosso país, infelizmente, mas bastante gratificante para aqueles que a exercem por realmente gostarem de ensinar e transmitir conhecimento” (S-134); “o prazer em ensinar e discutir temas que eu gosto na minha área de atuação é bastante estimulante. Mas os baixos salários oferecidos pelo governo aos professores são desestimulantes para a construção de uma carreira como docente” (S-310); “os baixos salários e o fato de muitos docentes serem oriundos de concursos temporários, o que nos deixa sem estabilidade no cargo” (S-201); “baixa remuneração e pouco reconhecimento por parte da sociedade” (S-274).

No tocante à remuneração da profissão docente, a Fundação Carlos Chagas (2009, p. 9) destacou que:

O aspecto salarial, embora seja fator forte quando há possibilidade de escolha, não cerca todas as questões que envolvem a atratividade de uma profissão. Outros elementos, tanto de ordem individual como contextual, também compõem a motivação, interesses e expectativas, interferindo nas escolhas de trabalho. Muitas vezes até, não há escolha apriorística, mas, inserção por oportunidades pontuais.

“É uma carreira bastante difícil, muito pouco valorizada no nosso país infelizmente, mas bastante gratificante para aqueles que a exercem por realmente gostarem de ensinar e transmitir conhecimento” (S-134). Para a Fundação Carlos Chagas (2009, p.9) é preciso ponderar que os aspectos que envolvem uma profissão e sua valorização não são universais no seu significado.

A última categoria encontrada fez referência às respostas que não se adequavam a nenhuma das categorias já criadas e não respondiam ao questionamento dessa questão. Dessa forma, foram categorizadas, após análise, como a ‘resposta inconsistente/incoerente’, representada por quatro respostas que correspondem a 1,2%. Aparentemente, não quiseram responder, ou não compreenderam a questão. As respostas são as seguintes: “nenhuma” (S-10); “conhecer sobre a disciplina escolhida” (S-224); “o desafio de fazer aprender, de fazer entender” (S-304); “o mercado de trabalho carece de profissionais qualificados e compromissados com a educação” (S-311).

O grande contingente de respostas acabou gerando um elevado número de categorias, o que não poderia ser diferente, diante da diversidade de opiniões. A análise,

interpretação e compreensão das respostas foi um trabalho bem detalhista, porém bastante proveitoso, pois permitiu que a pesquisadora pudesse conhecer a visão, a noção e a repercussão que a atividade de monitoria pode exercer dentro da educação e suscitar nos seus sujeitos a atitude de buscar melhorias.

Os resultados gerais, mostrados anteriormente, expõem, de modo geral, que a monitoria vem exercendo a contento seu objetivo central de ser parte da formação acadêmica do aluno participante, considerada, também, imprescindível para a divulgação, desenvolvimento e fortalecimento da carreira docente. Todavia, acredita-se que as análises das categorias podem se aperfeiçoadas em estudos posteriores.

4.2.2 Sugestões dos monitores para contribuir com o Programa de Iniciação à Docência

Por entender que a atuação ativa dos monitores no programa é um diferencial para que a monitoria continue como uma estratégia pedagógica capaz de extrair talentos, bem como desenvolver habilidades e competências, esta última pergunta aberta do questionário utilizado na pesquisa teve como objetivo permitir aos monitores usar o seu poder de criação. Nesse questionamento, os monitores puderam sintetizar suas ideias oriundas das necessidades que sentiram sobre a própria experiência. A oportunidade de interagir com a política do PID, mediante o olhar dos seus sujeitos (os monitores), através do acréscimo de sugestões, poderão ser utilizadas pelos gestores do PID da UFC.

Filosoficamente, imaginamos um momento em que se pudesse aprofundar a relação acadêmica e até emocional do monitor com a sua realidade dentro da UFC. Não foram incluídos os voluntários, justamente, porque seria mais uma variável no complexo sistema a ser analisado e que poderia envolver, inclusive, sentimentos de menor valia. Assim, as respostas enviadas foram trabalhadas à luz da experiência profissional da pesquisadora junto à equipe de gestão do PID, e das palestras e seminários que a pesquisadora participou, discutindo esse tema e considerando ainda a visão do GTM (Grupo de Trabalho da Monitoria) que lida, inclusive, com a distribuição das bolsas.

Por esse questionamento, ser de caráter opcional dentro do questionário, nem todos os 335 participantes monitores que compuseram a amostra da pesquisa contribuíram com sugestão. Do âmbito de todo esse contexto, as sugestões recebidas foram agrupadas e apresentadas na tabela 7, de acordo com a forma como foram tratadas aqui.

Tabela 7 – Distribuição quanto as sugestões dos monitores para contribuir com o Programa de Iniciação à Docência

Nº	SUGESTÕES DOS MONITORES PARA O PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA
1.	Maior integração do monitor com a Pró-Reitoria de Graduação;
2.	Formação dos monitores;
3.	Aumento da quantidade de vagas de monitoria e valor da bolsa
4.	Estruturação do programa;

Fonte: Elaboração própria (2012).

1 Maior integração do monitor com a Pró-Reitoria de Graduação

Sendo a monitoria um programa institucional da UFC, a sua operacionalização acontece de maneira descentralizada. A PROGRAD é responsável pela política do programa. No entanto, este programa é bem estabelecido na legislação e em seus editais, enquanto seleções e desligamento são de estrita competência dos departamentos envolvidos, ou das unidades acadêmicas. Alguns monitores referiram sentir a necessidade de estreitar a relação com a PROGRAD. “É interessante haver uma maior comunicação e organização entre o monitor e a PROGRAD, isso facilitaria muito os trabalhos de ambos” (S-14).

No meu ponto de vista há uma interação muito forte do contato com os alunos e o professor orientador, porém sentir falta do contato face a face com os responsáveis pelo Programa de Iniciação à Docência, para que pudessem vivenciar as atividades desenvolvidas em sala de aula (S-112).

Maior integração entre a Universidade (com o responsáveis pelo programa) e os monitores/professores, com atividades em que monitores e professores das várias disciplinas se reunissem com coordenadores do programa para que se discutissem prioridades da monitoria, estratégias didáticas e houvesse troca de experiências entre todos (S-259).

Considerando os relatos apresentados, nada obsta que a PROGRAD oxigenasse essa relação para além do que a lei determina, encontrando caminhos, no primeiro momento, alternativos, para efetuar esse acompanhamento solicitado ou desejado pelos monitores, objetivando socializar com a instituição UFC as boas práticas desenvolvidas no âmbito da monitoria, entendendo, no entanto, como foi discutido na introdução deste estudo, que a universidade é plural e que o ensino se desenvolve de maneira distinta e dinâmica em cada área do saber. Atualmente, com a criação da figura do Coordenador de Programas Acadêmicos, na instituição UFC, poderíamos pensar em sugerir fóruns de discussão, inclusive sobre a atual legislação pertinente ao PID; entre outros pontos, de tal forma que esse

sentimento dos monitores fosse percebido na sua amplitude e complexidade, em toda a instituição.

2 Programa de formação dos monitores

Essa colocação dos monitores foi, para a pesquisadora que optou por investigar esse tema nesta dissertação de mestrado, motivo de enorme satisfação acadêmica, pois, pôde-se observar claramente que, na gênese de criação desse projeto, pensou-se na formação de um grupo de alunos para a carreira docente e, passado tanto tempo, essa essência verdadeira e valiosa não se perdeu em mudanças políticas e mudanças na universidade, pois, como conforme as abordagens apresentadas na introdução e no relato histórico deste estudo, os filósofos que lançaram as bases da educação do mundo atual definem essa ânsia como parte da natureza do próprio homem. “Poderiam ser realizados encontros entre estudantes e docentes do mesmo departamento para realizarem trocas e compartilhem experiências, relacionando o ensino e a aprendizagem, juntamente com as pesquisas feitas durante a monitoria” (S-333). Dessa forma, enxerga-se que, institucionalmente, tem-se nas mãos um grupo sedento por ‘aprender o ofício de ser professor’ e de se apropriar dessa poesia e dessa causa de vida que é a educação.

Acho que seria bastante benéfico se parte da carga horário da iniciação a docência fosse utilizada para preparação dos monitores, com cursos de capacitação que pudessem contribuir com o aperfeiçoamento das técnicas de transmissão do conhecimento e melhoria da didática dos monitores (S-45).

Tem-se acumulado o maior patrimônio, carecendo, ainda de adequações e inovações, metodológicos e regimentais consideradas mais simples, como se ainda se necessitasse de matéria prima. Compete à instituição UFC, como um todo, pensar na implantação de práticas formadoras, que venham se somar àquelas já existentes, para fortalecer o compromisso institucional com a iniciação à docência.

3 Aumento da quantidade de vagas de monitoria e aumento do valor da bolsa

Como já foi tratada anteriormente, a quantidade de vagas de monitoria é definida anualmente e o valor das bolsas depende de uma previsão orçamentária. O programa de monitoria de iniciação à docência é constituído por vagas remuneradas e voluntárias, ambas

exigindo do monitor a mesma responsabilidade, embora tenham um diferencial, a bolsa de estudo.

Nas sugestões fornecidas pelos monitores, ficou evidente essa preocupação “necessidade de mais vagas em alguns projetos enviados, devido à grande quantidade de alunos”(S-6); “aumento do número de vagas para monitores”(S-320); “abertura de mais vagas para cada disciplina”(S-70); “é necessário o aumento das bolsas remuneradas e voluntárias voltadas à iniciação à docência, porque os cursos ainda carecem muito de monitores que facilitem o aprendizado dos conteúdos”(S-87); “o aumento no número de vagas para que mais alunos possam participar dessa experiência docente, pois ela contribui bastante para a nossa formação acadêmica”(S-159); “estimular a abertura de vagas para monitoria em todas as disciplinas de nossa graduação, aumentando o número de vagas, que reduzirá a sobrecarga para os monitores de algumas disciplinas”(S-122).

Essa preocupação tem repercussões em longo prazo, pois na medida em que as vagas vão aumentando, a cada ano, o PID poderá atender a um maior número de estudantes na graduação.

A análise de planilhas referentes ao quantitativo de vagas nos últimos cinco anos demonstrou que esse número vem aumentando gradativamente, inclusive atendendo ao processo de expansão universitária que desencadeou a criação de novos cursos, com surgimento, portanto, de mais demandas.

4 Consideram o programa bem estruturado

Dentro desse espaço de sugestões, muitos monitores que participaram da pesquisa consideram o PID da UFC como bem estruturado. Essa afirmação, embora simples, conduz a uma reflexão sobre o programa, que envolve uma série de particularidades que precisam ser concretizadas, de forma que, o conjunto delas possa dar-lhe sustentabilidade. Assim, os aspectos estruturais, como o *locus* onde ele acontece e as pessoas que o estão executando, são fundamentais para o seu sucesso. Para isso, são asseguradas, pela UFC, as condições essenciais à efetivação do seu compromisso de apoiar o PID, inserindo-o no seu plano de estratégico.

Dessa forma, os monitores remunerados que colaboraram com sugestões, confirmaram a positividade do PID, nos seguintes relatos: “acredito que o programa vem sendo executado com bastante propriedade e vem aproveitando as potencialidades dos

acadêmicos” (S-327); “até o momento está bom. E achei muito proveitoso esse acompanhamento para saber a opinião dos alunos. É interessante que os professores respondam um questionário assim a respeito dos bolsistas (como eu) para recebermos também um *feedback*, esse certamente contribuirá muito mais para enriquecer essa experiência” (S-151); “o programa é muito bom, uma boa contribuição para o estudante, e seu currículo. No momento não tenho nenhuma sugestão” (S-183); “Considero o modo como ocorre o desenvolvimento do Programa de Iniciação à Docência muito bom. No momento não, pois toda a minha experiência no programa me proporcionou grande crescimento e descobrimento” (S-335).

O envolvimento dos monitores no PID demonstra, portanto, a capacidade de desenvolver o pensamento crítico, capaz de refletir e propor melhorias nas políticas que lhes são oferecidas.

5 CONCLUSÕES

Por esta pesquisa, pôde-se verificar que os objetivos previstos na legislação que norteia a monitoria do PID, a Resolução nº 01/CEPE, de 04 de março de 2005, se concretizam na atuação dos monitores nos cursos de graduação da UFC.

Sob o ponto de vista dos monitores remunerados, o programa de monitoria atinge, em condições diferenciadas, cada finalidade a que se propôs. Dessa forma, o PID despertou, na maioria dos monitores participantes, o interesse pela carreira docente, contribuindo com o seu processo de formação; proporcionando a participação do estudante monitor nas atividades docentes, juntamente com o professor orientador; facilitando a interação entre estudantes e professores orientadores nas atividades de ensino, visando ao desenvolvimento da aprendizagem; proporcionando ao monitor uma visão globalizada da disciplina, ajudando-o a vivenciar a relação teoria e prática; e envolvendo o estudante no trabalho de ensino associada à pesquisa. É importante, ainda, salientar que os dados apresentados representaram um determinado tempo e contexto histórico, portanto, estão passíveis de mudança.

No decorrer do estudo, foi possível confirmar que o PID está consolidado e socializado na UFC. A análise dos dados permitiu verificar que a presença do monitor foi constatada nos mais diversos cursos de graduação desta instituição e o atendimento deste programa a cursos com modalidades diversas, nos *campi*, unidades acadêmicas e turnos distintos. Utilizar essa ferramenta pedagógica depende, em parte, da iniciativa docente, pelo fato deste ser o responsável por solicitar a participação do monitor na disciplina, junto ao órgão gestor do programa e, para isso, o docente precisa estar receptivo a vivenciar novas experiências no campo do ensino.

Em relação aos meios de divulgação do programa que o mantém vivo, dentro da instituição, foi possível descobrir que a sensibilização dos estudantes, para participar do programa, ocorre por diversos meios de divulgação e os que se destacam nesse trabalho de divulgação são os departamentos e áreas afins. Essa informação é condizente com a legislação vigente da monitoria, que atribui a gestão da monitoria no âmbito de cada unidade acadêmica. Outros mecanismos também foram destacados, como as coordenações de curso, os professores, os meios eletrônicos, por colegas, meios escritos. Esses canais de comunicação vêm a somar ao trabalho realizado pela PROGRAD da UFC.

Também foi possível identificar, com este estudo, que alguns fatores atuam como motivadores dos alunos para buscar a participação no programa de monitoria. Esses itens foram considerados de grande relevância para mais de 50% os monitores participantes da pesquisa, podendo citar: melhorar o aprendizado dos conteúdos, necessidade de uma bolsa de estudo, melhorar seu currículo, afinidade com a disciplina, interesse pela carreira docente, interesse em realizar atividade extracurricular, envolver-se com o processo de ensino-aprendizagem, monitoria como um espaço de aprendizagem (aprofundamento das atividades ligadas à docência). Apenas o item associado à participação no PID para melhorar o rendimento (notas) foi considerado de maior relevância para menos de 50% dos participantes.

Em cada um desses itens, levou-se em consideração a maior relevância atribuída pelos monitores participantes do programa, para além desses valores acadêmicos. Vale destacar que o PID é o único que vai além do curso de graduação, servindo de critério de desempate em concursos públicos para professor e critério de pontuação na prova de residência médica. Com a exploração desses requisitos, foi possível perceber a complexidade que se agrega aos objetivos previstos na legislação da monitoria.

Ao investigar a relação entre a legislação e a prática de monitoria, como meio de evitar a descaracterização do programa, ou apenas baseá-lo no fazer, foi possível identificar que a legislação vigente não é conhecida pela maioria dos monitores, sendo, portanto, um dado que merece atenção, visto que, a legislação é o instrumento que contém as informações institucionais do programa de monitoria, para que o monitor possa conhecer a sua estrutura e funcionamento, bem como, para que as ações sejam desempenhadas conforme o que a sua resolução determina.

Salienta-se que conhecer os termos e as exigências da legislação vigente da monitoria constitui uma atribuição do monitor do PID. Embora a maioria dos participantes do programa de monitoria de iniciação à docência afirme não conhecer a resolução, completamente, estes confirmaram, através do questionário, que possuem clareza quanto aos objetivos do programa previsto pela resolução vigente.

Por meio desta pesquisa, os monitores puderam avaliar a sua participação no programa. Isso permitiu que os alunos envolvidos na pesquisa pudessem realizar a sua autoavaliação quanto à participação. Chegou-se à conclusão de que alunos consideraram o seu desenvolvimento satisfatório, pois a maioria dos monitores atribuiu o conceito bom pelo desempenho que tiveram na monitoria. Essa é uma informação importante, visto que os maiores beneficiados com o bom trabalho desempenhado pelos monitores foram os demais

alunos que tiveram o privilégio de usufruir o trabalho de monitoria na sala de aula ou em outros espaços onde ela acontece.

As respostas indicam, também, que a monitoria atuou de forma satisfatória no que se refere à relação professor-aluno. Os dados revelaram que os monitores consideraram que a receptividade e afinidade com o professor orientador, no PID, foram fundamentais para inseri-los no programa. Essa relação favorece um processo de aprendizagem mútuo, desmistificando a ideia de que o professor é o único detentor do conhecimento e de que o aluno deve aceitá-lo de forma pacífica.

Outro aspecto confirmado com a realização desta pesquisa foi o fato de os monitores terem participado de atividades de ensino associadas à pesquisa, durante a execução do programa. Este é outro aspecto interessante, pois o trabalho docente está associado à produção e disseminação do conhecimento que, sendo dinâmico, precisa acompanhar as transformações de uma sociedade que se apresenta em constantes mudanças.

O PID vem atingindo seu objetivo quanto a suscitar, no monitor, o desejo de seguir a carreira docente. Mais da metade dos participantes confirmou que, após a participação no programa de monitoria que os colocou em contato constante com o universo docente, sentiu o interesse por seguir a carreira docente atingindo, portanto, uma das finalidades do programa prevista em sua legislação.

Quanto à formação acadêmica, os participantes da pesquisa consideraram que o programa contribuiu com essa formação e foram unânimes ao recomendar, aos demais colegas, a busca por essa experiência durante a vida acadêmica.

As respostas subjetivas também auxiliaram a pesquisa, por gerar indicadores que vieram se somar ao proposto pelo programa e ajudaram a identificar fatores incentivadores da carreira docente, bem como, aqueles que são limitantes para essa escolha. Dentre as contribuições dos monitores participantes da pesquisa, quanto aos fatores estimulantes para a escolha de um programa que visa incentivar a procura pela carreira docente, os monitores citaram os aspectos que colocam a atividade docente como um atrativo para atuação futura, por estar atrelada à necessidade de ampliar o seu conhecimento e o dos demais, por afinidade, por gostar de ensinar, pelo fato do interesse voltado para o currículo, pesquisa e a universidade, por amor e vocação a profissão, por compreender o processo de ensino-aprendizagem, pelas oportunidades oferecidas pela carreira e por contribuir com o sistema educacional brasileiro e a sociedade e identificação pessoal.

Ficou claro que existe um grande desejo de falar sobre o programa, em um grande espaço para se discutir, no âmbito da instituição, essa valiosa ferramenta pedagógica. Mesmo estando, entre as suas finalidades, o despertar, no estudante, o interesse pela carreira docente, o programa de monitoria também ajudou aos estudantes participantes a definir se desejam, futuramente, seguir, ou não, a carreira docente. Outros tiveram dúvida quanto à escolha, embora a participação no programa tenha ajudado a descobrir limitações nos próprios alunos, como a falta de aptidão e a dificuldade para falar em público que, segundo eles, inviabiliza seguir a docência. Outros fatores foram apontados pelos monitores por tornarem o magistério uma carreira menos atraente, como: as condições de trabalho e a valorização profissional.

Quanto ao fator que está atrelado à dificuldade de falar em público, poderia se tornar um aspecto bem interessante a ser trabalhado pelo programa, o que ajudaria muitos alunos a superar essa limitação, vindo, inclusive, a influenciar na sua vida profissional quando estiverem no mercado de trabalho.

Identificou-se que, mesmo com a experiência no programa de monitoria, alguns alunos não desejam seguir a carreira docente, pelo grau de responsabilidade que a profissão exige e por não se acharem preparados para assumir tal responsabilidade, sendo essa uma informação interessante, por permitir que o aluno, ao vivenciar o contato com o universo da docência, evite a escolha por seguir essa carreira, tornando-se um profissional que não se identifica com a profissão.

Esta pesquisa apresenta alguns desafios a serem alcançados. Embora a monitoria de iniciação à docência seja uma prática presente na UFC há alguns anos, a falta de registro histórico, em diferentes gestões, que permita compreender a iniciação à docência sob diferentes olhares e momentos históricos, contando na prática como essa monitoria acontece, é um aspecto que merece ser aprofundado, para que o seu entendimento não se limite, apenas, ao que rege a legislação, esquecendo-se de valorizar a parte orgânica do programa. Outro desafio é mobilizar todo o universo de monitores para futuras pesquisas.

A realização desta pesquisa destaca algumas sugestões que podem contribuir positivamente com a forma de execução do PID, tais como: criar grupos de discussão, fóruns com os monitores para tratar este assunto; trabalhar com os professores orientadores sobre a questão da monitoria; criar mecanismos de retorno deste investimento para a UFC; elaborar instrumentos de avaliação do programa para acompanhar os reais impactos para os cursos de graduação nos projetos pedagógicos e proporcionar momentos de formação dos monitores com as teorias pedagógicas.

O estudo possibilitou entender melhor que ser professor é ter uma postura efetiva de um profissional que se preocupa, verdadeiramente, com o aprendizado dos alunos, que deve exercer o papel de um mediador entre a sociedade e o educando, despertando neste a consciência de que ele não está pronto, aguçando-lhe o desejo de querer buscar o saber, cada vez mais, sem esquecer que o professor deverá estar sempre pronto a aprender.

Entende-se que o desenvolvimento dessa pesquisa foi um mergulho numa prática que se faz verdade no dia-a-dia da universidade, mas justamente por isso, não havia sido de todo explorada. Dessa forma, para a pesquisadora foi um ‘descortinar’ filosófico e social de um programa que já era conhecido do ponto de vista cartesiano e cartorial, esquadrihado nas legislações, mas, ainda não percebido na sua mais profunda essência. Conclui-se que sistematizar em um espectro amplo, relacionando os sujeitos envolvidos, foi uma colaboração importante, que pode abrir espaços para futuras discussões sobre o PID, pois a decisão, ou não, de ser professor pode mudar, em longo prazo, a vida de um indivíduo e a sustentabilidade de uma nação.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. O outro lado da competência comunicativa: a do professor. *In*: FAZENDA, Ivani C.A. (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 11. ed. Campinas: Papirus, 1998.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAÚJO, Jefferson Santos de. Esboço sobre o surgimento, as características e a implantação do método Monitorial/Mútuo no Brasil do século XIX. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, ano 4, v. 4 n. 7, p. 86 - 95, jan./jun. 2010.

BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **A escola elementar no século XIX**: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 275 p.

BRASIL. **Decreto Federal nº 64.086, de 11 de fevereiro de 1969**. Dispõe sobre o regime de trabalho e retribuição do magistério superior federal, aprova programa de incentivo à implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, e dá outras providências. 1969. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/>. Acesso em: 16 ago. 2011

BRASIL. **Decreto Federal nº 66.315, de 13 de março de 1970**. Dispõe sobre programa de participação do estudante em trabalhos de magistérios e em outras atividades dos estabelecimentos de ensino superior federal. 1970. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/>. Acesso em: 16 ago. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 68.771, de 17 de junho de 1971**. Altera o Decreto nº 66, 315 de 13 de março de 1970. 1971. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68771-17-junho-1971-410540-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 ago. 2011.

BRASIL. **Decreto Federal nº 85.862, de 31 de Março de 1981**. Atribui competência às Instituições de Ensino Superior para fixar as condições necessárias ao exercício das funções de monitoria e dá outras providências. 1981. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85862-31-marco-1981-435495-norma-pe.html>. Acesso em: 16 ago. 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 24 jan. 2011.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 20 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Como se tornar um professor?** Disponível em: <http://sejaumprofessor.mec.gov.br/internas.php?area=como&id=formacao>. Acesso em: 17 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Institucionalcentivo de Bolsa de Iniciação à Docência**. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=467&id=233&option=com_content&view=article>. Acesso em: 28 mar. 2011.

CAVALHEIRO, Patrícia; PINO, José Claudio Del. Aprendizagem e Cooperação em Atividades de Monitoria para o Ensino de Ciências no Nível Fundamental. **Experiências em Ensino de Ciências**, v. 2, n. 3, p. 17-33, 2007. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/eenci/artigos/Artigo_ID44/v2_n3_a2007.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2012.

DURAN, D.; VIDAL, V. **Tutoria**: aprendizagem entre iguais. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FARIA, Joelma Pereira de. **A Monitoria na Escola Pública**: sentidos e significados de professores e monitores. 2010. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FARIAS, Isabel Maria Sabino; SALES, Josete de Oliveira Castelo Branco; BRAGA, Maria Margarete Sampaio de Carvalho; FRANÇA, Maria do Socorro Lima Marques. **Didática e Docência**: aprendendo a profissão. Fortaleza: Liber Livro, 2008.

FRANCISCATO, Irene; MALUF, Maria Regina. Efeitos de duas modalidades tutoriais para a criança tutora em tarefas espaciais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 206-216, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v19n2/a06v19n2.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo; MORAES, Márcia Amaral Corrêa de. As práticas de monitoria como possibilitadoras dos processos de autorregulação das aprendizagens discentes. **Póiesis Pedagógica**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 144-158, ago./dez. 2010.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Atratividade da carreira docente no Brasil**: relatório preliminar. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/pdf/relatorio-final-atratividade-carreira-docente.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 77-79.

KOPPE, Soraia; ISRAEL, Vera Lúcia. A monitoria como possibilidade de ampliação na formação acadêmica inovadora em Fisioterapia. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- EDUCERE, 9.; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 2009. v. 3. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3274_1886.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática. 2. ed. rev. Salvador: Malabares Comunicações e Eventos, 2005.

MALANCHEN, Julia; ORSO, Paulino José. Considerações sobre a educação escolar no período imperial brasileiro. **Revista Educere et Educare**, Cascavel, PR, v. 1 n. 1, p. 41-46, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/revista/EDUCEREetEDUCARE_parte_1.pdf#page=41>. Acesso em: 6 maio 2012.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, UECE, 2001.

MESQUITA, Leopoldo. A condição do trabalho e a mudança educativa. **Educação, Sociedade & Culturas**, Goiânia, n. 29, p. 15-34, 2009. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29LeopoldoM.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2012

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, Antonio Flavio B. (Org.). **Currículo: questões atuais**. 8. ed. Campinas: Papirus, 1997.

NATÁRIO, Elisete Gomes; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. Programa de monitores para o ensino superior. **Estudos Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 355-364, 2010.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história. 1500-2000**. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

PENIN, Sonia T. de. **A aula espaço de conhecimento, lugar de cultura**. Campinas: Papirus, 1994.

PERES, Cristiane Martins; ANDRADE, Antonio dos Santos; GARCIA, Sergio Britto. Atividades extracurriculares: multiplicidade e diferenciação necessárias ao currículo. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 156-163, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v31n3/02.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SACRISTÁN, J. Cimenó. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SILVA, Livia Louísi Arruda da; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchôa. **Refletindo sobre a formação em Economia Doméstica: a prática da monitoria nas disciplinas introdutórias do curso**. 2009. Disponível em: <<http://www.eventosufrpe.com.br/eventosufrpe/jepex2009/cd/resumos/R1159-1.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

ULLMANN, R.; BOHNEN. **A Universidade: das origens à Renascença**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Da natureza e finalidades da monitoria**. 2012. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/monitoria.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Monitoria tem normas aprovadas pelo Consuni**. 2008. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/noticias/2008/11/monitoria-tem-normas-aprovadas-pelo-consuni>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Resolução nº 242**. Estabelece a estrutura e fixa os princípios de funcionamento da Monitoria na UFG. Goiânia, 31 de julho de 1985. 1985. Disponível em: <http://www.ufg.br/page.php?menu_id=49&pos=dir>. Acesso em: 22 mar. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Programa de monitoria de Graduação – PMG 2007**. 2007. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/prograd/arquivos/bolsas/dirMonitoria141206.pdf>>. Acesso em: 17 jan.2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Manual Acadêmico do Estudante de Pedagogia 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/manual_academico_pedagogia.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Resolução n.º 19/CEPE/93, de 22 de Abril de 1993**. 1993. Trata do programa de Monitoria. Disponível em: <<http://portal.estagios.ufsc.br/files/2011/04/Monitoria.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 38/05/CONEP, de 25 de outubro de 2005**. Aprova as Normas que Disciplinam o Programa de Monitoria da UFS. 2005. Disponível em: <<http://www.ufs.br/search/node/monitoria>>. Acesso em: 21 set. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Conselho Universitário. **Função**. Disponível em: <http://www.ufc.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=86&Itemid=71>. Acesso em: 20 abr. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Estatuto da Universidade Federal do Ceará**. 2010. Disponível em: <http://www.ufc.br/portal/images/stories/_files/auniversidade/estatuto/estatuto_ufc.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Lema, missão e visão**. 2011a. Disponível em: http://www.prograd.ufc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=184&Itemid=67. Acesso em: 3 maio 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Manual do Aluno**. 2012a. Disponível em: http://www.prograd.ufc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=184&Itemid=67. Acesso em: 18.01.2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Portaria 04/2011, de 26 de janeiro de 2011**. Trata da distribuição das 700 (setecentas) bolsas do Programa de Monitoria de Iniciação à Docência para as Unidades Acadêmicas da Universidade Federal do Ceará, no ano de 2011. Fortaleza, 2011b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Previsão de pagamento das bolsas**. 2011c. Disponível em: <http://www.ufc.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=11165&Itemid=87>. Acesso em: 14 abr. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Graduação. **Edital N° 30/2011**. Trata da monitoria de projetos de graduação para 2012. 2011d. Disponível em: <http://www.prograd.ufc.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1039&tmpl=component&format=raw&Itemid=71>. Acesso em: 7 mar. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Pró-reitoria de Graduação. **Edital N° 31/2011 Monitoria de Projetos de Graduação da PROGRAD**. 2011e. Disponível em: http://www.prograd.ufc.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1037&tmpl=component&format=raw&Itemid=71. Acesso em: 7 mar. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Pró-reitoria de Graduação. **Edital N° 14/2008 Programa de formação de células estudantis de aprendizagem cooperativa**. 2008. Disponível em: http://www.prograd.ufc.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=54&Itemid=71&limitstart=50. Acesso em: 7 mar. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Pró-reitoria de Graduação. **Manual da Monitoria. Revista e atualizada**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Regimento**. 2011f. Disponível em: <http://www.ufc.br/portal/images/stories/_files/auniversidade/regimento_geral/regimentogeral_ufc.pdf>. Acesso em 13 mar. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Resolução n° 04/CONSUNI, de 19 de junho de 1985**. Baixa normas complementares sobre seleção e admissão de monitores e dá outras providências. Resoluções 1984-1992. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1993a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Resolução n° 06/CONSUNI, de 29 de setembro de 1988**. Disciplina a concessão de bolsas na Universidade Federal do Ceará. Resoluções 1984-1992. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1993b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Resolução n° 01/CEPE, de 04 de março de 2005**. 2005. Disponível em: <http://www.prograd.ufc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=179&Itemid=58>. Acesso em: 24 jan. 1011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Resolução n° 07/CEPE, DE 17 de junho de 2005**. Dispõe sobre as atividades Complementares nos cursos de Graduação da UFC. 2005. Disponível em: http://www.ufc.br/portal/images/stories/_files/auniversidade/cepe_consuni/resolucao_cepe_anosanteriores/resolucao07_cep2005.pdf. Acesso em: 08.03.2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Programa de monitoria**: seleção para Bolsas Edital PROENG N° 01/ 2012. Disponível em: <<http://www.portal.ufpa.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Programa de Iniciação à Docência inicia cadastramento**. 2011. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/programa-de-iniciacao-a-docencia-inicia-cadastramento/>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n° 152/99 de 22 de setembro de 1999**. Regulamenta o Programa de Monitoria.

1999. Disponível em: <http://academico1.ufpi.br/monitoria/files/resolucao152_99.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Resolução CEG 04/2004**. Trata das normas para monitoria. 2004. Disponível em: <http://www.pr1.ufrj.br/index.php?option=com_content&task=view&id=283&Itemid=158>. Acesso em: 3 jan. 2012.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Edital nº 01/09-PROGRAD/PROPESQ/PROEX, de 26 de janeiro de 2009**. 2009. Dispõe sobre a seleção pública de propostas para apoio a ações de ensino, pesquisa e extensão universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Disponível em: <http://www.ufrn.br/ufrn2/proex/files/documentos/Editalnu0109PROGRADPRO_PESQPROEX.pdf>. Acesso em: 28

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **FAQ – Monitoria. 30 de janeiro de 2012**. 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sead/monitoria/documentos/FAQ%20MONITORIA%20PDF.pdf>>. Acesso em 28 abr. 2012.

APENDICE A - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA APLICADO AO MONITOR

Digite seu CPF (somente números)

Digite sua matrícula

01-Como você obteve conhecimento para participar do Programa de Iniciação à Docência?
(Pode marcar mais de uma opção)

- pelo Departamento
- pela Coordenação
- por outros colegas
- por meio eletrônico
- por meios escritos
- Outros:

02-Atribua valor de 1 a 5 aos itens abaixo, considerando a relevância destes para a sua participação na monitoria do Programa de Iniciação à Docência.

	1	2	3	4	5
A) Melhorar o aprendizado do conteúdo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
B) Necessidade de bolsa uma bolsa de estudo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
C) Melhorar seu currículo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
D) A finidade com a disciplina	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
E) Interesse pela carreira Docente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
F) Interesse em realizar atividade extracurricular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
G) Envolver-se com processo de ensino-aprendizagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
H) Monitoria como espaço de	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	1	2	3	4	5
aprendizagem (aprofundamento das atividades ligadas a docência)					
I) A participação no PID melhorou o rendimento (notas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

03-Você conhece a Resolução nº 01/CEPE, de 04 de março de 2005, do Programa de Iniciação à Docência?

Sim

Não

04-No exercício da monitoria de Iniciação à Docência, os objetivos do programa ficaram claros para você?

Sim

Não

05-Como você avalia a sua participação nas atividades da monitoria voltada para a carreira docente?

Excelente

Ótimo

Bom

Regular

06-A atuação do seu professor orientador ajudou na sua inserção no programa?

Sim

Não

07-Você participou de atividades de ensino associada à pesquisa?

Sim

Não

Outros:

08-Você pretende seguir a carreira docente?

Sim

Não

09-Você recomenda para outros colegas buscarem experiência com o programa de Iniciação à Docência?

Sim

Não

10-Você acha que o Programa de Iniciação à Docência contribui para sua formação acadêmica?

Sim

Não

11-Quais razões impulsionaram a sua escolha pela carreira docente ou que fizeram desistir de tal profissão?

12-Você tem alguma sugestão que possa contribuir com o Programa de Iniciação à Docência?